



**FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

ADÃO JOSÉ ARAÚJO DE ABREU

**EDUCAR, UM ATO SOCIAL – A BUSCA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DA
APROXIMAÇÃO DA FAMÍLIA E ESCOLA PARA A MELHORIA DA
APRENDIZAGEM**

Assunção - Paraguai

2021

ADÃO JOSÉ ARAÚJO DE ABREU

**EDUCAR, UM ATO SOCIAL – A BUSCA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DA
APROXIMAÇÃO DA FAMÍLIA E ESCOLA PARA A MELHORIA DA
APRENDIZAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa
Postgrado da Facultad Interamericana de
Ciências Sociales – FICS, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ciências da
Educação

Orientador: Dr. Gleyvison Nunes dos Santos

Assunção - Paraguai

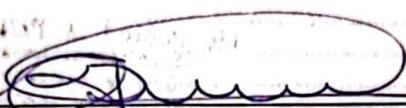
2021

**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
A COMISSÃO ABAIXO ASSINADA APROVA A DISSERTAÇÃO:**

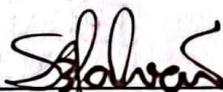
ADÃO JOSÉ ARAÚJO DE ABREU

**EDUCAR UM ATO SOCIAL – A BUSCA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DA
APROXIMAÇÃO DA FAMÍLIA E ESCOLA PARA A MELHORIA DA
APRENDIZAGEM**

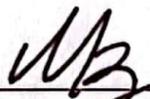
**COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



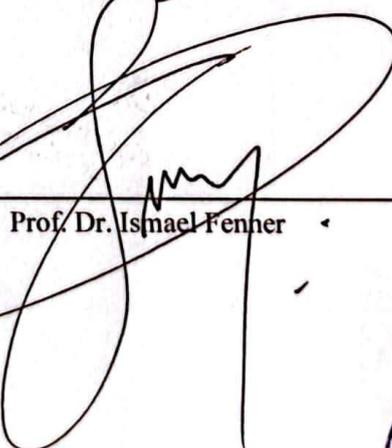
Prof. Dr. Gleyvison Nunes dos Santos
Orientador



Prof. Dra. Susana M. Barbosa Galvão



Prof. Dr. Carlino Juan Morinigo



Prof. Dr. Ismael Fenner

Asunción – Paraguay
2021



Este trabalho é dedicado àqueles que me deram o sopro da vida: meus pais; cujas histórias repetem as de milhões de brasileiros obrigados a abandonar precocemente seus estudos! Porém, souberam valorizar a educação e não mediram esforços para que eu pudesse trilhar um caminho diferente e contribuir para que muitos outros assim o façam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço àquele cujo conceito é impossível definir, mas tão fácil de me colocar em sua presença: Deus! Desprovido de rotulações, preconceitos de qualquer forma; nada mais me oferece a não ser o amor!

Obrigado ao meus pais, familiares e amigos por sempre me motivarem e me sustentarem nas horas difíceis, assim como também se alegrarem comigo.

Em especial, minha gratidão ao meu professor orientador; Dr. Gleyvison Nunes dos Santos que, pronta e pacientemente me auxiliou em todas as etapas deste trabalho.

“Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, que precisamos quando grandes, nos é dado pela educação” (Jean-Jacques Rousseau).

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal compreender se a melhoria da qualidade na educação, vincula-se à construção de políticas educacionais eficientes por parte do Estado, com a escuta e a participação de todos, sem que sejam impositivas, mas, construídas coletivamente e à parceria família/escola na Rede Municipal de Ensino de Goiânia – GO. A metodologia usada para o seu desenvolvimento foi o da pesquisa mista: qualitativa e quantitativa, com questões abertas a 30 professores e a 30 pais. O tema tem sido intensamente debatido nos meios acadêmicos, mas, se mostrado distante de uma equalização. Com modelos distintos nas escolas ou redes de ensino, as políticas educacionais adotadas têm se mostrado ineficazes ou incapazes de alcançar o seu principal objetivo: garantir uma aprendizagem satisfatória e formativa. Na tentativa de contribuir com esse debate, foram desenvolvidas algumas reflexões sobre essa busca e o papel a ser desenvolvido por todos os agentes envolvidos nesse processo. A conclusão foi que a escola não pode se isolar ou ser isolada, sendo-lhe imputada a responsabilidade exclusiva pelo sucesso ou pelo fracasso desse processo. É preciso que todos estejam de fato comprometidos com a educação, refletindo sobre seus papéis para que se alcance àqueles em cujas ações devem estar focadas: os estudantes, propiciando-lhes uma aprendizagem efetiva e a formação integral do ser.

Palavras-chaves: Educação. Aprendizagem; Família; Escola; Políticas Educacionais.

RESUMEM

Este trabajo tiene como objetivo principal comprender la mejora de la calidad en la educación, vinculada con la creación de políticas educacionales eficientes por parte del Estado, con la escucha y la participación de todos, sin imposiciones, construidas colectivamente con la cooperación de las familias y colegios en la Red Municipal de Educación de Goiânia - GO . La metodología usada para su desarrollo ha sido de una búsqueda mixta: cualitativo y cuantitativo, con preguntas abiertas a 30 profesores y 30 padres. El tema ha sido apasionantemente debatido en los ámbitos académicos, pero mostrándose distante de una igualdad. Como modelos distintivos en los centros de enseñanza, las políticas educativas adoptadas se han mostrado ineficientes e incapaces de alcanzar su principal objetivo: garantizar un aprendizaje satisfactorio y formativo. En el intento de contribuir con este debate, han sido desarrolladas algunas reflexiones sobre esta búsqueda y cual es el papel que deben desarrollar todos los agentes envueltos en el proceso. La conclusión ha sido que el colegio no puede aislarse o ser aislado, siendo imputada la responsabilidad exclusiva por el éxito o el fracaso de este proceso. Es necesario, de facto, que todos estén comprometidos con la educación, reflejándose sobre sus papeles para que se alcance a aquellos en los cuales sus acciones deben ser enfocadas: los estudiantes, proporcionándoles un aprendizaje efectivo y una formación integral del ser

.

Palabras clave: Educación; Aprendizaje; Familia; Colegio; Políticas; Educacionales.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema.....	12
1.2 Problemática.....	12
1.3 Justificativa.....	13
1.4 Hipótese.....	14
1.5 Objetivos.....	14
1.5.1 Geral.....	14
1.5.2 Específicos.....	14
2 MARCO TEÓRICO - UMA ANÁLISE CONCEITUAL E DO SEU PAPEL SOCIAL.15	
2.1 UM DEBATE CONCEITUAL DE EDUCAÇÃO.....	15
2.1.1 Educar e educar-se, um ato coletivo.....	18
2.1.2 O Papel da Educação Formal na constituição do sujeito.....	20
2.1.3 Sistema Escolar Brasileiro: herança do modelo europeu.....	28
2.1.4 Um Breve Histórico da Educação Brasileira.....	30
2.1.5 A Educação em Goiás no Século XIX.....	33
2.2 FAMÍLIA E ESCOLA – A NECESSIDADE DE UMA PARCERIA NA BUSCA DE UMA MELHORIA NA APRENDIZAGEM.....	37
2.2.1 Uma Breve Reflexão sobre a Família.....	37
2.2.1.1 A evolução no conceito de Família.....	40
2.2.1.2 A História da Família no Brasil – alguns aspectos.....	43
2.2.1.3 A Família Brasileira no contexto atual.....	46
2.2.1.4 Pressupostos da aprendizagem – alguns apontamentos.....	48
2.2.1.5 Família e Escola em trabalho colaborativo para a melhoria da aprendizagem.	55
2.2.2 O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL – DO REAL AO IDEAL.....	63
2.2.3 Políticas Educacionais: Influências e Interesses.....	63
2.2.4 Valorização dos Profissionais de educação – o primeiro passo para a garantia da qualidade da aprendizagem.....	74

2.2.5 Um Breve relato de política educacional em Portugal na formação de parceria entre escola e família.	83
3 MARCO METODOLÓGICO.	88
3.1 Delineamento da Pesquisa.....	88
3.2 Metodologia e Método.....	88
3.3 Período da Pesquisa.	90
3.4 Objeto de Estudo.....	90
3.5 Estratégias Metodológicas.	90
3.6 População.	90
3.7 Universo e Amostras.	91
3.8 Tipo de Investigação.	91
3.8.1 Quanto a Natureza da Pesquisa.	91
3.8.2 Quanto ao Problema da Pesquisa.....	92
3.8.3 Quanto aos Objetivos da Pesquisa.	92
3.8.4 Quanto aos Procedimentos Técnicos.....	93
3.8.5 Hipóteses e/ou. Variáveis.....	94
3.8.6 Técnica.....	95
3.8.7 Plano de Tabulação e Análise.....	95
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.	96
CONCLUSÃO.	112
RECOMENDAÇÕES.....	113
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE A - Termo de Solicitação da Pesquisa de Campo.....	121
APÊNDICE B - Questões para os professores.....	122
APÊNDICE C – Questões para pais ou responsáveis.....	123

1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre o tema proposto neste trabalho, foi extremamente desafiador e ao mesmo tempo uma oportunidade para que se pudesse contribuir um pouco mais para a reflexão sobre a educação pública no Brasil, objetivando pensar possibilidades para sua melhoria.

Isso, torna-se cada vez mais urgente e desafiador. Em meio a discursos políticos/ideológicos e diferentes correntes teóricas, muitas tentativas têm sido feitas nesse sentido. Com uma extensão territorial gigantesca, desigualdade social construída historicamente, enorme diversidade cultural; pensar em uma proposta educacional que contemple a todos os sujeitos nela envolvidos, requer esforço por parte do Estado que, deve ser comprometido com essa causa, mudando o paradigma de gastos para investimentos, objetivando também a superação dessa desigualdade. Além disso, é preciso que se construa um pacto conjunto com a sociedade, envolvendo as escolas e as famílias nesse processo.

O que se buscou nessa pesquisa foi pensar possibilidades para que essa melhoria se efetive, mas, com o compromisso de todos! A escola não dará conta sozinha de alcançar esse objetivo. Não é mais possível que ela esteja isolada e que a tornem a única responsável por esse desafio. Propostas educacionais elaboradas à luz da vaidade política, construídas sem ouvir àqueles que estão no chão da escola; incluindo-se os profissionais da educação e de toda a comunidade escolar, perpetuarão o atual quadro da educação brasileira.

O enfrentamento desse grave problema, incluem melhorias ou criação de redes estruturais e acima de tudo, humanas. Valorizar os profissionais da educação com condições dignas de trabalho e salariais é essencial para que possam dedicar-se integralmente à sua missão.

Espera-se aqui, que essa pesquisa possa trazer reais reflexões e contribuições para a construção de uma proposta educacional equitativa e acima de tudo, humana, respeitando-se os aspectos culturais, sociais e individuais sem contudo, perder o caráter da cientificidade, oportunizando igualmente a todos.

Uma comunidade escolar organizada e consciente de seu papel, pode sim contribuir de forma substancial para que se alcance melhorias para a educação, cobrando do Estado o cumprimento de seus deveres em relação à sociedade.

1.1 Problema

De que forma a parceria Escola e Família pode favorecer a aprendizagem dos alunos na Rede Municipal de Ensino de Goiânia – GO?

1.2 Problematização

1. Quais os principais desafios na relação Escola e Família acerca da aprendizagem dos alunos?
2. Como a Escola pode proporcionar momentos de interação com a Família, visando maior comprometimento dos pais na educação dos filhos?
3. De que forma a família contribui ou pode contribuir para a efetiva melhoria da aprendizagem dos estudantes?

1.3. Justificativa

Esse objeto de pesquisa nasce de uma inquietação particular e do diálogo constante com colegas de profissão que se mostram indignados diante da responsabilização das escolas em relação ao fracasso educacional, eximindo-se os demais agentes que deveriam estar também efetivamente envolvidos: órgãos governamentais e família. Não há metodologia que seja capaz de superar a ausência familiar na vida escolar do educando que, muitas vezes ainda não se percebe enquanto sujeito ativo da construção do conhecimento. Espera-se que, essa inquietação possa contribuir para o enriquecimento das discussões sobre melhoria na educação formal, buscando maior aproveitamento da aprendizagem do estudante e ajude a equalizar uma das maiores dificuldades presentes na educação pública brasileira.

Como parte integrante dessa busca e por estar inserido no meio educacional público, atuando como professor; o que se percebe são políticas educacionais trazidas e modificadas a cada novo governo; seja na esfera municipal, estadual ou federal.

Não há o reconhecimento por parte dos governos e da sociedade sobre as falhas nas questões estruturais, econômicas e da valorização do professor que, necessita trabalhar em dois ou até três períodos para ter uma renda digna. Identifica-se na prática; a ausência da família, no processo educacional. Nesse sentido, a tentativa é contribuir para esse debate, chamando a atenção do Estado, para a necessidade de políticas educacionais construídas coletivamente.

Visando mais verbas e reconhecimento político por parte da sociedade, nos últimos anos começou-se a maquiar resultados na educação através do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Para se conseguir esses resultados, a retenção do educando, praticamente desapareceu, fazendo com que todos sejam aprovados ainda que não tenham um nível de aprendizagem satisfatório. A educação passou a ser usada como palanque de promoção política e não mais como uma prioridade de investimentos e comprometimento de todos. Essa prática respalda-se nas teorias construtivistas de tempos diferenciados de aprendizagem, o que pode levar a internalização pelo sujeito de uma promoção sem esforços e conseqüentemente, a falta de atenção da família à trajetória escolar da criança ou adolescente.

1.4 Hipótese

Se a educação passar a ser vista sob a ótica de investimento com políticas educacionais efetivas e participativas e que, possibilitem maior aproximação entre escola, sociedade e família, poderá haver efetiva melhoria na aprendizagem.

1.5 Objetivos

1.5.1 Geral

- Analisar como a presença da família pode contribuir no processo da aprendizagem e debater a responsabilidade do Estado e da escola enquanto mediadores para a construção desse diálogo.

1.5.2 Específicos

- Reconhecer a importância da Família na aprendizagem dos seus filhos;
- Identificar as políticas educacionais e o discurso da melhoria da aprendizagem e as possíveis intervenções para a efetiva participação da família e ou responsáveis dos educandos na vida escolar dos mesmos;
- Efetuar propostas de ação que possa favorecer a relação Escola e Família, como parceria necessária no processo de aprendizagem dos estudantes.

2 MARCO TEÓRICO - EDUCAÇÃO - UMA ANÁLISE CONCEITUAL E DO SEU PAPEL SOCIAL

2.1 UM DEBATE CONCEITUAL DE EDUCAÇÃO

Em sua definição o termo educação traz em si uma complexidade de abordagens, transitando do simples contato social à uma rede composta para a formalização da mesma. Para iniciar essa discussão serão apresentados aqui alguns desses conceitos com os quais estabelecer-se-á reflexões. Na perspectiva de Costa e Menezes:

A educação talvez seja a atividade mais tipicamente “humana” que a humanidade realiza. A partir do momento em que os bebês esboçam os primeiros sinais de que são capazes de “aprender”, inicia-se um processo pedagógico que persiste por toda a sua vida. Assim, a todo momento estamos sendo “educados”. A princípio pelos nossos pais e familiares mais próximos, posteriormente pelos meios de comunicação de massas (rádio, televisão, jornais, revistas etc.), pelas pessoas com as quais convivemos, enfim, pela sociedade. (COSTA; MENEZES, 2009, p. 31)

Assim, o ato de educar acontece a todo momento em todo lugar, sendo atribuição de todos os sujeitos. Portanto, todos somos educadores e educandos. Não há como dissociar o ato de educar do ato civilizatório do ser humano. Por que se acredita tanto na educação? Por que ela é vista de um modo geral como o caminho mais adequado para a melhoria da humanidade? Talvez a resposta esteja associada à observação de que antes do conhecimento formal que mune a todos de informações, ela primeira precisa nos fazer perceber a real importância de formar seres verdadeiramente humanos. Ensinar e aprender, tornam-se atos mais reflexivos em seus porquês.

Quando, os primeiros seres humanos perceberam que necessitavam uns dos outros para sobreviver e resolveram se agrupar, desenvolveu-se um tipo de educação. Aprenderam que deveriam trabalhar coletivamente para alcançar seu objetivo maior, ainda que não houvesse ninguém para ensiná-los, foram capazes quase que instintivamente, de desenvolver práticas educativas de cooperação. Dessa forma, inferir-se-á que, educação é antes de tudo, um ato cooperativo entre os diversos sujeitos que pensam no bem coletivo. Haverá sempre algo a ensinar, assim como

haverá sempre algo para aprender a partir das relações estabelecidas em suas diversas formas.

Brandão (2004) corrobora a ideia de que educação acontece a todo momento e em todo lugar, não sendo possível unificar tal ato e sua forma. Portanto, não se poderia definir a escola como um local único para que ela ocorra, nem tão pouco o professor o único capacitado para desenvolver tal prática.

Ainda de acordo com Brandão:

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é *comunitário* como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos dos símbolos. (BRANDÃO, 2004, p. 10.)

O autor, dá ênfase ao caráter livre da educação efetuando-se em suas diversas formas a partir de signos. A transmissão de qualquer tipo de conhecimento fruto da experimentação ou simplesmente das tradições e crenças contempla o conceito sobre o qual tenta-se aqui explicar. Percebe-se aí, o conceito antropológico da palavra. Mas há também perigo na sua existência, quando dela se apropriam, manipulando-a e utilizando-a como forma de controle dos mais poderosos sobre os mais fracos. Nessa perspectiva, o pensamento se volta para qual objetivo os que dela se apossam desejam alcançar. Quando se pensa nas crenças e ou tradições por exemplos, pode haver alguém que enxergue nelas formas de serem manipuladas, visando tirar proveito próprio, lucro ou dominação. Para além de definir a palavra, é preciso que se tenha consciência do seu real papel e do uso que se faz da mesma.

Mesmo em meios ditos educacionais, digo formais; pode haver manipulação do conhecimento traduzido em forma de educação apenas para benefício próprio ou de poucos. Assim como o homem se afastou da chamada época de ouro citada por Rousseau (2004), deixou de pensar no bem coletivo e passou a tirar proveito em favor de si mesmo a partir do momento que toma consciência de que poderia dominar outros homens, muitos símbolos foram apropriados por alguns, permitindo-lhes ganhos pessoais e induzindo os demais a servi-los de diversas formas. Desse modo, a educação perde seu real sentido e torna-se impositiva e descaracterizada.

Brandão (2004), continua seu pensamento alertando aos educadores, para o perigo de acharem estar servindo ao saber e aqueles a quem ensina, mas, muitas vezes estão a serviço daqueles que o fizeram professores propositalmente ideologizados com as crenças desses, usando a educação para outros fins; como os políticos que, dela se apropriam como forma de alcançar seus objetivos. Sabedores da arma em que ela pode se transformar a seu favor, elaboram discursos e políticas educacionais que propiciam sua eternização no poder. Assim, poderão manipular a mais perigosa forma de dominação; a ideológica, pois, se bem apropriada, dificilmente alguém dela se liberta. Caso encontre-se o homem subjugado pela força bruta, não tardará contra ela se revoltar, mas sob essa outra força, necessitará aprofundar-se em seu conhecimento para dela se tornar-se crítico e liberto. Portanto, a educação pode ser tanto um instrumento de libertação do homem, como a pior de suas amarras!

[...] A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali, sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz para fora, que sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros: "... e deles faremos homens". Mas na prática a mesma educação que ensina pode deseducar, e pode correr o risco de fazer o contrário do que pensa que faz [...] (BRANDÃO, 2004, p. 12)

Rousseau destaca a importância da educação enquanto formadora do ser ao afirmar que: "Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes, nos é dado pela educação." (RUSSEAU, 2004, p. 9)¹. Assim em suas diversas formas, ela é essencial para nossa formação, somente através da mesma consegue-se desvendar o mundo, compreender primeiramente a nós mesmos e à toda estrutura na qual todos os indivíduos estão envolvidos desde o seu nascimento. Destacar-se-á logicamente que, essa compreensão terá uma abrangência finita, pois, desde o surgimento da espécie humana ela vem sendo construída e reconstruída, num movimento dialético. Verdades nas quais se acreditavam, se modificaram ou se desfizeram e continuarão o seu ciclo de transformação. Cabe, portanto, à educação o papel de mediadora dessa

¹ Rousseau afirma que essa educação teria três origens: "da natureza, dos homens ou das coisas, sendo o desenvolvimento interno de nossas faculdades e órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e a aquisição de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas." (RUSSEAU, 2004, p. 9).

reconstrução, respeitando os mais diversos saberes, sejam eles sistematizados por seus órgãos formais ou apenas transmitidos pelos diversos atores sociais. Ainda segundo o autor, “ela é moldadora dos homens.”

De acordo com Moreira (1991), diversos aspectos compõem a educação, não sendo possível atribuir-lhe apenas fatos psicobiológicos, ou como fatos sociais das teorias sociológicas de Durkheim ou apenas da fundamentação filosófica, mais que isso ao mesmo tempo tudo isso. Em sua construção e consolidação, ela necessita fatores diversificados para se constituir! Aí está a imensa dificuldade em dar-lhe um conceito pronto e acabado, correndo-se o risco de excluir dela, elementos que a fundamentam e orientam. É preciso, pois, relacioná-los e observá-los nessa tentativa de dar a ela um formato ou definição. Ainda de acordo com o autor, a educação traz em si tanto traços hereditários sociais, de preservação dos mesmos, quanto de transformação ou dinâmica social, sendo ela capaz de se transformar e se diferenciar devido a sua natureza de contradição.

2.1.1 Educar e educar-se, um ato coletivo

Na perspectiva de Moreira (1991), o homem não nasce educado, mas, torna-se educado no decorrer de sua vida, sendo esse ato, essencial e inerente ao mesmo. Assim, o processo educativo se dá a todo momento, estando esse sujeito inserido a um grupo qualquer, pois esse é um ser social e somente em sociedade ele pode viver, seria, pois, a educação uma consequência necessária da sociedade humana. Infere-se então que, essa educação dá-se através dos diversos grupos aos quais o ser humano pertence. Ela é ao mesmo tempo, impositiva, pois impõe ao indivíduo, costumes e comportamentos; tornando-se depois reflexiva, a partir do momento em que ele começa a refletir sobre si mesmo e sobre a sua relação com os demais membros do grupo e, a partir disso tornar-se capaz de elaborar seu próprio pensamento, passando a ser construtiva.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua na igreja ou a escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações [...] (BRANDÃO, 2004, p. 7)

Se todos estão envolvidos, aprendendo e ensinando, permeados por ela, sendo o homem um ser social por natureza, não há como negar antes de tudo, o caráter social dela. Continuando seu raciocínio, Brandão (2004) afirma que mesmo onde não existe escola, a educação se faz presente, através do que ele chama de estruturas sociais de transferência de saber. Ela independe de sua formalização, não seria então o homem aprendendo com a educação, mas o contrário, continuando o trabalho da vida.

Iniciando-se no ambiente familiar no qual a pessoa está inserida, independentemente do seu modelo e posteriormente nos demais grupos, a educação constitui-se em papel de todos. Diversos sujeitos educam e são educados simultaneamente. No contato de um com outro, nas relações estabelecidas, todos se educam. Sempre haverá o que ensina, o que aprende e o que pratica e sofre essa ação ao mesmo tempo.

Pensar-se-á na mãe ao receber seu bebê em seus braços, no instinto materno leva o mesmo de encontro ao seu peito para que ele se alimente. Depois aprende com ele os horários para repetir esse ato ao ouvi-lo chorar, deduz que um dos motivos é a fome. Assim algo que, de início era instintivo passa a ser controlado e estabelecido para que se evite que a criança chore novamente de fome, sabendo que repetirá esse ato várias vezes ao dia. Eis aí o primeiro aprendizado da mãe. Muitos outros sinais serão dados por essa mesma criança que ensinará a mãe a cuidar de seu filho que, conseqüentemente também irá absorver tudo que sua preceptora lhe ensinar, mesmo que seja apenas enquanto bebê.

Posteriormente, essa criança terá contato com várias pessoas com as quais, também aprenderá coisas diversas. Todos contribuem para que ela possa desenvolver a fala, gestos, a decodificar o mundo, mas ao mesmo tempo instruirá aqueles com os quais ela convive que aprenderão sobre o comportamento infantil, adolescente, adultos e idosos. Ela por sua vez, abstrairá tudo que lhe for repassado através da fala ou do comportamento daqueles que a cercam.

De acordo com Brandão:

[...] Em todos os cantos do mundo, primeiro a educação existe como inventário amplo de relações interpessoais diretos no âmbito familiar: mãe-filha, pai-filho, sobrinho-irmão-da-mãe, irmão mais velho-irmão-caçula e assim por diante. Esta é a rede de trocas de saber mais universal e mais persistente na sociedade humana. Depois a educação pode existir entre educadores-educandos não parentes – mas habitante de uma mesma ideia,

de uma mesma cidade, gente de uma mesma linguagem – semiespecializados ou especialistas do saber de um ofício mais amplo ou restrito: artesão-aprendiz, sacerdote-iniciado, cavaleiro-escudeiro, e tantos outros. Até aqui o espaço educacional não é o escolar. Ele é o lugar da vida e do trabalho: casa, o templo, a oficina, o barco, o mato, o quintal. Espaço que apenas reúne pessoas e tipos de atividade e onde viver o fazer faz o saber. (BRANDÃO, 2004, p. 32)

É responsabilidade de todos nós; ensinar e aprender numa relação dialógica e dialética na construção do conhecimento tanto das experiências, quanto da observação. Não há como ser diferente pois, por sermos sociáveis, somos permeados pelos mais diversos aspectos que constituem as sociedades. Somos seres educáveis e educadores até que se finde os nossos dias. Faz-se necessário, portanto, que se observe cada palavra dita, cada ação individual diante do coletivo e do coletivo diante do indivíduo para que, o conhecimento por todos elaborado, seja reflexivo e refletido para toda a sociedade.

2.1.2 O Papel da Educação formal na constituição do sujeito

Até aqui, tratou-se da educação em seu conceito genérico. Pensar-se-á a mesma a partir de agora, em seu aspecto formal o ambiente escolar, na ação do educador sobre o educando e vice-versa. Segundo Brandão (2004), o educando é como o barro moldado pelas mãos do oleiro ao fazer um pote, agindo com tempo e com sabedoria. Embora essa argila resista a essas mãos, permite-se ser conduzida por elas e tomar forma, tornando-se um adulto educado. Seria, pois, essa educação que moldaria e daria polimento ao sujeito. Porém, é necessário observar e ser zeloso com seus movimentos, pois, ao mesmo tempo que pode dar forma, pode-se também o deformar. Eis aqui uma reflexão acerca do papel da educação e do ato de educar. Não há como fugir da tarefa da formação do ser em seus mais diversos aspectos, respeitando-se as individualidades e observando-se as possibilidades e necessidades.

Ainda citando Brandão:

O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores

especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e professor [...] (BRANDÃO, 2004, p. 26)

Nesse sentido, a educação deixa de ser apenas a transmissão ou apreensão de qualquer coisa que se ensine ou que se aprenda. Volta-se para um saber sistematizado e pensado através de estudos teóricos nos aspectos cognitivos e lúdicos. O mestre deixa de ser qualquer um que tenha algo a ensinar. Passa-se a debater e experimentar métodos diversificados, com objetivos pré-estabelecidos. Busca-se o auxílio de ciências como: a neurolinguística, psicologia, psiquiatria e outras. Debruça-se sobre diversos debates, surgem os teóricos da educação apontando ou defendendo formas que poderiam ser aplicadas na arte de ensinar, pensando numa aprendizagem efetiva através de um plano de estudo, definindo-se conteúdos.

Esses conteúdos ou currículo estão atrelados às necessidades de cada tempo em que foram ou são pensados. O Iluminismo ocorrido na Europa no século XVIII, tinha como objetivo o esclarecimento das pessoas sobre fatos dos quais elas estavam alheias. A falta do conhecimento impedia-lhes de refletirem sobre a própria situação diante do Estado, da Igreja, da nobreza e da própria burguesia da qual esses pensadores faziam parte. Essas pessoas seriam incapazes de enxergarem a situação de exploração e domínio sobre o qual se encontravam. Não sabiam decodificar letras, tornando-se impossível o real conhecimento sobre seus próprios dogmas. Estavam escravizadas pela própria ignorância, permitindo-se assim, que suas vidas fossem determinadas por aqueles que se diziam seus representantes tanto do poder temporal, quanto espiritual. Segundo Gadotti: “A Idade Moderna estende-se de 1453 a 1789, período no qual predominou o regime absolutista, que concentrava o poder no clero e na nobreza.” (GADOTTI, 1999, p. 87)

Ainda que tenha sido um movimento gestado pela burguesia e que ela fizesse parte do Antigo Regime,² pretendia romper de vez com as amarras desse sistema e principalmente das interferências do clero corrompido e ávido pela arrecadação do dízimo, pelo poder e pela posse de propriedades, atrapalhando de certa forma aos seus próprios interesses econômicos. Esse movimento chamado de ilustração ou

² Antigo Regime: Sistema de poder encabeçado pelas monarquias, apoiadas pela Igreja que pregava o caráter divino do rei como o escolhido por Deus, para governar. Também compunham esse sistema político e social, a nobreza e a burguesia, com a finalidade de dominar e explorar o povo.

Iluminismo, passa a defender que as pessoas tenham acesso ao conhecimento, principalmente a través da educação. Somente através dela, poder-se-ia conhecer de fato as sagradas escrituras e interpretá-las sem a necessidade das ordens religiosas que manipulavam o povo. Gadotti, ressalta que:

A Revolução Francesa pôs fim a essa situação. Ela já estava presente no discurso dos grandes pensadores e intelectuais da época, chamados “iluministas” ou “ilustrados” pelo apego à racionalidade e à luta em favor das liberdades individuais, contra o obscurantismo da Igreja e a prepotência dos governantes. (GADOTTI, 1999, p. 87)

Além de ler e interpretar, o movimento desperta a sociedade para a busca de seus direitos e fiscalização de seus governantes. A educação permitiria, portanto, a libertação e a criação de uma consciência coletiva através da instrução. Grandes pensadores como Rousseau passam a dedicar integralmente a sua vida aos estudos e formulação de teorias, inclusive educacionais. Esse movimento começa a ser disseminado por toda a Europa e conseqüentemente, em suas colônias através dos filhos abastados que foram para lá para estudar. Grandes causas começam a ser discutidas: direitos individuais do cidadão, liberdade religiosa, de expressão e o fim da escravidão. Os chamados déspotas esclarecidos, ou seja, monarcas; passaram a adotar algumas ideias iluministas, dentre elas; a oferta de escolas para a população.

Um aspecto interessante e que foi citado anteriormente é que, mesmo tendo sido de grande importância esse gesto por parte desses governantes, a educação foi utilizada como uma das formas para manter-se no poder, de efetivação da dominação. Ela foi usada para que o povo legitimasse seu rei, ao parecer moderno e preocupado com o bem-estar de todos. Mas a partir desse movimento, ela passa a levar a instrução cada vez mais longe e dar frutos, com a Revolução Francesa ocorrida no século XVIII. O saber sistematizado passa a ser discutido e implantado através das instituições formais de educação. Daí a importância de pensá-la em seu caráter libertador através da interpretação de mundo.

Demerval Saviani, em seu livro “Escola e democracia” afirma que a educação se divide em dois grupos teóricos a respeito da marginalidade. Sobre o primeiro, Saviani afirma que:

A educação emerge aí que como instrumento de correção dessas distorções. Constitui, pois, uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os

indivíduos no corpo social. Sua função coincide, no limite, com a superação do fenômeno da marginalidade. Enquanto esta existir, devem se intensificar os esforços educativos num nível pelo menos suficiente para impedir o reaparecimento do problema da marginalidade. Como se vê no que respeita às relações entre educação e sociedade, cabe-se a educação com uma ampla margem de autonomia em face da sociedade. Tanto que cabe um papel decisivo na conformação da sociedade evitando sua desagregação e, mais do que isso, garantindo a construção de uma sociedade igualitária. (SAVIANI, 2003, p. 04)

Nesse primeiro grupo aponta a mesma como integradora social, conseqüentemente, desenvolve função da coesão. É preciso pensar pois, que uma sociedade coesa e integradora, deve garantir que todos seus indivíduos se sintam de fato inclusos, que lhes oportunizem a superação das diferenças, não se sintam à margem mas, sejam pensados e inseridos dentro dos sistemas educacionais. Esse primeiro grupo Saviani chama de “teoria não crítica”, pois percebe que a educação como autônoma e capaz de ser explicada por ela mesma.

Ao apontar as teorias não-críticas, para Saviani (2003), a Pedagogia Tradicional identificava como causa da marginalidade, a ignorância na visão da burguesia, sendo a escola capaz de tirar o indivíduo desse estado e lhe permitir a superação dessa marginalidade. Assim, bastava à escola, apenas tornar o sujeito em instruído, sistematizar e transmitir conhecimentos, cabendo ao professor o papel de grande transmissor e aos estudantes os de receptores.

O proposto sistema escolar logicamente não alcançou seu objetivo, trazendo uma grande decepção. Poucos procuraram essas escolas e menor ainda foi o sucesso de quem nelas ingressaram. Pior ainda para essas escolas que adotaram esse modelo foi perceber que aqueles que nelas estudaram e conseguiram concluir com êxito seus estudos, não se adequavam a sociedade pretendida pela burguesia, classificando essa teoria como Escola Tradicional. Acabou tornando-se assim uma ameaça ao então modelo educacional proposto e aos seus objetivos.

Após o fracasso da Pedagogia Tradicional, já no final do século XIX, com as críticas a ela direcionadas, surge a chamada Pedagogia nova. Saviani afirma que:

Segundo essa nova teoria, a marginalidade deixa de ser vista predominantemente sob o ângulo da ignorância, isto é, o não domínio de conhecimentos. O marginalizado já não é, propriamente, o ignorante, mas o rejeitado. Alguém está integrado não quando é ilustrado, mas quando se sente aceito pelo grupo e, por meio dele pela sociedade em seu conjunto. (SAVIANI, 2003, p. 04)

Essa pedagogia preocupa-se principalmente com a integração dos diversos sujeitos à sociedade. Observou-se os aspectos biológicos e psicológicos dos indivíduos. Passou a ver a marginalidade de forma diferente, para além da falta de conhecimento. Buscou uma pedagogia que se preocupa com os sujeitos ditos anormais. Pensou-se a questão das diferenças influenciando sobre os aspectos cognitivos, normalizando de certa forma o ser “anormal.” Importa despertar nas pessoas de aceitação ao outro, propiciando a experimentação. Saviani destaca que: “Em suma, trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender.” (SAVIANI, 2003, p. 9).

Uma nova escola foi pensada para que isso de fato acontecesse. O trabalho seria diferenciado e o professor não mais trabalharia com salas lotadas, mas, com grupos menores, passando a ser um orientador, partindo dos educandos a iniciativa. Muito tem-se falado nesse modelo de professor mediador. Evidentemente que, esse modelo não consegue prosperar nas escolas públicas do Brasil que estão cada vez mais lotadas, pensando-se em apresentar números que demonstram um grande índice de crianças e estudantes em idade escolar, matriculados nas instituições de ensino. Assim, o governo teoricamente está cumprindo com a LDB com o Plano Nacional de Educação.

Ainda de acordo com as citações anteriores de Saviani (2003), fala-se em inclusão dentro das escolas. Os alunos com deficiências diversas estão agrupados em salas não preparadas para recebê-los, inclusive no acesso; para deficiências físicas, evidentemente! Ainda pior, são as crianças com algum tipo de deficiência intelectual introduzidas nessas escolas, mas, sem que de fato sejam atendidas em suas especificidades. O professor vê-se diante de um desafio sem que haja reais subsídios para que ele trabalhe com esses sujeitos! Não há principalmente, formação para ele. As poucas oferecidas são fora de seu horário de trabalho em que; ou ele está em outra instituição para complementar sua carga horária ou, está em casa atarefado com planejamentos, elaboração e correção de atividades. Sendo inúmeras as deficiências, esse professor não estudou sobre elas em sua graduação e nem consegue fazê-lo exercendo em sua função. Pensar estratégias para esse trabalho, torna-se quase impossível. As escolas têm se esforçado para incluir, mas essa inclusão em sua grande maioria dá-se mais efetivamente no âmbito social. Evidentemente, que socializar é uma das grandes funções das instituições de ensino,

porém, não se trata apenas desse aspecto. Uma inclusão efetiva, demanda tempo, dinheiro, formação e ambientes físicos para que ela ocorra. A maioria desses fatores não são pensados pelos governantes que, têm como objetivo principal economizar o que chamam de gastos e não de investimentos.

Nos discursos, a palavra inclusão é uma das mais pronunciadas, porém, pouco executada! Gestores em reuniões, chamam atenção para esse aspecto, cobram dos professores, como se de fato ela fosse exequível no modelo de escola que se tem hoje. Querem que a escola cumpra seu papel nesse aspecto, sendo isso única e exclusivamente atribuição do docente. Professores de apoio que muitas vezes deveriam dar suporte a um ou dois alunos, se veem obrigados a atender vários educandos em salas diferentes ao mesmo tempo. Os regentes das salas de aula, despreparados para essa atribuição também deixam a criança ou adolescente de lado ou a cargo exclusivamente do profissional capacitado para essa função.

Já o segundo grupo teórico citado por (Saviani, 2003) traz uma abordagem da sociedade dividida em grupos ou classes que ele chama de antagônicas cuja relação se dá pela força através da produção, e se tornam dominantes que toma para si a riqueza produzida, não se preocupam e nem falam em igualdade, ficando a educação sujeita à estrutura social e produz a marginalidade cultural e, principalmente a escolar. Essa ou essas teorias, são classificadas de críticas pois se esforçam em analisar a educação dentro de umas estruturas sociais e econômicas determinantes da mesma. Mesmo essas, ele ainda chama de “crítico-reprodutivistas” pois, enxergam a educação apenas como reprodutora da sociedade!

Analisando a citação do parágrafo acima de Saviani, há que se destacar que muitos sujeitos são discriminados ou relegados à sua própria sorte como muito se escuta em afirmativas como: “a sociedade necessita de pessoas nos mais diversos postos, portanto, é normal que elas possam desenvolver funções menores, conseqüentemente, que ganhem menos e que não precisem ter acesso garantido à educação”. É bem verdade que em qualquer grupo social haverá pessoas com menor escala de conhecimento, porém não se pode tratar como normal que, elas não tenham as mesmas oportunidades. Evidentemente, que mesmo o gari, que trabalha na coleta do lixo, gostaria de ter estudado e estar em melhor situação. Não se trata, pois, de uma opção individual, mas das condições nas quais ele está inserido e que, conseqüentemente, o impediram ao acesso; primeiro ele precisa sobreviver tendo que renunciar ao que lhe seria um direito universal. Então, esse direito é relativizado e

justificado nos discursos daqueles que têm interesse na permanência de tal quadro e, até mesmo das próprias instituições educacionais que precisam da faxineira ou da merendeira que está dentro da escola, onde a educação acontece, mas não tiveram ou não têm a condição de acesso à mesma e ao mesmo tempo, cumprem uma função educadora. Aqui está um dos muitos paradoxos da educação.

Diante dos dois grupos, cabe o raciocínio da função da educação. Percebe-se que, para que ela seja libertária, não basta apenas identificar as estruturas e sugerir a superação da marginalidade. É preciso que se reflita sobre a mesma e se busque uma prática emancipadora do sujeito diante de sua condição social, fazendo-lhe perceber capaz de se tornar dela, um agente transformador. Mesmo que se formulem discursos emancipatórios, não se garante que eles assim o sejam. É preciso sim, conhecer e compreender a realidade, e a partir disso, ser estimulado a agir em benefício de si mesmo e de toda a sociedade, dando ao sujeito voz e elementos que lhe permitam lutar para que essa superação de fato ocorra.

Sendo educar um ato social e função da escola também a inserção de seus dissidentes à sociedade, vê-se que ela fracassa também nesse objetivo, uma vez que a educação brasileira aparece entre as piores do mundo. Outro modismo nas escolas em seus planejamento e reuniões pedagógicas é falar em metodologias diversificadas e significativas. Evidentemente que elas são necessárias e decisivas para que haja efetiva melhoria na aprendizagem, porém há que se considerar os aspectos sobre os quais foram tratados anteriormente e que serão melhor abordados mais à frente.

Saviani ressalta sobre o modelo de escola socialmente constituído: [...] “a escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classe com interesses opostos; portanto a escola sofre determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade.” (SAVIANI, 2003, p. 30).

A trama da escola brasileira corrobora o pensamento o autor, quando fala-se no papel da mesma, é preciso refletir que, ela cumpre sim o seu papel. Papel esse determinado por uma estrutura ou sistema que a coloca sob sua égide. Falas como a do atual ministro da economia; Paulo Guedes, explicitam tudo isso, ao sugerir tirar dinheiro da educação pública e destiná-lo para as redes privadas de ensino, pagando-se bolsas para os estudantes matriculados no sistema público de ensino. Propostas como essas, reforçam o pensamento excludente desse sistema, demonstrando claramente que não há interesse de fato em modificar a instrução pública, mas

abandoná-la e perpetuar sua miséria. Ao contrário do que fizeram os países que conseguiram melhorá-la, com pesados investimentos financeiros.

O quadro torna-se desolador quando se pensa que a educação formal deveria promover a inclusão social dos sujeitos. Vale ressaltar que por inclusão social não se entende apenas a inserção desses ao ambiente escolar, mas, oportunizar às mesmas condições de igualdade de acesso à educação superior. É também nesse ambiente que se reforçam as relações sociais e se reflete sobre o ser e conviver para a construção de uma sociedade coesa e solidária, respeitando-se as diferenças individuais, mas não permitindo que elas se traduzam em vontades individuais; ao contrário se fortaleça o espírito coletivo.

Para encerrar essa reflexão sobre o papel da educação formal, há que ressaltar o pensamento de Moreira sobre o tema ao afirmar que:

[...] Daí termos que considerar a educação, em si, como um processo em desenvolvimento capaz de se transformar, de se diferenciar no tempo e no espaço, em virtude da sua própria natureza contraditória. Embora a escola seja, em tal processo, apenas um aspecto especializado, é um dos mais importantes, senão o principal, de a educação se realizar, principalmente quando assume o aspecto e, por que o assume de tomada de consciência coletiva da necessidade de dirigir quer a hereditariedade, quer a mudança social. E porque assim é, tanto elementos novos quanto velhos da sociedade em que funciona a escola interagem no processo educacional escolar, ora buscando acomodação recíproca, ora em conflito aberto, como em luta por sobrevivência. (MOREIRA, 1991, p. 179).

Observa-se, portanto, que seu principal papel é ser transformadora; de pensamentos, comportamentos, da condição social, de consciência coletiva, provocar mudanças. Ser um espaço para contradições, discussões, não se configurar espaço para unilateralidade. A construção do conhecimento e a formação do sujeito só acontece de fato, quando todos esses elementos ainda que pareçam antagônicos, estejam presentes. É no ambiente de formação educacional que seus conhecimentos aos poucos se direcionam para esse papel. Compreendendo que, suas crenças e sua realidade irão diferir em grande parte dos demais elementos presentes no ambiente escolar. Aprender a respeitar a diversidade de pensamentos e com eles estabelecer diálogos, torna-se fundamental para educar-se. Cabe, portanto, à escola ser mediadora da construção do conhecimento de modo que todos aprendam uns com os outros. Ela terá a função de informar e formar, através da observação e de suas

interferências, possibilitar ao sujeito tomar consciências de si e do mundo no qual está inserido.

No século XXI, dentre mudanças e rupturas, a educação continua a ser um meio de transformação social. Cumpre à educação a responsabilidade de mostrar às novas gerações o caminho já percorrido pelas gerações anteriores e inseri-las no que constitui o legado histórico e cultural da humanidade, em que a criatividade e a inventividade se fazem presentes em cada ato de aprendizagem, fazendo com que a constituição de cada sujeito se dê em perspectiva de continuidade e de renovação (FENSTERSEIFER E BOUFLEUER, 2016).

2.1.3 Sistema Escolar Brasileiro: herança do modelo europeu

Philippe Ariès (1981), aborda em seu trabalho, sobre o modelo de educação na Europa do início da Idade Moderna, mas, retornando à própria Idade Média para analisar a evolução do sistema educacional do qual nos tornaríamos, herdeiros posteriormente.

Áries (1981) aponta que até a Idade Média, os espaços educacionais se encontravam nas mãos de uns poucos membros da Igreja e que nesses espaços estavam crianças de diferentes idades e que a partir da Idade Moderna, passou-se a isolá-las cada vez mais para assim adestrá-las com uma rígida disciplina. Deixavam então o contato com diferentes costumes, buscando uma formação moral e intelectual. Logicamente, assim como em todo processo, essa prática não foi tão simples e nem deixou de enfrentar algumas resistências.

É verdade que, nenhuma transição de uma idade para outra dentro da linha do tempo histórico foi marcada por um único fato ou data específica. Essas transições foram lentas e graduais. Mas essa especificamente citada por Ariès, foi definida por alguns fatores tais como: a volta da população do campo para cidade, o fortalecimento do comércio, o surgimento dos bancos e principalmente, uma busca pela ciência, passando-se à valorização do conhecimento como forma de superar os limites intelectuais e as barreiras geográficas, o que possibilitou o domínio de outros continentes e conseqüentemente, a exploração das riquezas desses locais. A vida que até então se explicava pelo viés religioso, ganha uma nova possibilidade de ser desvendada; a ciência mais tarde romperia com a visão teocêntrica do mundo e

buscaria o homem como centro de tudo e como capaz de contar e construir sua própria história.

As escolas abrigavam na Idade Média, crianças e adultos no mesmo ambiente de aprendizagem e, todos se sujeitavam à autoridade do mestre. Poucos ao sair da escola voltavam para a casa de seus pais, poderiam viver em pensões, na casa do seu professor; de padres. Sendo que, com os últimos eram mais sistematicamente acompanhados e a maioria dos alunos morava então onde conseguiam.

Dessa forma, não se falava em idade adequada e não se tinha essa preocupação. Ao entrar na escola, a criança passava a fazer parte do mundo dos adultos, não havia a noção de fases de desenvolvimento, o que hoje é visto com espanto por todos (ARIÈS, 1981).

De meros locais de acolhimento para alunos pobres no século XIII, os colégios passam a se tornar locais de ensino a partir da Idade Moderna. De uma função meramente social passa-se para o caráter instrutivo dessa instituição com normas mais rígidas e hierarquias estipuladas com a presença de professores e pessoas para administrar tais locais, passa-se também a estabelecer rígido processo disciplinar. Uma estrutura que prevalece na maioria das nossas escolas na contemporaneidade, arraigada no pensamento de educadores, pais e de toda a sociedade, inclusive dos próprios educandos. Sua superação torna-se o grande desafio de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. Mesmo diante de diversos teóricos da educação, de diversas experiências, romper com esse modelo de séculos, parece uma missão complexa, uma vez que a própria formação dos docentes nas faculdades, institutos e universidades mantêm em grande número o mesmo modelo de formação plantado sobre a disciplina e averiguação da aprendizagem pautados em sistemas avaliativos tradicionais.

A Idade Moderna iniciada no século XV traz aos colégios outro elemento que se defende cada vez mais em nossas escolas; a laicização do ensino. Passou-se a ter um caráter de grande utilidade para toda a sociedade, voltado para o uso da racionalidade no lugar das passionalidades religiosas. Segundo Ariès:

Nessa mesma época, no século XV e sobretudo no XVI, o colégio modificou e ampliou seu recrutamento. Composto outrora de uma pequena minoria de clérigos letrados, ele se abriu a um número crescente de leigos, nobres e burgueses, mas também a famílias e mais populares, como veremos adiante. O colégio tornou-se então uma instituição essencial da sociedade: o colégio com um corpo de docente separado, com uma disciplina rigorosa, com

classes numerosas, em que se formariam todas as gerações instruídas do *Ancien Régime*. O colégio constituía, se não na realidade mais incontrolável da existência, ao menos na opinião mais racional dos educadores, pais, religiosos e magistrados, um grupo de idade maciço, que reunia alunos de oito-nove anos até mais de 15, submetidos a uma lei diferente da que governava os adultos. (ARIÈS, 1981, p. 111).

Outro aspecto interessante que o autor traz em seu trabalho é sobre os modelos de regimentos escolares. Aponta que, já no século XVII, foram criados manuais de comportamentos somente para as crianças nas escolas: [...] “Ele ensinava a criança a tirar o chapéu ao entrar na escola, tanto por reverência ao mestre como para saudar os companheiros. A criança não deveria mudar de lugar, e sim permanecer naquele indicado pelo mestre”. [...] (ARIÈS, 1981, p. 176).

Mais tarde as famílias mais abastadas preocupadas com a formação dos seus filhos, recorrem aos internatos, onde a liberdade das crianças foi ainda mais restringida, retirando-a também do convívio com adultos nos colégios em que não havia essa separação. Essa formação voltava-se para os aspectos morais e religiosos conservadores. Alguns desses aspectos levantados em escolas de três séculos atrás, estão presentes e são vistos como de suma importância por docentes, coordenação e direção na maioria das instituições. Não é raro nas reuniões pedagógicas, ressaltar-se tais observações sendo colocadas com tamanha ênfase, chegando-se ao ponto de retaliações aos professores que assim não procederem; de serem advertidos verbalmente e por escrito, se ele não mantiver a sala de aula em mais perfeita ordem de mapeamentos preestabelecidos.

2.1.4 Um Breve Histórico da Educação Brasileira

Para tratar de educação no Brasil atualmente, é imprescindível que se conheça um pouco da sua própria história, de como e quando o sistema educacional brasileiro se constitui, quais ideologias o permeiam, discutindo um pouco da sua estrutura e dos reflexos do passado ainda hoje e principalmente, para que se possa tentar contribuir para sua melhoria. Embora não seja nenhuma novidade no que tange ao início da instrução no Brasil, não há como não o contextualizar, para que se observe alguns de seus aspectos hoje. Comandados por Manoel da Nóbrega, os jesuítas foram trazidos para representar os interesses de Portugal como nos aponta Werebe (1997), com a

finalidade de catequisar os nativos e expandir a fé cristã católica na então colônia portuguesa. Acabaram mais tarde se tornando responsáveis e formadores de novos padres com colégios internos ou seminários e a disseminação da língua portuguesa. Fato é que, quando se fala em primeira educação formal no Brasil, não há como dissociá-los desse processo e por ela terem sido responsáveis até sua expulsão.

Os capitães donatários e proprietários de sesmarias recorriam aos colégios dos clérigos para a educação de seus filhos pois, não tinham outra opção, ficando excluídos negros e mulheres que, somente mais tarde poderiam dele desfrutar, mas com limite de permanência e com o objetivo de auxiliar na formação da boa esposa e mãe. Outro aspecto interessante das escolas trazidas pela Companhia de Jesus é apontado por Costa e Menezes em seu trabalho: [...] “a rigorosa disciplina e a emulação, ou seja, a competição entre os estudantes e entre as turmas, que era estimulada, inclusive, com sessões solenes de entrega de prêmios aos melhores”. (COSTA, 2009; MENEZES, 2009. p. 34).

Essa prática de se premiar os melhores, também persiste em muitas escolas brasileiras, reforçando àqueles que por motivos diversos não alcançam o nível de aprendizagem desejada, uma forte exclusão e sentimento de incapacidade, podendo criar barreiras intransponíveis ao educando, sentindo-se taxado como menos capaz ou menos merecedor de incentivos. Pode inculcar no sujeito o sentimento de inferioridade. É bem verdade que as vezes pode sentir-se desafiado, mas, também pode-se levá-lo ao sentimento de incompetência e trazer ainda mais reflexos negativos na sua vida escolar. Seria melhor, portanto, incentivar a todos, sem que se permita o surgimento de tais diferenciações.

Mesmo sendo expulsos, os jesuítas deixaram suas bases educacionais, pautadas na disciplina e no sistema rígido de avaliação. Há que se ressaltar que esse sistema educacional tornou-se capenga e recebeu pouco investimento mesmo depois de se tornar “público.” Não havia pessoas com formação específica para atuar como professor. Mesmo o dito leigo, trazia em si valores conservadores morais e cristãos.

Apesar da vinda da família real no ano de 1808, os professores ainda eram pouco instruídos, porém, algumas ideias começam a constituir nosso sistema educacional, ainda que contrariassem um pouco a metrópole. Muitos filhos de famílias abastadas, iam para Europa e voltavam com ideais iluministas, que se contrapunham ao pensamento vigente na Colônia. Dom João VI ao trazer a corte para cá, investe na criação de instituições de ensino superior visando à formação para as demandas

internas causadas pela nova realidade então criada. Ainda que se tornasse mais humana e científica, conservava um pouco da tradição jesuítica, como ressalta (WEREBE 1997). Algumas ordens religiosas assumiram a tarefa da instrução elementar, o acesso se restringia aos filhos dos colonos.

Sendo a independência um processo gestado pelos mais abastados, embora tivesse o apoio popular não modificou muito o quadro educacional brasileiro. Na constituinte de 1823 chegou-se a estabelecer o debate de uma instrução primária gratuita para todos. Mas logo essa assembleia foi dissolvida por Dom Pedro I que, ao outorgar a nossa primeira constituição em 1824, contempla tal ideia.

Já o Ato adicional de 1834, trouxe a descentralização da instrução pública, delegando às províncias essa responsabilidade. Teriam a liberdade para elaborar suas propostas educacionais. Isso para muitos configura-se na simples transferência de responsabilidade sem que se crie reais possibilidades, afinal, esse foi um período de declínio da produção aurífera e muitas dessas províncias não dispunham de recursos para custear a educação em seu território. A começar pela remuneração dos professores que era extremamente baixa e cheia de atrasos (WEREBE, 1997).

Diante do exposto pela autora, evidencia-se o descaso com a educação no Brasil e percebe-se a questão vista como um problema pelas autoridades. Esse mesmo Ato Adicional, a princípio pode parecer uma evolução para a questão, dando poder às províncias para legislar e elaborar suas próprias políticas, também pode evidenciar uma tentativa de fuga por parte do império em relação ao tema. Ainda hoje no Brasil, os professores vivenciam esse mesmo drama; a luta por melhores salários e o reconhecimento de sua profissão. Aproximando-nos de dois séculos de aprovação desse marco histórico do país, o quadro se repete e certamente reflete na qualidade da educação brasileira. Talvez esse breve resgate seja suficiente para identificar a gênese do tema e não seja mais preciso detalhar todas as suas fases até os dias atuais no que tange o drama enfrentado pelo país ainda na questão organizacional, da valorização do professor ou do seu produto final; a aprendizagem.

Não há como negar, porém, que, foi no século XIX que os debates sobre instrução básica se deram intensamente em torno do Estado de acordo com Veiga (2003), ainda que na capital do império, o acesso dos negros africanos nas escolas ficasse proibido, nas demais províncias esse assunto fosse discutido, e não somente o acesso deles, mas, também de meninas e da população pobre, construindo um discurso político de projeto nacional de inclusão social para todos. Assim, como ocorre

hoje, a educação passa a ser utilizada como forma de manipulação e dominação ideológica por partes daqueles que querem se perpetuar no poder, através de discursos que vão ao encontro dos anseios da população.

Todas as reflexões bibliográficas, podem contribuir para que se possa atingir o objetivo que é a discussão acerca do papel dos diversos sujeitos e instituições envolvidos ou que tenham interesse sobre o tema educação, visando o estabelecimento de críticas ao sistema, assim como tentar fazer apontamentos para que haja melhoria efetiva sobre a estrutura educacional de nosso país. É preciso que se esclareça cada vez mais a todos os envolvidos e que, se forme uma consciência coletiva sobre o assunto, uma vez que existem pretensões que a educação seja instrumento de equidade social. Verificar o debate em torno dessa discussão, dialogar com essas produções e principalmente, propiciar àqueles que não fazem parte diretamente dessa reflexão, a tomada de consciência sobre a causa, uma vez que a mesma poderá definir os rumos da sua família ou de todo sujeito que anseia pela transformação social.

2.1.5 A educação em Goiás no século XIX

Na primeira parte da sua dissertação de mestrado, apresentada no ano de 2009, Maria das Graças da Cunha prudente, traz alguns elementos interessantes sobre a instrução pública em Goiás no século XIX, ressaltando e comprovando pela apresentação de documentação que a situação se repetia em muitas outras províncias brasileiras. Um dos destaques do seu trabalho acadêmico é em torno da educação para todos, incluindo-se as mulheres.

A autora ressalta que nesse período, Goiás vivia um processo de ruralização de sua população e que a instrução não era vista como parte integrante de sobrevivência devido a uma séria crise econômica pela qual passava. Essa situação remete ao Ato adicional de 1834 que tirava do governo central a responsabilidade da educação básica, jogando a mesma para as províncias que em grande parte enfrentavam situação semelhante à de Goiás, excetuando-se evidentemente as mais desenvolvidas e ricas como São Paulo e Minas Gerais.

Além da questão financeira, Prudente (2009) aponta também a dificuldade de se encontrar mão de obra que desse conta de ensinar a leitura, escrita, as operações

básicas, geometria, gramática, princípios morais cristãos e católicos, nem tão pouco quem pudesse dar essas formações aos candidatos ao cargo de professor. Essa situação fez com que pessoas sem a devida preparação assumissem a função de professor.

A falta de pessoas qualificadas e que, se tornavam mestres, ainda permaneceu por muito tempo não só em Goiás, como em boa parte de todo o país e só sinaliza para mudança lenta até os dias atuais com LDB de 1996 e com o Plano Nacional de Educação. E mesmo assim, nem todos os profissionais de educação da Rede estadual de Goiás, como em outras, têm formação na área em que atuam e para completarem sua carga horária e atender às necessidades das secretarias de educação se dispõem a ministrá-las sem que tenha ao menos uma formação específica para tanto. Não é possível discutir educação no Brasil, sem recorrer à sua própria história! Como no princípio básico do ensino da disciplina de História, faz-se essencialmente necessária a compreensão da atual situação observando o passado, ainda que isso traga uma tremenda frustração aos agentes que se debruçam hoje sobre a tarefa de educar pois, ainda percebem uma permanência histórica no processo difícil de ser superada.

Outro fato abordado no trabalho de Prudente, foi a prevalência masculina na profissão de professor. Situação que só começaria a mudar no início do século XIX, quando algumas mulheres numa postura feminista, reivindicaram o direito ao magistério. E em 1835, foi sancionada a primeira lei sobre a educação pública em Goiás, criando-se escolas para meninas onde existissem escolas para meninos, estipulando-se um número mínimo de alunas, sendo que para elas havia um currículo diferenciado com o ensino de Matemática em menor escala e o acréscimo de prendas domésticas, visando formá-las para serem mães e esposas exemplares.

O acesso ao cargo de professor que antes era através de concurso, passa a ser por indicação política, aumentando também a exigência de um número mínimo de matriculados para abertura de novas turmas. Isso acontecia na província já próximo do ano da abolição da escravatura, ou seja, no final do século XIX. Relacionando passado/presente percebe-se que, transcorrido tanto tempo, essas práticas pouco mudaram, levando-se à impressão de que o objetivo do antes e do hoje foi e é dificultar o acesso dos estudantes ao ambiente escolar e da pouca importância à profissionalização da educação como subsídio para sua desvalorização do magistério.

Mesmo sendo inserida na profissão de professora, segundo Prudente (2009), a mulher foi relacionada à sua vocação de boa cuidadora e educadora de crianças em seus lares. Destacam-se seus atributos naturais: “o amor, cuidado, a dedicação, a paciência e o sacrifício”. Uma professora/mãe. Destaque-se que diante da luta constante pela valorização do magistério, ainda hoje, se escute e se reforce o ser educador (a) por amor, numa falta de percepção do reforço de um discurso representativo construído há mais de um século. “As mulheres seriam regeneradoras morais da sociedade: utilizando como meio de transformação, o sentimento. Interessante é o contraponto com as características dos professores que utilizavam a lógica e a repressão no exercício do magistério, ou seja, o intelecto. (PRUDENTE, 2009, p. 46). Embora inicialmente submetidas à esse papel, o magistério propiciaria posteriormente às mulheres libertarem-se desses rótulos, passando a ter prestígio e respeito social, através a luta por seus direitos.

Alguns outros aspectos serão tratados aqui sobre o trabalho de Prudente na tentativa de contribuição para a compreensão da nossa dinâmica educacional hoje.

O primeiro é sobre a baixa frequência dos alunos no período por ela abordado, segundo ela: [...] “a pouca importância dada pelos pais aos estudos de suas filhas, as quais, assim que adquiriam os rudimentos iniciais da leitura e escrita, deixavam as aulas para se dedicarem junto a família aos trabalhos domésticos; garantia muitas vezes, da sobrevivência.” (PRUDENTE, 2009, p. 49). A evasão ou abandono da sala de aula, embora muitas vezes sejam justificados pela atual dinâmica da sociedade em que muitas crianças, adolescentes ou jovens desistem de seus estudos, parece não se sustentar somente como algo contemporâneo, mas um elemento que também se faz presente há muito tempo na realidade escolar. Ainda que alguns programas sociais tenham sido criados para amenizar a situação, em algumas regiões esses índices são muito elevados.

O segundo ponto é a desvalorização salarial dos professores. Primeiro, Prudente (2009) aponta como fator a não priorização da educação pelo governo monárquico. Ela enfatiza e refuta a tese de que essa desvalorização tenha se dado pela inserção da mulher ao magistério. Atribui como motivo os poucos recursos destinados para esse fim. Além disso, a descentralização da educação em 1834, transferindo os gastos para as províncias, mas, a continuidade do controle político sobre elas. Portanto, essa desvalorização sempre existiu. Ela traz em seu trabalho também os discursos políticos em cima dessa questão. Discursos esses que se

repetem hoje em palanques e falas daqueles que são responsáveis pela elaboração de políticas educacionais que serão discutidas mais adiante. Outro discurso para justificar desvalorização apontada seria o da desqualificação e despreparo dos profissionais, rebaixando salários, aliados à alta demanda por vagas nas escolas e os poucos recursos para suprir essa necessidade. Justificativa essa que também não foi aceita por Prudente, pois as autoridades responsáveis pela instrução não ofereciam qualquer tipo de formação aos professores.

Embora tenha-se dado ênfase a situação da educação em Goiás, crê-se que essas considerações tenham sido úteis para a reflexão da situação como um todo. O exercício aqui feito foi o de comparação do cenário educacional de mais de um século atrás, com o cenário atual e a constatação de que muitos elementos persistem permeados por discursos das autoridades responsáveis pela educação no Brasil e muitas vezes pelos próprios educadores que deixam a sala de aula e vão cumprir funções burocráticas e se tornam perpetuadores de tais situações, esquecendo-se de terem vivenciando-as na sala de aula. Recebendo gratificações ou mesmo simplesmente fugindo da função para a qual foram aprovados ou nomeados, esquecem-se das próprias lutas e adotam discursos daqueles que usam a educação para se promover. Calam-se para não terem que voltar ao ofício para qual foram designados. Esses são os piores sabotadores da profissão, abdicam de uma causa comum para atender apenas à sua própria.

2.2 FAMÍLIA E ESCOLA: A NECESSIDADE DE UMA PARCERIA NA BUSCA DE UMA MELHORIA DA APRENDIZAGEM

2.2.1. Uma breve reflexão sobre a Família

Assim como definir educação não é tarefa fácil, também não o é quando se trata da palavra família, pois, envolve questões estruturais, de vínculo e afetividade. Não se pode pegar emprestado do dicionário um significado frio que toma por base somente o parentesco, o sangue, ou a questão de se viver em um determinado local. Segundo Danda Prado:

[...]. É uma entidade por assim dizer óbvia para todos. No entanto, para qualquer pessoa é difícil esta palavra e mais exatamente o conceito que a engloba, que vai além das definições livrescas. (PRADO, 1984, p. 8).

Reiteramos: família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da História e apresentando até normas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado. (PRADO, 1984, p. 12).

Por ser uma instituição social, compreende-se que seja uma construção que, ao longo do tempo tem se constituído de diversas formas, uma vez que a sociedade traz em si um constante processo de mudança, variando de acordo com seu tempo, lugar, crenças, valores. Historicamente seus modelos têm se diversificado, ainda que muitas sociedades tenham incutidas em si esses fatores e que, resistam em aceitar tais mudanças. Mesmo as tradições culturais não são capazes de resistir às mudanças pois, a cultura não pode ser alheia ao seu tempo e se reinventa, preservando alguns de seus traços e se adaptando aos novos tempos.

Mas e qual seria então a função dessa instituição? Dentro da perspectiva sociológica, ela é o primeiro grupo no qual o sujeito é inserido. Naturalmente, dela se espera os primeiros cuidados básicos e que lhe garantam a sobrevivência. Portanto, inicialmente seu dever é garantir o direito à vida. Mas para além disso, existem outras funções essenciais que a sociedade espera daqueles que se agrupam para constituir uma família. Szymanski, (2010), traz uma importante observação sobre o tema, falando do encontro da criança com os primeiros “outros”, ou seja, a partir deles é que se aprende a existir, incorpora significados, na sua própria constituição enquanto sujeito, trazendo-lhe as primeiras referências, constituindo sua própria identidade. Eis aí algo elementar; as marcas subjetivas que esse sujeito carregará para o resto de sua vida, ainda que muitas desapareçam ou se transformem, outras permanecerão.

Rousseau já atentava para a questão da importância do zelo para com os filhos por parte dos pais, na constituição dos laços familiares que, conseqüentemente influenciariam em toda a sua vida.

[...]. Não há quadro mais encantador do que o da família, mas um só traço mal feito desfigura todos os outros. Se a mãe tiver pouca saúde para dar leite, o pai terá ocupações demais para ser preceptor. Os filhos, afastados, dispersos nas pensões, nos conventos, nos colégios, levarão para os outros lugares a amor da casa paterna, ou melhor dizendo, o hábito de não estarem ligados a nada. Irmãos e irmãs mal se conhecerão. Quando todos tiverem reunidos solenemente, poderão ser muito polidos entre si, mas se tratarão como estranhos. (ROUSSEAU, 2004, p. 27).

Pensar-se-á aí sobre as crianças de um modo geral que são reunidas numa sala de aula, com as mais diversas cargas de afetivas. Se em seu seio familiar não vivenciaram situações que contribuam para o convívio social, observando-se valores como amor, respeito, coletividade, cooperação, dificilmente conseguirá retribuí-los quando na troca com os demais, mesmo que receba-os. Terá aí a família falhado na função socializadora daqueles aos quais deveria auxiliar na sua constituição enquanto sujeitos.

Sendo identificada a diversidade dos elementos que podem influenciar nessa formação, será natural que as diferentes sociedades atribuam funções a cada membro da família. Em alguns esses papéis serão atribuídos observando-se o sexo, idade, hierarquia.

De acordo com Szymanski (2010), no ambiente familiar também devem ser oferecidas atividades diversas e com grau de complexidade variadas, começando-se pelas mais simples e gradualmente sendo mais exigentes para que se propicie o processo de desenvolvimento. Essas atividades auxiliam nas habilidades cognitivas, sociais e na afirmação da criança dentro desse ambiente, através de trocas intersubjetivas, fazendo com que todos da família também se desenvolvam.

Muitas famílias também podem por questões financeiras, transmitir aos seus filhos a sensação de preocupação e irritação, fazendo com as crianças que ainda não estão preparadas para lidar com esse tipo de problema, absorvam através das atitudes de seus familiares, sensações negativas, internalizando toda a situação. Muitas vezes podem até ser punidas e tornaram-se testemunhas de palavras e ações de violências, o que acarretará na reprodução de tais comportamentos dentro de

outros grupos sociais no quais estejam inseridos, como por exemplo a escola. A criança vai acumulando ao longo da sua vida diversos fatores sobre os quais está sujeita e sua tendência será externá-los de alguma forma; principalmente escola, onde ela terá uma grande interatividade social. Isso poderá se dar através de atitudes consideradas agressivas, de isolamento, provocativas, ou para serem notadas.

Szymanski, chama atenção sobre a importância de se conhecer essa realidade, mas de ser cauteloso na interpretação desse fato para que o olhar sobre a família não seja preconceituoso. Ela afirma que:

Esse conhecimento é necessário, em especial em relação as famílias de baixa renda, ou abaixo da linha da pobreza, não só para estudar os efeitos prejudiciais da pobreza famílias para o desenvolvimento de suas crianças. Trata-se de buscar informações necessárias para o desenvolvimento de programas de atenção a essas famílias e que não podem partir do pressuposto preconceituoso da incompetência na tarefa formadora. (SZYMANSKI, 2010, p. 28-29)

Rousseau ao escrever Emílio no século XVIII, talvez por ter vivido em uma época muito diferente da que se vive agora, e logicamente pelo tema educação ainda não ser tão discutido nesse período, chama a atenção de forma dura para a responsabilidade da família no ato de educar seus filhos:

Um pai quando gera e sustenta filhos, só realiza com isso um terço de sua tarefa. Ele deve homens à sua espécie, deve à sociedade homens sociáveis, deve cidadão ao Estado. [...]. Quem não pode cumprir os deveres de pai não tem direito de tornar-se pai. Não há pobreza, trabalhos nem respeito humano que o dispensem de sustentar seus filhos e de educá-los ele próprio. [...]. Para quem quer que tenha entranhas e desdenhe tão santos deveres, prevejo que por muito tempo derramará por sua culpa, lágrimas amargas, e jamais se consolará disso. (ROUSSEAU, 2004, p. 27)

Em sua afirmação algumas variáveis não estão aí consideradas, principalmente a realidade capitalista que leva muitas famílias a serem forçadas a “abdicar” dessa função de educar. Convivendo menos com seus filhos, os pais precisam trabalhar para propiciar às mesmas, melhores condições de vida no que tange à questão financeira, precisam deixar a educação de seus filhos a cargo de instituições ou pessoas estranhas, não tendo outra opção. Não deixa o autor de estar correto em sua afirmação que o ato de educar, tornando seus filhos homens sociáveis; não pode ser deixado de lado mesmo diante de diversas realidades. Ainda que o convívio seja

pequeno, deve ser acima de tudo, formador para a criança, ser intenso, fazendo-a sentir todo o afeto familiar, instruindo-a em seus atos, palavras, transmitindo-lhe valores. A educação deve, portanto, ser partilhada, nunca transferida a outra pessoa ou mesmo a qualquer instituição.

Essa carência de cidadãos que pensem o bem coletivo, que se preocupam com os demais, longe de atitudes individualistas, tem sido cada vez maior! Desde pequenas as crianças absorvem a necessidade de serem competitivas. A educação formal, tem sido apregoada como forma de garantia de melhores condições de sobrevivência. É preciso sempre que ela seja melhor preparada do que muitos outros para que no futuro possa “eliminá-los”. O eu e o ter têm sido cada vez mais valorizados. Não se afirma aqui, um ato intencional é claro! Mas, uma necessidade do mundo contemporâneo.

Num compartilhamento de responsabilidades, o Estado também exerce controle sobre as famílias. Ele sempre espera e atribui funções a ele mesmo e à família. Dela se espera a proteção, a inserção social e nas instituições sociais, os cuidados básicos. E em torno dessas expectativas esse Estado vai criando meios de exercer esse controle sobre as mesmas. Assim elas poderão estar sujeitas a sanções caso não as cumpra.

2.2.1.1 A evolução no conceito de família

Quando se fala em família, muitas vezes o pensamento é o de um modelo fixo de formação familiar, constituído por um homem e mulher que se casam e têm filhos, sendo a progenitora a maior encarregada dos cuidados e educação uma vez que, teoricamente passaria mais tempo junto das crianças. Nas sociedades ocidentais, essa ideia tem forte apoio nos princípios cristãos, assim como em outras civilizações estão atreladas aos ideais religiosos vigentes nas mesmas. Também isso ocorre entre as denominadas sociedades primitivas.

A chamada família nuclear ainda existe, mas com sua evolução apareceram novas configurações familiares devido a esse papel da mulher que, evolui nas ciências de um modo geral, principalmente as humanas, no movimento de independência feminina, na luta contra as desigualdades mundiais. O homem já não consegue ser o único provedor familiar, as mulheres não aceitam a submissão e mesmo os próprios homens já não corroboram dessa ideia. Movimentos de luta contra o preconceito

sexual, de afirmação de gênero, tomam corpo e estão cada vez mais presentes. Não há mais espaço para antigos paradigmas. Tudo isso colabora para que também as famílias mudem em sua estrutura, levando a novos conceitos sobre ela.

Será tratado aqui sobre essa dinâmica evolutiva da família. Segundo Prado (1981), foram dois os principais motivos para a chamada crise familiar: um reporta-se à Revolução Industrial, transformando a vida social que afetou e ainda afetaria hoje alguns países desencadeando mudanças não apenas nas condições materiais de existência, como questões filosóficas, ideológicas e culturais trazidas pela modernidade. O outro motivo seria referente aos países que conseguiram atingir um alto nível tecnológico e econômico.

A substituição da mão de obra que até então era predominante masculina devido à força física pelas máquinas, gerou uma forte onda de desemprego. Muitas mulheres foram inseridas nas fábricas, pois, eram capazes de manusear esses equipamentos, sujeitando-se a salários menores do que os dos homens. Crianças também passaram a compor o quadro de trabalhadores. Essa mulher que até então ficava em casa cuidando dos seus afazeres domésticos e dos filhos é obrigada a sair dessa posição apenas de esposa e mãe, para se tornar provedora. Passa a dividir essa responsabilidade com o seu marido. Esse fenômeno até então era pouco pensado numa sociedade machista e moldada por valores religiosos; passa a influir diretamente nessa mudança social e econômica, dando início à uma grande mudança! A Revolução Industrial, tornou-se um dos fatos históricos que mais contribuiu para o início de uma nova ordem mundial, afetando todos os valores, estabelecendo de vez uma divisão de classes chamada por Marx de burguesia e proletariado. Essas consequências nos chegam aos dias atuais cada vez mais evidentes e atuantes em todos os níveis, inclusive na educação.

Segundo Souza (2009)

[...] O antigo padrão familiar, antes constituído de pai, mãe e filhos e outros membros, cujo comando centrava-se no patriarcal e/ou matriarcal, deixa de existir e em seu lugar surgem novas composições familiares. Ou seja, famílias constituídas sob as mais variadas formas, desde as mais simples, formadas apenas por pais e filhos, outras formadas por casais oriundos de outros relacionamentos, até famílias compostas por homossexuais e famílias apenas composta por avós e netos, o que não significa que estas novas formações não possam ser consideradas família. Constituídas de forma diferente, mas famílias. (SOUZA, 2009, p. 12)

Essas novas configurações ou possibilidades de família embora causem polêmicas no que tange à aceitação social, tornam-se cada vez mais comuns e compõem a nova realidade em grande parte do mundo. Sejam em países desenvolvidos, cujo grau de instrução é maior e traz como consequência uma maior naturalização dessas tendências; seja em países pobres, onde as questões econômicas muitas vezes levam a essas formações familiares. Por mais que em algumas sociedades existam resistências culturais, religiosas, elas são inegáveis e com elas convivemos e nos deparamos a todo instante.

Mesmo diante das mudanças estruturais, morais e culturais, permaneceu por muito tempo o estudo de família assentado num modelo familiar nuclear/patriarcal. Marisa Tayra Teruya (2000) aponta que houve uma modificação na abordagem desse conceito que chega nos anos noventa, deixando os estudos de se firmarem apenas sobre o que ela chama de “discretas estruturas domésticas”, para uma investigação de relações mais complexas de parentesco e partindo para a interação familiar com fatores religiosos, do trabalho, da educação, das instituições correccionais e sociais e com processos de migração, industrialização e urbanização. A constituição familiar, há muito já havia se modificado, o que persistiu por um longo tempo, foi o enfoque dado nos estudos sobre família, perpetuando-se uma visão errônea sobre a mesma.

Essa nova percepção se iniciaria de acordo com Teruya (2000), com os estudos sociológicos da Escola de Chicago na década de vinte, assentada em teóricos como Durkeim, Simmel, Cooley, Weber e outros, observaram que o urbanismo e a industrialização desintegravam a visão tradicional de família patriarcal. Essas modificações também não se davam apenas no âmbito familiar, mas, de uma forma geral nas relações da racionalidade econômica. Esse estudo observaria também outro fator de extrema relevância para uma relação exclusiva da família; a afetividade que, asseguraria a sua permanência social.

Já na década de cinquenta, também nos Estados Unidos, surge o funcionalismo buscando um conjunto de relações envolvendo a família, trazendo também as questões da moralidade e da personalidade, além das econômicas, onde família nuclear não combinaria com a sociedade industrial. Segundo Teruya:

Este novo modelo se caracterizaria pela perda da importância do parentesco extenso, independência econômica dos filhos (acarretando a conseqüentemente diminuição da autoridade paterna), aumentando a participação da mulher no sistema produtivo, natalidade planejada e reduzida.

As funções da família moderna se restringiram à socialização da criança e estabilização das personalidades adultas. (TERUYA, 2000. p. 9)

Nas décadas de sessenta e setenta, o estudo da família passa a ter a colaboração de historiadores com novas metodologias de pesquisa passando a revelar diferentes constituições familiares em diversos tempos e lugares, no exercício da reconstituição do passado. Um dos grandes contribuidores dessa nova vertente de pesquisa teria sido o francês Philippe Ariès na década de cinquenta, trazendo as relações entre pais e filhos como mais importante do que a linhagem, herança ou permanência do nome. Esse estudioso passa a usar em suas pesquisas algumas fontes antes não consideradas nas pesquisas, tais como iconografia e arte. (TERUYA, 2000).

Essas rasas ilustrações historiográficas que se debruçaram sobre estudo familiar, tiveram como intenção apenas uma rápida reconstituição acerca da evolução do próprio conceito de família. Não se pretendeu aqui uma densa exploração do tema, mas subsidiar essa escrita para que se compreenda tais estudos e para que se possa orientar melhor essa discussão no Brasil.

2.2.1.2 A História da Família no Brasil – alguns aspectos

De acordo com Souza (2009) o Código Civil Brasileiro de 2002, trouxe um avanço para o conceito de família no Brasil, considerando qualquer união estável entre pessoas envolvidas afetivamente e pautada no respeito mútuo. O que altera completamente o conceito de família idealizado pela sociedade. A autora ressalta ainda que, essa diversidade de relações, nos leva a falar em famílias e não mais em família. Talvez o caso mais controverso seja entre os casais homoafetivos, onde uma criança pode ter dois pais ou duas mães, e na questão da afirmação de gênero onde uma pessoa biologicamente definida num sexo, se identifica em outro, tendo a criança um pai nascido no corpo de uma mulher ou vice-versa.

Essa estrutura que hoje faz parte da realidade brasileira, foi se modificando e se configurando durante séculos. Será necessário, portanto, fazer essa volta ao passado para se verificar como essa transformação foi acontecendo.

Segundo Noronha e Parron:

[...] é possível afirmar que a família brasileira tem como base a sistematização formulada pelo direito romano e pelo direito canônico. A família romana era formada por um conjunto de pessoas e coisas que estavam submetidas a um chefe: o *pater familias*. Esta sociedade primitiva era conhecida como família patriarcal que reunia todos os seus membros em função do culto religioso, para fins políticos e econômicos. O direito romano teve o mérito de estruturar, por meio de princípios normativos, a família. Isto porque até então a família era formada por meio dos costumes, sem regramentos jurídicos. Assim, a base da família passou a ser o casamento, uma vez que somente haveria família caso houvesse casamento. (NORONHA; PARRON, 2009, p. 3).

Percebe-se uma sociedade que se consolidou baseada nos valores religiosos católicos engendrados por Portugal em sua Colônia e se firmou sobre esses mesmos; a figura do pater como centro familiar que, tinha todos sobre seu controle. Herdeira também de um direito que se constituiu sobre os costumes, passando posteriormente à sua forma escrita, estabelecendo regras jurídicas, institucionalizando o casamento como forma de constituição familiar. Assim se consolidou a sociedade brasileira.

Estar de acordo com as normas sociais pautadas nas regras religiosas, significaria, portanto, estar inserido socialmente. O padrão de conduta se impõe sobre a Colônia e se estende ao Império e até mesmo à República.

Inicialmente o único casamento reconhecido seria o católico, outras profissões de fé não eram reconhecidas, fato esse que segundo Noronha e Parron (2009) se modificaria com o crescimento da população, passando a Colônia a receber muitos imigrantes não católicos que ficavam impedidos de casarem-se. A partir de então o Estado resolve aceitar o matrimônio de católicos com pessoas que seguiam seitas oriundas do catolicismo, a chamado casamento misto, como também entre pessoas das chamadas seitas dissidentes.

Havia uma forte tentativa por parte da Igreja de controlar a instituição da família no Brasil, principalmente devido à miscigenação aqui ocorrida, havendo também uma forte repressão por parte da mesma segundo esses dois autores citados acima. Com certeza, temia-se a aceitação de outras culturas e religiões, principalmente africana e indígena que possuíam outros rituais e costumes em relação ao casamento. Isso colocaria em risco a forte autoridade eclesiástica aqui; um lugar tão propenso à uma diversidade de costumes. A instituição Católica que mandou seus representantes juntamente com Cabral, sendo seu objetivo difundir a fé cristã católica, não poderia titubear no controle religioso e dos valores cristãos na Colônia.

Heliane Prudente Nunes em seu artigo: “História da Família no Brasil e em Goiás: Tendências e Debates”, faz um estudo de alguns trabalhos sobre o tema; dentre eles os de Gilberto Freire e Oliveira Vianna, realizados nas décadas de 1930 e 1940. Dois dos maiores historiadores sobre Brasil, para estudar família. Segundo Prudente, esses dois autores “Concebiam a família como patriarcal rural-sustentada por uma produção baseada no trabalho escravo e voltada para o mercado externo – e, além disso, poligâmica, cuja mentalidade permitia ao homem branco todas as relações sexuais possíveis e desejáveis, enquanto às mulheres brancas eram reservadas a castidade e a obediência ao pai, e, depois, ao marido.” (NUNES, 2001, p. 59).

Esse modelo patriarcal, de acordo com Prudente (2001), pautava-se de obrigações entre todos que compunham a família, incluindo-se escravos, agregados e parentes, reforçando-se os laços parentais e os de solidariedade. Ainda segundo a autora “o mundo da família patriarcal era uma articulação entre “parentesco”, “trabalho” e “dependência”. (NUNES, 2001, p, 59)

Um fato chama a atenção para esse estudo; o papel antagônico da mulher e do homem e que, faz compreender a herança de uma sociedade machista, onde o sexo feminino sempre deveria estar submisso ao masculino. Ao homem, as relações sexuais com diversas mulheres, não só eram permitidas, como lhe ressaltavam a virilidade e título de macho e à mulher, além de não permitido, lhe imputaria uma imagem vexatória e desonrosa.

Contrapondo à esses estudo, Nunes (2001), traz outras tendências a partir dos anos de 1960, chegando aos 1980, com outra percepção sobre a mulher. Aspectos como a submissão foram revistos e também se ressaltou a sua atuação dentro da família, algumas vezes assumindo a liderança da mesma. Identificou no Sul brasileiro, que ela desenvolvia atividades diversas e não aceitava pacatamente os casos de traição dos esposos. Assim, identificou-se diversos modelos de família em coexistência. Dentro dessa perspectiva, debruça seus estudos sobre o que ela chama de “modelo característico da família” em Goiás no século XIX, apoiando-se principalmente nos relatos dos viajantes que por aqui passaram,

O período de estudo proposto, contextualiza-se pelo declínio da mineração na região e pela pecuária como alternativa econômica aqui desenvolvida. Nunes (2001), ressalta que esse modelo de família patriarcal se evidenciou mais nas áreas açucareiras nordestinas, diferindo-se nas chamadas regiões auríferas. Não seria possível, portanto, afirmar que no Brasil, tenha havido um único modelo familiar. Esse

estava atrelado a fatores específicos de cada período e local. A autora apresenta duas fases na província de Goiás sobre o tema: do século XVIII, início da mineração, até metade do século XIX, onde haveria “prevalência de relações familiares instáveis, do tipo consensual, apoiada no compromisso informal” e a segunda, da metade do século XIX até seus últimos anos, onde predominou as “relações estáveis, com características próximas às da família patriarcal.”

A primeira fase explica-se pela diversidade da população das áreas mineradoras que era predominantemente masculina. Quando se descobria um nova e promissora mina, havia uma aglomeração muito grande de homens vindos de toda parte do Brasil e de Portugal, com o objetivo de explorá-la. Esses homens não levavam consigo suas famílias, devido às condições inóspitas e não se prendiam por muito tempo num local sempre migrando em busca de novas oportunidades de riqueza. As possibilidades de se constituir uma família eram raras, sendo essas pouco duradouras devido ao alto nível de migração nessas regiões. Nunes (2001), no estudo da documentação identifica o concubinato com índias e negras, formando famílias ilícitas aos olhos da Igreja. Alguns dos filhos com essas mulheres eram reconhecidos oficialmente.

A partir do declínio minerador e com a pecuária como alternativa caracteriza-se a segunda fase. Os que aqui permaneceram passam a constituir o que a autora chama de famílias estáveis. Tanto os donos do gado, quanto os que para ele trabalhavam se estabeleceram nas propriedades rurais, assim como algumas pessoas se fixam nas cidades formadas durante a exploração do ouro, tendo o homem geralmente como provedor e chefe familiar. Essa fase é marcada por uma ruralização da população. Mesmo as famílias mais abastadas, muitas vezes permaneciam nas fazendas com suas famílias que eram isoladas do convívio social, indo raramente na cidade, nas festividades religiosas.

2.2.1.3 A família brasileira no contexto atual

Uma vez verificados alguns dos modelos de família encontrados no Brasil, torna-se necessário compreender como encontra-se a atual configuração desses modelos diante da legislação atual.

Ainda que tenham existido diferentes configurações familiares aqui, uma característica prevalecia na sociedade brasileira: o homem provedor e mulher

mãe/dona de casa que se ocupava dos afazeres domésticos e de cuidar dos filhos. Essa ideia estava difundida no Brasil desde sua colonização, assentada principalmente, em valores religiosos que balizavam tal ideário. Mesmo com a chegada do século XX e a presença de algumas mulheres nas fábricas, assumindo um importante papel econômico em suas casas, a superação do machismo e do preconceito tem se mostrado de difícil efetivação. Algumas mulheres tiveram sim notoriedade nacional e mundial; cantoras, atrizes, vedetes, escritoras, pintoras, dentre outras. Porém, quando se pensa na situação feminina como um todo, não há como negar que, diante da sociedade fosse ainda de pouco destaque. Rótulos eram estabelecidos: ser desquitada configurava-se em tabu; a obrigatoriedade de casar-se até certa idade e ser uma boa esposa.

O reconhecimento de direitos aos filhos e cônjuges e proteção do Estado foram atrelados em 1988 com a Nova Constituição, ao casamento. Segundo Noronha e Parron: [...] “o Estado entendia, até então, que a família apenas surgia a partir do casamento. Os conjuntos de pessoas unidos sem tal convenção não eram considerados família e, em razão disso, não mereciam a proteção estatal” (NORONHA E PARRON, 2009, p. 6).

O ponto de maior relevância no que tange a questão da família partir da nova Constituição de acordo com Noronha e Parron (2009), foi a igualdade de direitos conferida ao casal com extensão aos filhos, passando a considerar a união estável como garantia de direitos e como formação familiar. A mulher que tinha uma posição de inferioridade, foi reconhecida como cônjuge, mudando o conceito de família, o que se refletiria no Código Civil do ano de 2002. A configuração familiar modifica-se completamente! Considerando diversos aspectos, independentemente de a união ser heterossexual ou homoafetiva. Portanto, a afetividade passa a ser o principal fator união de duas pessoas e constituição de uma família e o pluralismo o ponto crucial dessa nova dinâmica.

O Estado passa a ser a instituição com a missão de garantia dos direitos individuais e sociais. O que fica como pergunta é: ele tem mecanismo para tanto? Embora seja sua obrigação, a realidade parece não ser confirmadora desse aspecto. Não se pode negar, porém que a Constituição trouxe o sonho de uma sociedade mais justa e igualitária, dando ao cidadão meios ainda que não tão eficientes; para a busca dos direitos e de proteção, como também trouxe diversas possibilidades de interpretação das leis.

Do direito canônico que reconhecia apenas o casamento de sexos opostos diante da benção da Igreja, renegando-se as demais formas de união, passou-se a reconhecer constituições familiares variadas, sem necessidade de vínculos religiosos ou de matrimônio legalmente constituído. Cabe lembrar que, toda sociedade se ajustar à suas novas demandas e na revisão ou evolução de conceitos. No caso da família, ele não só se readequou como trouxe uma reflexão acerca de sua finalidade. Segundo Noronha e Parron: [...] “A finalidade da família para a sociedade é permitir que seus integrantes desenvolvam de forma plena a sua personalidade para que possa assim, cada qual com a sua individualidade, mas alicerçados em elos comuns e indissolúveis – o afeto, atingir a felicidade. ” (NORONHA; PARRON, 2009. p. 21).

Também Gagliano e Pamplona Filho, consideram sobre a família de hoje

Enquanto base da sociedade, a família, hoje, tem a função de permitir, em uma visão filosófica-eudemonista, a cada um dos seus membros, a realização dos seus projetos pessoais de vida. [...]. Hoje, no momento em que se reconhece à família, em nível constitucional, a função social de realização existencial do indivíduo, pode-se compreender o porquê de a admitirmos efetivamente como base de uma sociedade que, ao menos em tese, se propõe a constituir um Estado Democrático de Direito calcado no princípio da dignidade da pessoa humana. [...] A família deve existir em função dos seus membros, e não o contrário. (GAGLIANO & PAMPLONA, 2014, p. 63)

Nesta perspectiva, a família de hoje ou da atualidade, baseia-se no princípio de dignidade, da cidadania da pessoa humana, onde a família deve viver em função dos seus membros, onde eles realizam projetos pessoais, existenciais, no corpo coletivo da família.

A partir desse pressuposto, será encaminhada a discussão sobre o papel da família, na formação não só moral, mas também intelectual da criança. Uma reflexão sobre a necessidade da aproximação família/escola para a garantia dos direitos e da dignidade do educando. Trabalhar em parceria, com funções específicas, mas imbuídas na busca do mesmo objetivo; a alcance do sucesso na vida escolar e de sua aprendizagem.

2.2.1.4 Pressupostos da Aprendizagem – alguns apontamentos

Sendo a aprendizagem um dos principais objetos desse estudo, faz-se necessário a compreensão ainda que superficial, de seus mecanismos. Alguns apontamentos básicos serão tratados aqui para que se possa compreender como ela se dá e conseqüentemente encaminhar a discussão de alguns caminhos para que se contribua a fim de que a mesma ocorra satisfatoriamente, com o auxílio da família nesse processo.

No capítulo um desse estudo, verificou-se que a educação é um ato social, dando-se na interação da criança com os mais diversos grupos, começando pela família. Identifica-se, portanto, o modelo sociointeracionista.

Segundo Corrêa:

O que permite a compreensão das funções psicológicas superiores³ é conceito de mediação. A relação do homem com o mundo físico e social é sempre mediada, o que a torna mais complexa. Esses elementos mediadores são de naturezas distintas e referem-se ao uso de instrumentos e signos. (CORRÊA, 2017, p. 382)

Essa relação é que possibilita ao homem o seu desenvolvimento, mediada pelo contato entre o concreto e o ambiente socialmente constituído, traduzindo assim o pensamento de Vygotsky. As influências do meio tanto físico quanto cultural atuam sobre o sujeito na sua aprendizagem.

Corrêa (2017), ressalta que o professor sendo um mediador da cultura social valorizada, deve colocar-se entre o educando e o conhecimento escolar, fazendo que ele se aproprie desse conhecimento. Essa é a difícil tarefa do mestre; estar atento ao socialmente estabelecido dentro dos diversos grupos que compõem o mundo desse sujeito e por ele abstraído, sendo capaz de mostrar-lhe o caminho que o levará a construir seu conhecimento. Educar deixa de ser dessa forma, a pura exposição de conteúdos; sendo necessário antes de tudo, conhecer a realidade do aluno, levando-o a contextualizar os mesmos ao seu mundo, mostrando-lhe significado no que está aprendendo.

As estratégias passam a ser fundamentais por parte do educador ao elaborar seu plano. É preciso diagnosticar e identificar quais são os conhecimentos prévios

³ - Funções Psicológicas superiores: "funções exclusivamente humanas que possuem gênese fundamentalmente cultural e não biológica, tais como atenção voluntária e pensamento abstrato." (CORRÊA, 2017, p. 382).

trazidos por essa criança para que se pense em como ela possa a partir deles, elaborar seus próprios conceitos e visão de mundo.

Termisia Rocha em seu artigo “Aprendizagem e desenvolvimento em Vygotsky”, trabalha a ideia do autor da relação entre instrução escolar e o desenvolvimento cognitivo como forma de se debater a questão desenvolvimental. Rocha destaca que “Para Vygotsky, a história da sociedade e o desenvolvimento do homem estão totalmente conectados, de maneira que não seria possível separá-los. A forma como os adultos tentam transmitir para as crianças os seus modos, seus pensamentos, suas experiências e sua cultura, demonstram que desde a tenra idade as crianças mantêm constante interação com os adultos, em consequência disso os processos cognitivos e psicológicos mais complexos vão tomando forma. No início são chamados intersíquicos, ou seja, partilhados no contato com os adultos ou com as outras pessoas e na medida que a criança vai crescendo os processos acabam por tornar-se intrapsíquicos.” (ROCHA, s/d)

Rocha (s/d) traz como ideia central de Vygotsky que a aprendizagem é anterior à sua chegada na escola e que, a criança traz consigo uma história podendo essa ter continuidade ou não. A produção anterior a vida escolar e a adquirida na escola são diferentes, mas todas duas são consideradas aprendizagem. Assim essa criança traz consigo conceitos formados que aprendeu na interação com outro, reforçando o pensamento de que o conhecimento é antes de tudo social e a partir desse, formula outros. Não se deve tentar anular o que esse sujeito traz. Além de considerá-lo, é preciso respeitá-lo e explorá-lo para novas construções, tornar a aprendizagem significativa para o educando. Habilidade essa que nem sempre é identificada nos agentes da educação formal que tendem muitas vezes, querer despejar conceitos prontos que jamais serão compreendidos porque não foram formulados pelo sujeito, tornando-o mero receptor e repetidor.

Outro ponto de abordagem trazido por Rocha (s/d) de um conceito importante para Vygotsky que é o desenvolvimento potencial, pois esse ajuda a compreender o progresso cognitivo do ser humano. Nele, a criança necessita num primeiro momento da ajuda de outras pessoas que já vivenciaram um determinado processo e no futuro ela fará isso sozinha. Essas habilidades estariam situadas numa zona de desenvolvimento potencial e a segunda na zona de desenvolvimento real, respectivamente. Sendo que a primeira dá condição de prever os próximos passos da criança e como será o seu desenvolvimento. De acordo com esse pensamento, o

professor que orienta o educando, ajudando-lhe a experimentar e formar seus conceitos estabelecendo os objetivos a serem alcançados por esses indivíduos. O desenvolvimento estaria ligado ao social, “de fora para dentro”, sendo influenciado pela cultura. “Para Vygotsky a aprendizagem e o desenvolvimento não são processos únicos e nem independentes, o autor atribui valor à aprendizagem somente quando ela é fonte de desenvolvimento.” (ROCHA, s/d). Não sendo coincidentes, aprendizagem e desenvolvimento, a primeira levaria ao segundo, não seriam simultâneos.

Queiroz em seus estudos continua afirmando que ele: “[...] defende uma contínua interação entre as variáveis condições sociais e da base biológica do comportamento humano, partindo de estruturas orgânicas elementares, determinadas basicamente pela maturação, que formarão novas e mais complexas funções mentais. A maneira como a linguagem utilizada pela criança na interação social com adultos e coleguinhas mais velhos, tem papel importante na formação e organização do pensamento complexo e abstrato de cada um, ou seja, adquire a capacidade de se autorregular.” (QUEIROZ, s/d)

Assim, a criança parte de informações acerca do ambiente e objetos, interagem com os mesmos para depois agir sobre os mesmos, integrando-se ao social e posicionando-se sobre o mesmo e formulando seus próprios conceitos, necessitando cada vez menos da orientação de outras pessoas mais experientes. Modificando “suas funções psicológicas, tais como a percepção, a atenção, a memória e a capacidade de solução de problemas e, dessa forma, poderão organizar e operar as informações que influenciarão o conhecimento individual, a consciência de si e do mundo.” (QUEIROZ, s/d)

Queiroz (s/d), afirma que Vygotsky contesta as teorias sobre desenvolvimento anteriores: a que ele acontece antes da aprendizagem; diz que eles são concomitantes e independentes interagindo um com outro e que se afetam mutuamente, sendo que um levaria ao outro. O desenvolvimento seria “apropriação ativa” do que a sociedade oferece à criança desde o início da sua existência, integrando-se à sua cultura, levando o seu “funcionamento intelectual” a desenvolver-se pautado nas inferências de outras pessoas e que o conduzirá à formulações independentes.

Com essa afirmação o teórico cria a chamada ZDP (Zona de Desenvolvimento Proximal) que na afirmação de Queiroz (s/d) seria a “distância entre os níveis de

desenvolvimento: o real no qual não necessita mais de ajuda para resolver seus problemas e o chamado “nível potencial de desenvolvimento em que necessitava da ajuda de outros para resolvê-los.

Carl Rogers (2010), trata a aprendizagem como algo que desperta a curiosidade do educando que consegue relacionar o que lhe é oferecido com o que lhe interessa de fato, que vai ao encontro de seus anseios de sua realidade, do que se aplica ao seu cotidiano, do que lhe parece útil, mas também do que ele precisa saber. O autor ressalta o professor não percebe o quanto uma grande quantia do que apresenta aos alunos é totalmente sem sentido para ele, principalmente para uma criança carente que não identifica qualquer contextualização diante desse material e nem significado pessoal! Essa aprendizagem seria fria sem relevância para a formação integral. Esse fator poderia retardar ou interromper a mesma.

Tem-se aí o grande desafio para todos os que estão diante dessa tarefa; em salas heterogêneas, com realidades, necessidade e vontades diferentes, seria possível tornar o ensino significativo para todos? Está aí a importância do diagnóstico, da observação diária, de conhecer o educando não apenas pelo nome, mas também a sua história enquanto sujeito, as diferentes realidades. Isso demanda um esforço muito grande, o princípio da escuta, da leitura de comportamentos, de palavras expressas ou não. Certamente não será tarefa fácil ou as vezes se tornará quase impossível diante da realidade das escolas públicas principalmente, abarrotadas e dispendo de poucos recursos, inclusive didáticos. Não se afirmar aqui que essa aproximação seja impossível, mas que tornar-se-á muito mais difícil e exigirá esforços não só de professores como de toda a comunidade escolar, incluindo-se servidores administrativos, gestão, coordenação e família. Saber o que o educando pensa, do que ele gosta e que tipo de aula mais lhe atrai, parece um bom começo.

O caminho seria de acordo com Rogers (2010), o da experimentação, fazer com o sujeito descubra as coisas por si mesmo, formulando ou corroborando conceitos, enxergando a aplicação útil do que lhe está sendo ou o que lhe foi apresentado. É comum ouvir dentro de sala de aula a pergunta: para que serve isso? Assim ao pensar conteúdos ou temas a serem trabalhados, é preciso que se pense na relação deles que o educando poderá fazer em sua vida. Segundo Rogers: “A aprendizagem significativa combina o lógico e o intuitivo, o intelecto e os sentimentos, o conceito e a experiência, a ideia e o significado. Quando aprendemos dessa

maneira, somos integrais, utilizando todas as nossas capacidades masculinas e femininas.” (ROGERS, 2010, p. 38)

O desafio torna-se ainda maior diante de sistemas escolares que, preestabelecem e exigem o cumprimento de determinados conteúdos, currículos, conhecimentos. Isso ocorre não só dentro das escolas, como também em algumas políticas educacionais. Quando se pensa por exemplo nas avaliações externas que tratam todos como iguais em relação à aprendizagem e não consideram as variáveis da mesma: tempos, ritmos e interesses diferentes. Nem todas as disciplinas farão o mesmo sentido para esse sujeito.

Todos esses elementos apontados anteriormente parecem ser novos, porém, já eram debatidos por pensadores como os iluministas do século XVIII, já os traziam como: aprendizagem significativa, professor mediador e diferentes tempos e ritmos de aprendizagem. Isso traz uma interrogação: por que essas discussões só tomaram corpo há pouco tempo ou mesmo por que aparecem como tendência nos atuais debates sobre o tema? Ainda que Emílio seja um aluno fictício criado por Rousseau, havia a intenção de mudar padrões educacionais da época. Por isso mesmo ele tenta criar um ambiente educacional diferente, embora que considerasse isolá-lo de todo o resto da sociedade, dando total condições para que ele se desenvolvesse de acordo com suas convicções. Mas suas ideias certamente inspiraram muitos outros teóricos em seus trabalhos.

Assim, como nos apontamentos anteriores, principalmente em Vygotsky, observou que a aprendizagem leva ao desenvolvimento, Rousseau afirmou que:

A criança que tocar em tudo, pegar em tudo: não vos oponhais a esta inquietação; ela lhe sugere um aprendizado muito necessário. É assim que ela aprende a sentir o calor, o frio, a dureza, a moleza, o peso, a leveza dos corpos, a julgar sua grandeza, sua figura e todas as qualidades sensíveis, olhando, apalpando, escutando e principalmente comparando a visão com o tato que produziram em seus dedos. (ROUSSEAU, 2004, p. 51-52)

Outro aspecto observado por Rousseau foi o da aprendizagem significativa, sobre a qual ele afirmou: “Ninguém tem o direito, nem mesmo o pai de ordenar à criança o que não lhe serve para nada” (ROUSSEAU, 2004, p.82).

Sobre os tempos da criança, Rousseau afirma que:

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter a ordem, produziremos frutos temporários, que não

estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper, teremos jovens doutores e crianças velhas. A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que são próprias; nada é menos sensato do que querer substituir essas maneiras pelas nossas, e para mim, seria a mesma coisa de exigir que uma criança tivesse cinco pés de altura e que tivesse juízo aos dez anos. Com efeito, de que lhe serviria a razão nessa idade? Ela é o freio da força, e a criança não precisa desse freio. (ROUSSEAU, 2004, p. 91-92)

Os modernos tempos têm exigido cada vez mais das crianças um desenvolvimento e uma aprendizagem prematuros. Desde bebês em berçários e creches, são forçados a trocar um convívio familiar pelo dessas instituições. Ainda que se saiba que nelas tente-se respeitar o seu tempo de brincar, socializar, experimentar; são estimuladas a uma aprendizagem com objetivos preestabelecidos, visando também a aprendizagem formal. Há muita discussão sobre isso, com afirmativas contrárias e outras negativas para seu desenvolvimento. Fato incontestável é que elas perderão o precioso tempo do convívio com a família, do afeto de seus pais, levando-as à precocidade cada vez maior. Muitas dessas crianças apresentam formulações, falas e raciocínios que parecem incompatíveis com suas idades, absorvem muita informação, manuseiam aparelhos eletrônicos com tamanha facilidade que, chegam a espantar os adultos. Logicamente, esse último fator não está relacionado somente à sua ida precoce para instituições, mas, acima de tudo ao acesso que têm; proporcionado principalmente pelos pais cada vez mais ocupados, cansados e sem tempo para experiências de convívio e de trocas. Como afirmou Rousseau; crianças velhas! As cobranças são cada vez maiores em termos de aprendizagem formal, e cada vez mais cedo também.

Ainda de acordo com Rousseau, é preciso dar autonomia à criança em seus atos, ajudá-la e não fazer por ela. Pensa-se aí na ideia do mediador, segundo o autor: “Vós o embruteceríeis, é verdade, com esse método, se sempre o dirigísseis, se sempre lhe dissésseis: vai, vem, fica, faz isso, não façás aquilo. Se vossa cabeça sempre conduzir seus braços, a dele tornar-se-á inútil.” (ROUSSEAU, 2004, p. 137). Já se percebe aí a ideia de mediação do conhecimento, deixar que a criança experimente.

Para encerrar a exposição sobre aprendizagem será acrescentado aqui o pensamento de Demerval Saviani (2003) ao afirmar que, a escola deve atentar-se ao que acontece dentro dela, trazendo métodos que superem os tradicionais e os novos que estimulem o protagonismo do aluno, sem renunciar ao apoio do professor.

Favorecendo o diálogo entre os dois sujeitos, valorizando sim o conhecimento acumulado pelo mestre, mas, observando-se também os interesses dos educandos, seus ritmos de aprendizagem, suas funções psicológicas. Porém com uma “sistematização lógica” dos conhecimentos, ordenando-os e graduando-os no processo de “transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos. ”

Sobre os métodos, Saviani afirma que:

Os métodos que preconizo mantêm continuamente presente a vinculação entre educação e sociedade. Enquanto no primeiro caso professor e alunos são sempre considerados em termos individuais, no segundo caso, professor e alunos são tomados como agentes sociais. Assim, se fosse possível traduzir os métodos de ensino que estou propondo na forma de passos à semelhança dos esquemas de Herbart e de Dewey, eu diria que o ponto de partida do ensino não é preparação dos alunos, cuja iniciativa é do professor (pedagogia tradicional), nem a atividade, que é de iniciativa dos alunos (pedagogia nova). O ponto de partida seria a prática social (primeiro passo), que é comum a professor e alunos. (SAVIANI, 2004, p, 70).

Completando seu raciocínio, Saviani (2004), ressalta que mesmo sendo uma prática social dos dois, não pode-se deixar de considerar que, eles encontram-se em níveis diferentes de compreensão: “conhecimento e experiência da prática social.” O professor sintetizaria precariamente a sua compreensão pela sua síntese, articulando conhecimentos e experiências, antecipando-se ao que será possível colocar em prática com os educandos, sem conhecer seus níveis de compreensão, a não ser precariamente. Já o estudante é uma mistura e seus conhecimentos e experiências acabam não sendo anulados dentro da prática pedagógica na qual estão inseridos e participam. O que o autor propõe, é a articulação entre sociedade e educação, afirmando que essa sociedade está fragmentada em classes com interesses distintos e que essa pedagogia voltada aos interesses populares enfrentará os interesses dominantes, travando-se aí uma luta. Sua pretensão é apresentar uma pedagogia que coloque a educação como transformadora nas “relações de produção. ”

Aqui inicia-se uma discussão sobre a importância dos sujeitos presentes na vida da criança uma vez que a aprendizagem é anterior ao seu desenvolvimento, ela necessitará de atores diversos, começando por sua família que será de crucial importância nesse processo e a acompanhará nele. Todos os seus membros devem estar atentos nesse sentido e trabalhar conjuntamente com a instituição escolar para a garantia de sua formação integral.

2.2.1.5 Família e Escola em trabalho colaborativo para a melhoria da aprendizagem

Aqui inicia-se uma das discussões centrais deste trabalho; a importância dos sujeitos presentes na vida da criança para sua aprendizagem, trabalhando na perspectiva de que ela seja anterior ao seu desenvolvimento. Essa criança necessitará de atores diversos, começando por sua família que deve contribuir de maneira substancial nesse processo e a acompanhará. Todos os seus membros devem estar atentos nesse sentido e trabalhar conjuntamente com a instituição escolar para a garantia de sua formação integral.

Para introduzir esse apontamento, faz-se necessário antes de tudo analisar o que diz a lei sobre os deveres da família.

Segundo a Constituição de 1988 em seu Art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 123.)

De acordo com o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p. 07)

Analisando essas duas citações, traz-se a seguinte reflexão; garantir o direito à educação, traduz-se em quê? Seria o dever da família apenas matricular a criança para que não sofra as penalidades previstas em lei? A resposta parece um tanto óbvia, embora implique uma discussão maior! A obrigação parece ter ficado somente a cargo da escola. Sabe-se que a realidade da família brasileira hoje é permeada por uma diversidade de situações desde sua composição, da situação financeira, da questão do trabalho e outros fatores que refletem diretamente sobre a vida do educando na

escola. O que se refuta é que essa gama extensa de realidades, justifiquem a ausência familiar na vida da criança e do adolescente e que, ela abdique dessa função e deixe somente a cargo da escola responsabilidade pelo processo educativo e da aprendizagem. Citando o ECA Noronha e Perron (2012), falam da paternidade responsável que deve garantir o desenvolvimento do menor em todas as esferas, o que mais uma vez corrobora a ideia do papel fundamental dos responsáveis legais na vida do mesmo.

Seja qual for essa composição familiar, a realidade socioeconômica, a família não pode isentar-se de participar do processo, afinal, é um dever como bem ressalta a legislação, além de um ato social que envolve a todos em função do ator principal; o estudante. Durante a pesquisa, foram coletados dados sobre essa presença ou ausência. Isso foi feito através da consulta das atas de reuniões bimestrais, para entrega de notas e com questionários investigativos junto à gestão escolar, coordenação, professores e responsáveis.

Em sua pesquisa de mestrado realizado em Portugal, Ana Luiza Bipe Picanço (2012) ressalta que é muito importante que a família se integre na vida escolar dos educandos, apoiando-os para que consigam êxito. Também afirma que, o ambiente escolar é o local onde os pais confiam que seus filhos sejam educados formalmente, mas, sem deixarem de dar apoio nessa missão. Essa integração seria indispensável para pais e escola.

O trabalho de Picanço buscou a comprovação do que aqui se afirmar; não há como dissociar escola e família da missão de educar. Muitas publicações que tratam da discussão foram feitas também no Brasil, defendendo a importância dessa aproximação. Segundo Souza, [...] “a interação família/escola é necessária, para que ambas conheçam suas realidades e suas limitações, e busquem caminhos que permitam e facilitem o entrosamento entre si, para o sucesso educacional do filho/aluno.” (SOUZA, 2009, p. 7) Muitas vezes a escola demora a descobrir o porquê de comportamentos específicos, tais como retração, agressividade, desinteresse, depressão e muitos outros. Quando a família está próxima dos seus tutelados, tais fatores podem ser mais rapidamente diagnosticados e ações pensadas conjuntamente para que a se ajude o a criança ou adolescente.

Além de uma possível ação em favor do educando, essa aproximação também permite que escola e família se conheçam, discutam ações, busquem ajuda de outras instituições para minorar muitos problemas para os quais são necessárias

intervenções do Estado, sempre com foco no melhor aproveitamento e na ajuda a quem de fato necessita e que pode encontrar-se em situações que desfavoreçam a aprendizagem.

Mesmo em um país com realidade completamente diferente da nossa, no tocante a economia e estrutura, pode-se identificar elementos comuns nessa relação família/escola. Picanço (2012), buscou num estudo realizado em 1989 dados que comprovavam uma proximidade muito pequena entre ambas. Segundo ela, essa comunicação apenas se dava quando os pais eram chamados devido a algum problema apresentado pela criança e que a frequência nas reuniões escolares apresentava baixa participação por parte dos pais. Isso ocorria principalmente nas que tinham menor poder aquisitivo e menor instrução.

A autora ressalta que esse é um dos temas mais urgentes quando se pensa o desenvolvimento das crianças na vida escolar. Sendo bem assistidas nesse ambiente, elas terão muito mais chances de uma vida exitosa, tanto no tocante à cidadania como na questão profissional.

O educando precisa encontrar tanto em casa quanto na escola condições que lhe favoreçam a aprendizagem. Souza afirma que:

Desse modo, o ambiente escolar e familiar no qual o aluno está inserido pode vir a acarretar um mau desempenho escolar seja por falta de estímulos, incentivo ou condições de ensino. Portanto, quando se fala em desempenho escolar, o ambiente familiar não deve ser relegado a segundo plano, mesmo quando se trata da educação formal, função considerada especificamente da escola, pois como se sabe o aprendizado tem início muito antes da vida escolar e sabe-se também que ao chegar à escola, a criança já traz consigo uma considerável gama de conhecimentos, embora diferenciados em função do meio no qual vive. (SOUZA, 2009, p. 10)

Se esses ambientes podem influenciar de forma direta, na aprendizagem, uma interrogação surge imediatamente: e quando o ambiente familiar é completamente desfavorável? Nos países pobres ou em desenvolvimento como o Brasil, isso pode não ser regra, tão pouco uma exceção, mas uma realidade a ser considerada. Percebe-se, portanto, que a melhoria da educação precisa ser pensada em diversos vieses! Passa pelo efetivo amparo do Estado àqueles que mais necessitam dele. Crianças que não tem uma alimentação adequada, moradia digna, não tem acesso á saúde, terão inegavelmente mais dificuldades para alcançar os mesmos resultados

das demais. Não se afirma aqui que as situações acima citadas sempre determinarão a aprendizagem, tão pouco pode-se negar tal fato definitivamente.

Assim, à escola vão sendo imputados papéis diversos; principalmente, os que o Estado não cumpre. Estratégias diversificadas, garantia do acesso ao material mínimo que; muitas vezes o educando não tem, formação do professor, tudo isso é de grande valia e deve sim ser cada vez mais discutido e pensado, mas não se pode exigir resultados mágicos quando essas condições básicas não são garantidas. A escola tem sim um grande papel social, mas não resolverá sozinha todas essas questões, como muitas vezes parece que se pretenda.

O debate sobre a melhoria da educação precisa ir muito além de cobrar da escola bons resultados, precisa permear todos os fatores aqui debatidos. Há uma exaustão por parte de profissionais da educação em todo o país, pois são cobrados o tempo todo sem que as condições mínimas sejam oferecidas ao cidadão que adentra a nesse ambiente. Isso conseqüentemente leva ao adoecimento, a desmotivação desses profissionais que, têm a sensação de estarem sendo culpabilizados pelo fracasso educacional, principalmente por parte do executivo que, vê-se criticado por sua ineficácia e transfere essa culpa. A solução está presente nos discursos, mas não está na prática. Há que se pensar nessa tríade: Estado, escola e família juntos na tentativa de solucionar a questão da aprendizagem. O que não se admite é que jogar sobre a escola sozinha essas responsabilidades.

Há uma necessidade urgente de buscar uma aproximação da escola com a família para que os diversos problemas sejam debatidos e saídas sejam encontradas. Não pode mais a escola se isolar no papel de educar! É preciso pois, que se crie alternativas para que essa aproximação aconteça, começando pelo Estado criando mecanismos que a viabilize. Para isso a escola precisa organizar-se junto a toda comunidade buscando essa reflexão, modificando a cultura do isolamento.

Sobre o papel do Estado, mais a frente será tratada. Agora é preciso que o olhar se volte para a relação família/escola. Almeida (2014), contribuiu com esse debate afirmando que família e escola têm papéis diferentes. O que não pode ser visto de outra forma! Mas para a autora uma depende da outra. Não havendo o cumprimento desse papel por uma das partes, haverá sobrecarga sobre a outra e isso dificultará o desenvolvimento do educando.

O que parece é que, pelos motivos elencados e debatidos, há uma sobrecarga por parte de uma dessas instituições. A escola precisa dar conta de resolver

problemas psicológicos, de saúde física, de alimentação, dentre outros. A família quase sempre se encontra impedida de comparecer quando convidada ou solicitada por precisar priorizar o trabalho. Algumas vezes também pode não querer de fato se envolver no processo, por achar que isso seja perda de tempo, ou até porque já tenha desistido do estudante.

Quando se fala em considerar a realidade dessa criança ou adolescente para se pensar a educação, e isso sim é primordial; necessita-se dessa parceria família/escola. Diagnósticos por questionários ou por conversas com o educando nem sempre serão eficientes, fazendo-se necessário esse link entre as partes. Se o maior problema encontra-se dentro de casa, como poderá a escola auxiliar se não tomar conhecimento do mesmo? O foco deverá ser sempre o sujeito que adentra o ambiente escolar. Todas as ações devem ter como objetivo, auxiliá-lo em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Ao pensar seu plano político pedagógico, é preciso pensar ações que facilitem e criem um ambiente atrativo para a família se fazer mais presente na escola. Mas ressalta-se que essas ações precisam ser pensadas de acordo com a diversidade de disponibilidade da família e que, as secretarias de educação subsidiem essas oportunidades, pois muitas vezes acabam dificultando tais ações. A visão tem sido em cima do discurso de cortar gastos e não o de investir. É preciso que as amarras administrativas sejam cada vez mais flexibilizadas, dando autonomia e direcionando recursos de ordem financeira e humana para que essa aproximação seja de fato consolidada. Não é mais possível que se cobre resultados sem que se dê as devidas condições.

A sobrecarga sobre os profissionais da educação a cada ano aumenta, projetos implantados verticalmente de cima para baixo são apresentados a cada início de ano sem necessariamente que se amplie as condições. Isso precisa ser repensado por parte dos que pensam tais projetos. A cada quatro anos ou até em menos tempo, novos secretários são nomeados e trazem consigo novas propostas. Em alguns casos descontinuando projetos e filosofias implantadas anteriormente. Uma coisa todos mantêm; o discurso da melhoria da educação.

Outra questão a ser apontada é a burocratização cada vez maior das ações. Preenchimento de planilhas, formulários, registros são apresentados como instrumentos efetivos para que se alcance a tal melhoria, o que na verdade

atrapalham, pois, consomem boa parte da escola e dos professores para cumprirem tais exigências.

Falas como: “professor, não trouxe o livro, não tenho lápis, esqueci o caderno,” compõem a rotina de muitos educandos e podem interferir negativamente. Se ele tem o horário definido, o livro lhe é fornecido pela escola, por que não leva o material? Falta de uma rotina? A família não poderia contribuir para mudar essa situação? E as atividades de casa para reforçar a aprendizagem, por que também em muitos casos não são feitas? É preciso considerar que nem todos os responsáveis conseguem auxiliá-los, pois não tem conhecimento suficiente, porém podem incentivar, conferir o que o filho produziu de acordo com horário, se anotou o que professor colocou no quadro, se foi uma aula expositiva, se teve atividades, se não há um recado.

Segundo Picanço:

O papel dos pais no estudo dos filhos é fundamental, senão o mais importante, porque o acompanhamento sistemático, metódico e constante permite que as crianças e jovens tenham uma organização e desempenho muito mais coerentes e lógicos. [...] [...]. Os pais têm um papel muito importante no apoio ao processo educativo realizado em casa. Este conceito significa não só o envolvimento direto dos pais no ensino da leitura e da escrita, mas também da fixação de rotinas de estudo. Hábitos de trabalho, atitudes favoráveis à aprendizagem e criação de um ambiente favorável ao estudo e à curiosidade intelectual. (PICANÇO, 2014, p. 45)

Picanço, afirma que: “É muito importante que a família e a escola se unam na criação de uma “aliança com vista a conseguirem ajudar educandos e conseqüentemente alunos, de forma a que os consigam tornar cidadãos ativos e capazes de agir na sociedade dos nossos dias. ” (PICANÇO, 2014, p. 17)

Ainda que a carga horária de trabalho seja extenuante, não a eximirá de cumprir tais tarefas. Ajudar a criar uma rotina de estudos desde que a criança é inserida na escola, pode contribuir significativamente para um melhor rendimento, que refletirá na aprendizagem, além da formação cidadãos com deveres a serem cumpridos. Inicialmente talvez necessite de ajuda para se organizar dentro dessa proposição, mas com o tempo certamente criará em si o senso da responsabilidade e da organização, beneficiando-se para além da vida escolar.

Muitos pais e ou responsáveis as vezes não têm noção da importância desse auxílio ou porque não tiveram isso na sua infância ou pela limitação do conhecimento e porque não participa das reuniões. Lembrando que aqui não se julga essa ausência

que, pode ter motivos diversos, principalmente relacionados ao trabalho. Por isso, cabe não somente à escola encontrar meios para que essa aproximação se consolide, mas, também àqueles que pensam as políticas educacionais e aos legisladores.

De acordo com Marques (2001, p.14), conforme citado por Picanço (2012, p. 40),

A aproximação dos professores aos pais e o envolvimento destes no apoio educativo aos filhos pode contrariar aquela nefasta tendência libertando o professor de exigências irrealistas e fazendo com que os pais voltem a assumir as suas funções tradicionais de primeiros educadores das crianças e adolescentes

Evidentemente, não cabe aqui a interpretação de forma literal. Libertar os professores não significa excluir sua responsabilidade social, mas, de não ter que acumular funções que vão além de suas atribuições. Não é possível que ele supra a ausência do Estado, tão pouco da família. Dessa forma, poderia estar mais envolvido com as questões pedagógicas para o bom desenvolvimento cognitivo do educando. A palavra em questão é sempre parceria.

Na sua pesquisa, Picanço (2012) afirma que ao desenvolver uma cultura participativa de pais junto à escola, os resultados têm sido satisfatórios que, tem apresentado melhoria no desempenho escolar. Outro fator apontado por ela, é que vários estudos têm sido direcionados para a temática na busca de solucionar questões de comportamento e de problemas de adaptação dos mesmos ao ambiente escolar. E que o envolvimento entre escola e família contribuem também para o trabalho dos professores que têm reconhecimento de pais e alunos.

Talvez não falte à escola esforços para mudar esse cenário, mas ela está limitada em suas ações por muitos motivos. É preciso acreditar que todos que estão envolvidos diretamente com a missão de educar, queiram contribuir para que ela seja cada vez melhor e de qualidade e que, atenda sobretudo aos anseios da sociedade, mas é preciso também, que essas reflexões permitam colocar em prática as diversas teorias e correntes sobre o ato de educar. O que não se pode é eleger um culpado e em cima dele elaborar discursos balizados por estudos sem levar em consideração as diversas nuances do processo como um todo.

À escola cabe sim a responsabilidade pela educação formal. A busca dessa aproximação traduz-se no mais puro esforço para equalização de problemas sociais existentes. A família precisa de ajuda para refletir sobre sua própria condição e de

seus tutelados. A construção desse diálogo é de suma importância para que se crie um ambiente mais favorável à aprendizagem tanto dos educandos como da própria família, moldando ou mudando: cultura, pensamentos e prática. A educação como meio de libertação, só será possível quando todos indistintamente abraçá-la enquanto causa prioritária. A escola não pode mais isolar-se ou ser isolada nessa tentativa, pois sobre ela refletem diversos fatores: econômicos, sociais, psíquicos, morais, culturais. A educação só será de qualidade quando todos se unirem em torno dessa causa. Não cabe mais responsabilidades distintas, as discussões não podem mais serem rasas com fórmulas mágicas em que a escola conseguirá sozinha resolver todos os fatos que se vinculam mais às consequências de políticas excludentes que pairam principalmente sobre população carente dos mais distantes rincões do Brasil e que, precisam ter as mesmas oportunidades das demais.

Mais à frente, serão apresentados neste trabalho, algumas experiências desenvolvidas para que essa aproximação fosse possível: o que determina a legislação criada em Portugal com essa finalidade, o Programa Coordenador de Pais, lançado pela Fundação Itaú. Essas apresentações têm como objetivo corroborar a hipótese da necessidade da aproximação família/escola como uma das ações visando a melhoria da aprendizagem. Não será deixado é claro, de pensar a função de um dos principais atores; o Estado. Como ele pode agir para essa integração, melhoria das estruturas, investimento em formação e não menos importante na valorização do profissional de educação para que ele possa desenvolver com maior eficiência as atribuições de função, ou mesmo, das muitas funções por ele desenvolvidas.

2.2.2 O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL – DO REAL AO IDEAL

2.2.3 Políticas Educacionais: influências e interesses

A discussão sobre a educação está intrinsicamente ligada às políticas que a permeia ou melhor, que a define. Essas políticas se vinculam a fatores políticos, econômicos e teóricos/ideológicos. E talvez por isso, esse exercício torna-se tão complexo. No Brasil, não é difícil perceber que a cada troca de governo, seja ele na esfera federal, estadual ou municipal, surgem novas propostas norteadoras para a educação. Principalmente se os sucessores forem de ideologias antagônicas:

“conservadoras” e “progressistas”. Se por um lado normaliza-se esse fato, há que se pensar que as discontinuidades quase sempre são prejudiciais. Estruturas físicas e pedagógicas quase sempre desmanteladas, levando ao desperdício de verbas públicas como: espaços, formação, materiais didáticos, além de outras. O discurso traduz-se no mesmo; a melhoria na qualidade do ensino.

É preciso que os agentes da educação se cerquem de cuidados para não deixarem que um desânimo se abata sobre os que estão em sua linha de frente da educação no Brasil, pois, verificar-se-á que um artigo produzido há 26 anos atrás ainda traduza uma realidade atual. É inegável que houve alguns avanços, como por exemplo a oferta de vagas e mais investimentos. Porém, a pretensão ainda é muito mais política do que de transformação. Segundo Sacristán:

Embora anunciadas sob rótulos que enunciam propósitos louváveis e muito variados de transformação, não podemos esquecer que na linguagem política as reformas têm outra função: servem para fazer crer que existe uma estratégia política para melhorar a oferta educacional. Daí a tendência a qualificar qualquer ação normal sobre o sistema educacional como um programa de “reforma”. [...] O simples anúncio do movimento chega ser apresentado como sinônimo de inovação: existe mudança quando se propõe reformas; ao contrário, é como se não houvesse uma política para a educação. As reformas podem acabar justificando a existência dos reformadores; medidas isoladas dariam pouca relevância à existência. (SACRISTÁN, 1996, p. 52)

Sacristán (1996) ao tratar sobre o tema reformas educacionais, alerta que, que esse estudo geralmente remete à decepções, pois elas são construídas muito mais sobre o discurso do que num estudo crítico que observe a experiência histórica. Não é tão incomum no Brasil, a tentativa de importação de modelos escolares que não se aplicam à nossa realidade! Principalmente porque pretende-se implantá-los sem as mesmas condições econômicas em que foram desenvolvidos, ou seja, com os investimentos que foram feitos nos países onde foram estruturados. Nas suas palavras:

Os programas de reforma só serão ser eficazes se compreendermos a dinâmica de um sistema tão complexo como o educacional. Este sistema, em qualquer país, é um produto de sua história. Suas características e peculiaridades têm uma origem concreta. (SACRISTÁN, 1996, p. 55)

Dentro de uma macroestrutura, Libâneo (2016), chama a atenção de que as práticas educativas se vinculam à interesses nacionais e internacionais, influenciando diretamente sobre como se organiza, gere e conduz todo o processo de ensino-aprendizagem, não havendo consenso sobre os objetivos e funções da escola. Ainda segundo Libâneo:

[...]. No âmbito das políticas oficiais, a pesquisa tem mostrado que as políticas educacionais aplicadas à escola nas últimas décadas têm sido influenciadas por orientações dos organismos internacionais, as quais produzem um impacto considerável nas concepções de escola e conhecimento escolar e na formulação de currículos. (LIBÂNEO, 2016, p. 40)

Continuando nessa perspectiva, Libâneo (2016), cita o Banco Mundial que, orienta políticas para amenizar a pobreza, concebendo a escola como acolhedora e protetora social com currículos instrumentais ou de resultados. Assim há uma desconfiguração da escola enquanto espaço formador de cultura e da ciência, desvalorizando o conhecimento significativo nesse ambiente. Percebe-se uma nova função para essa instituição ao produzir uma educação compensatória. A ela compete, portanto, atuar de forma que as condições econômicas e sociais desfavoráveis, encontrem nela, uma suavização, cumprindo o papel do Estado. Ainda que a mesma seja um dos elementos que o compõe, não pode assumir sozinha essa função. Pensando-se principalmente na falta de amparo financeiro, estrutural e humano para lidar com essa situação. Deve sim cumprir seu papel social, assim como as demais instituições, mas não tomar para si todo ele.

A escola precisa acolher, diagnosticar e atuar, mas sempre na perspectiva do conhecimento científico, não pode ser descaracterizada. É necessário que o Estado aja para que as demais instituições também o façam conjuntamente, oferecendo dignidade, saúde, moradia. Não há como atribuir toda responsabilidade de resgate social à instituição escolar pública. Para que isso ocorra, o sujeito que nela ingressa precisa primeiramente ter acesso à educação de qualidade, ao saber humano e utilitário para que possa concorrer em pé de igualdade com os estudantes da iniciativa privada, ainda que esses tenham uma condição econômica mais favorável; caso o contrário, seria apenas reforçar essas desigualdades. Afinal uma das principais características do sistema capitalista é a disputa nas mais diversas situações. Não há, portanto, como pensar uma escola apenas como acolhedora e protetora.

Outra questão, é pensar uma escola voltada apenas para adequar-se às necessidades econômicas, formando mão de obra para o mercado, uma volta ao tecnicismo, deixando-se a perspectiva crítica do conhecimento. O que o neoliberalismo, tenta cada vez mais impor como conhecimento, evitando assim que se formem críticos ao próprio sistema, com um desprezo cada vez mais latente por conhecimentos do pensamento formativo.

Segundo Libâneo existem três orientações no que se refere à formação de professores relacionadas às suas finalidades e forma como funcionam as escolas:

[...] Orientação dos organismos multilaterais, especialmente do Banco Mundial, para políticas educativas de proteção à pobreza, associadas ao currículo instrumental ou de resultados imediatistas; orientação sociológica/intercultural de atenção à diversidade social e cultural, geralmente ligada aos estudos no campo do currículo; e a orientação dialética-crítica assentada na tradição da teoria histórico-cultural ou em versões de pedagogias sócio-críticas. A primeira delas tem sido dominante no sistema de ensino brasileiro em decorrência das vinculações das políticas educacionais a orientações de organismos internacionais e multilaterais. (LIBÂNEO, 2016, p. 42)

A educação para Libâneo (2016), passou a seguir orientações internacionais, tornando-se um dos meios de interferência para redução da pobreza, através do que ele chama de “conhecimentos úteis e avaliação de resultados.” O foco se tornaria, portanto, usar a educação para melhorar a vida. Isso se daria com o objetivo de fazer com o sujeito produza mais, ou seja, voltada para o mercado, reduzindo o desenvolvimento humano ao desenvolvimento econômico/social. O espaço escolar geraria a “aprendizagem como produto”, desenvolvendo habilidades exigidas pelo mercado de trabalho. Estariam ausentes a ciência e o raciocínio, desvalorizando-se o papel do professor. Aliás essa realidade tem se mostrado cada vez mais presente no campo educacional; cursos tecnológicos ou à distância que barateiam os custos e diminuem tempo, com conteúdos pragmáticos, e que dispensam as habilidades pedagógicas e didáticas dos professores.

Dessa forma traz-se aos atores envolvidos na educação, um dilema; por um lado querem formar cidadãos críticos, pensantes sobre a própria realidade e ao mesmo tempo estão vinculados profissionalmente a um sistema educacional que lhes exige cumprir o que está de certa forma determinado; submeter o educando e submeter-se ao sistema. Praticar uma “educação emancipatória”, torna-se cada vez

mais desafiador. Segundo Libâneo: [...] “A escola se reduz a atender conteúdos “mínimos” de aprendizagem numa escolha simplificada, aligeirada, atrelada a demandas imediatas de preparação da força de trabalho. ” (LIBÂNEO, 2016, p. 47)

Nessa abordagem, o autor traz ainda como elemento o que ele chama de mecanização da aprendizagem, onde o educando é arguido por testes para os quais é treinado, visando alcançar metas ou resultados.

O Brasil, já adota um sistema de avaliação da educação básica. Verificar-se-á a seguir alguns elementos dessa avaliação, sem pretensões de aprofundamento do tema, conceituando e fazendo algumas análises sobre o mesmo. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é um órgão vinculado ao MEC e também é o responsável pela sua elaboração e aplicação, para verificar o IDEB: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). (BRASIL, 2020, p. 1)

A fórmula de cálculo da nota final das instituições escolares não se traduz apenas pela nota alcançada pelo educando, veja a seguir, como ela é calculada:

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. (BRASIL, 2020, p. 1)

Um dos pontos observados dessa avaliação é justamente a questão do fluxo, entendido como aprovação. Sendo ele capaz de elevar ou diminuir a nota das escolas e conseqüente a média das federações ou municípios, não podem acontecer pressões sobre os gestores por parte das secretarias de educação e dos gestores sobre os professores para haja aprovação a qualquer preço? Esse fato refletiria de fato a realidade educacional no que se refere a aprendizagem? São questões a serem pensadas e discutidas. Sabendo-se que a educação é uma das mais fortes bandeiras

políticas, de candidatos e governantes nas diferentes esferas, corre-se um risco muito grande de que isso ocorra. Afinal, os resultados poderiam se traduzir numa excelente oportunidade de propaganda desses mesmos governos. Não seria, pois, tão difícil de se imaginar que tais pressões ocorram. Observe o quanto esses dois índices influenciam diretamente no resultado:

Como o Ideb é resultado do produto entre o desempenho e do rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série) então ele pode ser interpretado da seguinte maneira: para uma escola A cuja média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, é 5,0 e o tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos, a rede/ escola terá o Ideb igual a 5,0 dividido por 2, ou seja, $Ideb = 2,5$. Já uma escola B com média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, igual a 5,0 e tempo médio para conclusão igual a 1 ano, terá $Ideb = 5,0$. (BRASIL, 2020, p. 1)

Não é pretensão evidentemente, defender a reprovação como fator de melhoria da educação. Ao contrário; ela se traduz em atraso na trajetória escolar do educando causando a distorção série/idade no mesmo, podendo inclusive desmotivá-lo, refletindo-se muitas vezes em desistência definitiva de estudar. Como o próprio INEP, recomenda, elas não devem acontecer sem que o educando obtenha conhecimento suficiente para avançar à próxima etapa; porém faz-se necessário que se atente a esse fator na análise dos dados. Ainda que o índice de aprovação faça parte da melhoria da educação, não significa dizer que, da mesma forma se traduza na melhoria da aprendizagem. Eis aí um ponto de atenção que pode refletir uma distorção quando se observam os resultados. Ainda conforme citado por Libâneo, o treinamento para a realização dessa prova, pode disfarçar ainda mais a realidade; além da adoção de metas, o que já acontece no Brasil como forma de “melhorar” a educação.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos. (BRASIL, 2020, p. 1)

Alcançar índices comparáveis aos países desenvolvidos, traz algumas questões: como esses países desenvolvidos conseguiram tais índices? Seria apenas treinando seus educandos para realizar uma prova? Ou seria aprovando todos os que se matricularam, ainda que não tenham frequência mínima necessária ou rendimento

conforme estabelecido pela LDB?⁴ Observa-se que a lei oportuniza ao aluno todas as possibilidades de avanço à próxima etapa, deixando claro a necessidade do rendimento escolar, ou seja, é necessário que a escola ofereça todos os meios para o educando alcance esse índice. Porém, em seu inciso VI, deixa claro a necessidade de frequência mínima de 75%. Ressalta-se que esses 75%, são referentes ao período que o aluno se matriculou até o fim do ano letivo. Portanto, ainda que ele frequente apenas um bimestre, trimestre ou período; variando de acordo com organização de cada rede de ensino, ele tem o direito de ser aprovado, observando-se evidentemente, os resultados apresentados nas avaliações.

Avaliações essas que, de acordo com a mesma (BRASIL, 1996), devem ser contínuas e cumulativas prevalecendo-se os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A interpretação desses dois itens, pode trazer conclusões contrárias entre si, usando-os inclusive, para a possibilidade de aprovação a qualquer custo do aluno. Esse sujeito, pode ir e retornar à escola a qualquer momento, ainda que permaneça a maior parte do ano letivo fora da sala de aula e que, não demonstre o rendimento adequado ou compatível aos seus pares e ser aprovado. Nas escolas públicas, principalmente de regiões mais pobres, imagina-se que possa haver muitos casos semelhantes e, mesmo assim, conseguirá avançar. Ainda que escola lhe ofereça todas as possibilidades de recuperação e equiparação do conhecimento aos seus pares, ele avançará com defasagem de aprendizagem, o que deve evidentemente, ser trabalhado pela instituição no ano seguinte. Acontece, porém, que esse mesmo

⁴ Em seu artigo 24, a LDB dispõe sobre aprovação ou a reprovação da seguinte maneira:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.

aluno poderá repetir essa trajetória escolar muitas vezes e, mesmo assim ser aprovado. Afinal, as escolas estarão sempre pressionadas pelo alcance de resultados com relação ao IDEB, e para isso precisam ter elevados índices de aprovação, próximos ao 100%.

Isso significaria de fato, melhoria da aprendizagem como muitos estados vêm demonstrando? Esses números traduzem a realidade da educação pública? Esses alunos conseguirão concorrer em pé de igualdade com aqueles que tiveram uma trajetória escolar regular ou mesmo ainda, com os da iniciativa privada? É preciso atentar para tais aspectos ou pode-se criar uma falsa ideia de melhoria da educação, fazendo com esses sujeitos sejam ainda mais excluídos no futuro. Diante de um sistema educacional competitivo como o do Brasil, onde a disputa por uma vaga em universidades, em cursos profissionalizantes, principalmente nas instituições públicas; torna-se cada dia mais acirrada. A educação brasileira pode estar diante de uma de suas maiores armadilhas; apresentando números que não se traduzem em avanços concretos.

É preciso, pois, promover discussões e pensar em propostas de políticas de efetiva melhoria! Essa discussão deve perpassar por todas as instâncias, ouvindo-se a comunidade escolar, principalmente, àqueles que têm a missão de ensinar ou facilitar a aprendizagem; os professores. As políticas educacionais ou programas, geralmente são apresentadas prontas para serem cumpridas, conforme cada filosofia de quem gesta a educação pública ocupando cargos políticos alinhados ao pensamento de quem lhes chancelam o poder de decisão. Ainda que tenham uma equipe pedagógica para formular ou formatar tais programas, eles serão guiados por cunhos ideológicos que variam de acordo com quem seja escolhido por meio do voto. Dessa forma, educação estará sempre sujeita às vontades individuais ou de poucas pessoas que a comanda, excluindo-se muitas vezes os demais atores envolvidos que, apenas terão que executar o que lhes forem determinados.

A interferência de órgãos internacionais na educação brasileira teria começado mais intensamente de acordo com Santos (2011), a partir da chegada dos militares ao poder, principalmente com a influência dos norte-americanos. Já a partir da década de 1970, a resistência ao período militar passa a ser mais forte, surgindo diversos órgãos ligados à educação tanto em seus diversos níveis, chegando à década de 1980 lutando para:

- a) Melhoria da qualidade na educação, incluindo-se neste âmbito: preocupação com a permanência do educando na escola e com a distorção idade-série; merenda escolar, transporte e material didático, redução do número de alunos nas salas de aula, melhoria nas instalações das escolas, formação adequada aos professores; revisão de métodos; mudanças nos conteúdos dos livros didáticos.
- b) Valorização e qualificação dos profissionais da educação, plano de carreira nacional.
- c) Democratização da gestão[...];
- d) Financiamento: defendia-se a ideia de que deveriam existir verbas públicas exclusivas para a educação;
- e) Ampliação da escolaridade obrigatória abrangendo creche, pré-escola, primeiro e segundo graus. (SANTOS, 2011, p.6-7).

Compreende-se, portanto, que as conquistas e progressos que ocorreram na educação, originaram-se através das diversas organizações não governamentais que as idealizaram e buscaram meios para implementá-las; principalmente com o início da abertura do regime militar. De acordo com Santos (2011), com a Constituição de 1988, essa discussão amplia-se também às esferas governamentais. Concretizando assim diversas conquistas de direitos, democratizando e descentralizando as políticas sociais, “consolidando a responsabilidade social do Estado.” Apesar de tais avanços, ainda hoje, essa é uma bandeira de luta dos diferentes órgãos e pessoas que pensam a educação.

Porém, essa luta esbarra muitas vezes em processos políticos ou burocráticos, nos dirigentes de entidades governamentais ligadas às questões educacionais que, nem sempre são do ramo da educação, preocupando-se com uma visão muito mais econômica e politiqueria que atendam interesses individuais em detrimento dos interesses públicos que, incluam àqueles que debatem e sonham de fato com a melhoria da educação.

Um dos programas que compõem atualmente as políticas de educação no Brasil é o da implantação de escolas de tempo integral. Talvez essas escolas possam contribuir de forma significativa na melhoria efetiva da educação, fazendo com que o Estado cumpra de fato seu papel nesse seguimento. Libâneo (2016), estabelece críticas ao formato atual dessas escolas. A primeira seria de um modelo estratégico usado pelo Estado para solucionar problemas sociais e econômicos alinhando-se à proposta do Banco Mundial de redução da pobreza, voltada também para empregabilidade, visando prevenir e apaziguar conflitos sociais. A segunda crítica: o

Estado tenta dividir a responsabilidade pela escola pública ao tentar as “organizações da sociedade civil e as comunidades locais (parcerias público-privadas e voluntariado)”, além torna-se uma escola que oferece “migalhas de conhecimento”, abandonando sua missão pedagógica de formação crítica e conteúdos que se tornem significativos. O terceiro aspecto seria; usar a escola como controle político e social, adotando o chamado currículo de resultados com metas e testes quantificáveis. Adotando um currículo escolar frágil e o social. E por fim a quarta crítica: o que ele chama de “transbordamento da escola”, com uma escola voltada para formação cidadã e compensadora da pobreza, atenuando-se os papéis que o Estado não cumpre. Todas essas considerações, foram feitas a luz do documento do MEC, referentes às escolas integrais.

Ainda de acordo com Libâneo (2016), é necessário que a escola pública seja democrática e que universalize a cultura escolar, cabendo-lhe transmitir saberes públicos de valor para o desenvolvimento humano, independentemente das circunstâncias ou valores particulares. Devem estar permeadas também nos conteúdos; a diversidade cultural, a coexistência das diferenças e interação dos sujeitos que compõem essa diversidade, ao contrário, reduzir-se-ia a qualquer possibilidade de ascensão dos pobres ao mundo cultural, o desenvolvimento intelectual, deixando de promover a justiça social que poderia vir através do ensino e da educação.

O autor traz aqui a reflexão sobre a importância de a educação ser de fato integral, não apenas no sentido do acolhimento dos educandos, compensando-lhes de certa forma a exclusão social, oferecendo-lhes as refeições que não teriam em casa. Nem tampouco somente apenas servindo de “creches ou abrigos” enquanto os pais trabalham ou ainda, apenas formadoras para mercado de trabalho atendendo as exigências internacionais para que recebam mais verbas desses organismos.

Mas há que se considerar que a evolução da educação brasileira seja lenta! Primeiro o objetivo foi oferecer vaga a todos, e agora fala-se muito em melhoria da qualidade. Pensa-se aqui que o caminho seja mesmo o ensino integral para todos e que o Estado assuma todas as responsabilidades pela educação pública, o que de certa forma ajudaria a suprir a ausência da família na escola, pelos diversos motivos elencados anteriormente. Isso não significaria que, sua presença na vida escolar dos seus tutelados não fosse mais necessária. Afinal, esse interesse não termina na conclusão do ensino médio. Ao contrário, pensa-se que o conhecimento adquirido na escola possa possibilitar ao sujeito seguir trilhando o caminho desse mesmo

conhecimento. Portanto essa parceria demonstra ser sempre de extrema importância e pode se refletir no êxito ou no fracasso do alcance concreto da aprendizagem e consequente do alcance dos mais diversos objetivos.

Quando o tema é educação, impressiona o discurso de todos os candidatos políticos ao executivo nas três esferas. Todos afirmam com veemência que vão melhorar a mesma e ampliar vertiginosamente o número de escolas de período integral no Brasil. Mas de acordo com censo escolar de 2019 divulgado pelo INEP, (BRASIL, 2020), o total de matrículas nas escolas de tempo integral representou apenas 13,9% do total do número de matriculados, que vão desde educação infantil até o ensino médio, incluindo-se as redes pública e particular. Sendo que desses, 11,7% são da rede pública. O censo aponta também que em cinco anos o número de matrículas no ensino integral aumentou em 5,4%. Esses números podem traduzir que a oferta ou a procura aumentou pouco mais de 1% ao ano. Números que, apesar dos governos propalarem como significativo crescimento, na verdade se traduzem em pílios quando se pretende que a escola integral seja uma das saídas

Quando se fala em gestão democrática nas escolas públicas, faz-se necessário algumas nuances precisam ser pensadas. De acordo Vieitez (2015) no começo da década de 1980, formou-se o que se chama de movimento da educação (ME) que, criticava a “situação da educação e das escolas”; principalmente a questão da burocratização e não presença da democracia, surgindo dessa forma a luta pela chamada gestão democrática (GD) nas instituições educacionais e integrando-se também ao movimento operário (MOP). O autor afirma que essa “democracia” pouco teria desburocratizado a escola. Movimentos esses que tinham em comum a luta contra as políticas neoliberais e a volta de democracia, inclusive nas escolas. Entenda-se aqui a gestão democrática como aquela composta por uma real participação dos cidadãos em vários seguimentos da sociedade; sejam eles através de associações, conselhos ou outros que se configuram pela representatividade dos interesses sociais.

Mas e essa democracia social teria de fato se consolidado como desejava o ME? Nas palavras de Vieitez, não:

Num plano mais geral do Estado, podemos observar que a restauração da democracia não coibiu o neoliberalismo como esperado, muito ao contrário. E a postulada democracia social tampouco se realizou. Os múltiplos conselhos macroinstitucionais, que deveriam ser meios da participação do

povo, como os conselhos de educação ou saúde, foram tomados pelos donos do poder de sempre, tornando-se sítios de tráfico de influência dos endinheirados ou não têm relevância social. Nessa perspectiva, a gestão democrática da educação, se considerado esse âmbito das instâncias superiores mais gerais, não teve destino diferente! No entanto, como uma espécie de remanescente das propostas originais, a GD revela-se instituída nas unidades escolares do ensino básico e talvez na maioria das universidades estatais. (VIEITEZ, 2015, p. 24).

Além dessa tomada dos conselhos citados pelo autor, a atual conjuntura política brasileira, traz um retrocesso também no que se refere à GD. O presidente da República por força de decreto nomeou uma pessoa de sua preferência para reitor da Universidade Federal do Rio grande do Sul, não observando sequer, uma lista tríplice indicada pelas universidades durante a pandemia. A nomeação se deu no dia 15 de setembro do ano de 2020. (BRASIL, 2020) Diante de tal ato, percebe-se uma real ameaça à GD. Embora ela tenha se dado na esfera federal, pode refletir nas demais esferas para escolha dos gestores das escolas. Sabe-se que tal ato será objeto de discussão e apelações à instâncias superiores de justiça, nesse caso ao STF, que pode cancelar ou derrubar tais nomeações. Mas a atenção deve se voltar para um real quadro de possibilidade de retrocesso dessa conquista conseguida às custas de lutas de organizações diversas. O desafio quando se pensa em políticas educacionais para melhoria da qualidade da educação é enorme e está diante de forças que tentam a todo custo determinar as ações a serem cumpridas sem diálogo ou escuta dos atores diversos que a compõe.

Segundo Vieitez, as bandeiras de luta do ME, foram:

As bandeiras de luta mais notórias foram: a) a valorização dos profissionais da educação; b) o ensino público e gratuito de qualidade; b) a gestão democrática da educação. Das três interpelações, a defesa do ensino estatal, por sua ressonância pública, foi a mais enfatizada; de seu lado, a GD da educação incluía a GD das unidades escolares. (VIEITEZ, 2015, p. 23).

Pensar, pois, melhoria na qualidade da educação, torna-se muito mais do que apresentação de números escamoteados. É preciso considerar diversos fatores, tais como: estruturais, humanos, administrativos, autonomia das unidades escolares para tomada de decisões que contemplem a realidade local, aumento de investimentos para manutenção interna das escolas e melhoria da merenda e valorização dos

profissionais para que possam ter mais tempo de dedicarem-se aos seus estudos, buscando formação e melhoria de suas metodologias.

2.2.4 Valorização dos profissionais de educação – o primeiro passo para a garantia da qualidade da aprendizagem.

Como já mencionado ligeiramente nessa pesquisa, a escola ao assumir tantas incumbências principalmente sociais, acaba sobrecarregada e sobrecarregando os profissionais que nela atuam. São muitas as questões a serem contempladas, isso evidentemente requer mais tempo por parte dos professores para elaborarem seus planejamentos e pensar metodologias diferenciadas de acordo com a realidade de cada turma, a ainda, as necessidades de cada educando.

De acordo com Teodora et al. (2019), a educação no Brasil vem sofrendo constantes mudanças que ocorreram ao longo da história e que, as mesmas aconteceram por normatizações em forma de portaria ou decretos, além serem constituídos entre dois fatores: o desejo de mudança e a real condição para que ocorressem. Talvez esteja aí uma das grandes problemáticas; as condições precisam ser construídas a partir de uma vontade verdadeira de transformação e como já foi dito, isso só dará quando essa vontade se traduzir no discurso prático de investimento substituindo o discurso de gastos.

Ainda segundo os autores, esses fatores trazem angústias diversas aos docentes e demais envolvidos no ato pedagógico. Em suas palavras:

Não desconhecemos que a dinâmica da educação brasileira está dominada por tensões e incertezas, o que pode ser observado no interior dos espaços e tempo de formação e de atuação profissional, uma vez que muitos dos formandos do nosso estudo já atuam em escolas. Ao mesmo tempo em que se formam, defendendo a inclusão e a universalização da educação, parecem se perguntar: “como fazer isso?” “Como ensinar e aprender ou aprender e ensinar?” “Como lidar com a desigualdade e com a diversidade?”, entre outras questões. (TEODORA, et al., 2019, p. 279).

Um exemplo claro dessa situação são as crianças ou adolescentes que apresentam os mais diversos níveis de comprometimento intelectual ou as múltiplas deficiências. A lei 13.146/2015 determina inclusão desses sujeitos nas escolas

regulares. Sem dúvida foi um avanço muito grande, mas, também trouxe um novo desafio aos professores e gestores, que precisam se preparar para recebê-las para que a essa não seja somente física/socializadora. Torna-se necessário que as escolas promovam um ambiente acolhedor e que possa desenvolver suas potencialidades. Acontece, porém, que por ser uma lei relativamente nova, esse tema pouco esteve presente nos cursos de licenciatura e conseqüentemente, não preparou os docentes para lidarem com essa situação.

Evidentemente, precisa-se investir em formação dos profissionais de educação! Mas será que as redes de educação têm promovido essas formações? E se promove, isso ocorre dentro do horário de trabalho? Afinal, muitos professores podem necessitar dobrar ou triplicar sua jornada de trabalho para conseguirem cumprir com seus compromissos. E ainda necessitam continuar seu trabalho em casa na elaboração e correção de suas atividades, planejamento. Sendo assim as horas atividades que completam a carga horária do professor não seriam suficientes para que se pretenda buscar qualquer tipo de qualificação.

Faça-se a ressalva de que não se culpa a inclusão pelo atarefamento do professor, esse é apenas um dos aspectos citados. As exigências são múltiplas: burocratização do trabalho, elaboração e execução de projetos, o domínio de tecnologias, além dos já citados anteriormente. Como pensar então em melhoria na qualidade na educação com essa realidade? Segundo Sacristán:

Se há um consenso indiscutível hoje é de que a melhoria da qualidade passa por um professorado de qualidade, devidamente selecionado e motivado profissionalmente, com condições de trabalho que lhes permitam exercer um ensino que se avalia e se melhora constantemente, em uma prática colegiada com seus colegas com apoios materiais e de recursos oportunos. (SACRISTÁN, 1996, p. 67)

Compreende-se, portanto, que um dos aspectos da valorização dos profissionais de educação, é formação ou qualificação; palavra essa em voga nos países que adotam o discurso liberal. A adoção da meritocracia se faz fortemente presente nas falas dos que gerem o Estado e evidentemente, ecoa dentro das políticas educacionais que se pretende instalar no Brasil. Repousa, pois, aí, as possibilidades a serem criadas para que ela ocorra. Sobrecarregado de trabalho pago pelo sistema hora/aula, dificilmente haverá chances reais de que ela ocorra fora do seu horário de trabalho. Ressalte-se ainda que, em muitas situações essa “valorização” é proposta

como forma de bônus ou gratificação, não sendo acrescidas no salário real e conseqüentemente não incorporadas na aposentadoria, acarretando uma defasagem em seus vencimentos.

Mas um dos aspectos de maior relevância para valorizar o profissional, além dos demais citados, talvez seja mesmo a questão monetária. Pagar-lhe um bom salário para que ele possa vincular-se apenas a uma instituição, seja no regime de dedicação exclusiva ou não. Isso facilitaria: desenvolver suas práticas de um modo mais eficaz, começando por um planejamento que realmente contemple as diversas realidades e potencialidades dos educandos; tempo para aprimora-se através de formação oferecida ou não pela instituição, levando-o inclusive ao domínio das tecnologias; correções bem feitas através da observação fina das atividades desenvolvidas pelos alunos; que lhe traga satisfação e prazer com sua profissão; que evite o acarretamento de desgaste emocional e doenças físicas ou mentais; momentos de lazer e dedicação aos entes queridos e por fim refletiria verdadeiramente na tão falada melhoria da qualidade da educação.

Essa valorização já prevista na LDB de 1996, só deu um passo concreto para se concretizar com a Lei 11.738 de 2008, instituindo-se o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Mas isso também não foi garantia para que todos fossem contemplados. Muitos estados e municípios justificam o não pagamento por falta de recursos para cumprimento dela. Embora ela preveja que:

Art. 4º A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado. (BRASIL, 2008, p.2)

Apesar desse artigo, aqueles que são responsáveis pelas políticas educacionais no Brasil, constantemente tentam lobbys políticos para mudar a forma de cálculo do piso que prevê o aumento do mesmo de acordo com a variação do valor por aluno do FUNDEB. (BRASIL, 2008). Em uma notícia vinculada no Jornal Folha de São Paulo, Saldaña (2020), afirma que o atual presidente declarou pretender mudar esse cálculo para o índice oficial da inflação do ano anterior. O que demonstra com que, não exista no momento um desejo de valorização. Ao contrário, sinalizam para

uma desvalorização latente, afinados com a ideia de que os investimentos em educação se traduzem em gastos.

Outra forma de reconhecimento e valorização do professor é a tomada de consciência por parte da comunidade escolar reconhecendo sua importância e do papel social desenvolvido pela escola. Para isso é necessária uma mobilização de todos os sujeitos envolvidos na escola, refletir essa questão com os educandos e seus responsáveis, chamando esses para dentro do ambiente escolar construindo diálogo e o respeito mútuo, buscando reduzir os conflitos dentro desse ambiente, construindo projetos onde todos os sujeitos estejam de fato envolvidos e sejam coparticipantes da construção de um sistema educacional eficaz em todas as suas demandas, principalmente, o aspecto da cientificidade.

O ano de 2020, certamente trará uma reflexão importante sobre essa questão. No período em que as aulas acontecem remotamente devido a pandemia do novo corona vírus, a família mais do que nunca tem um papel crucial para que seus tutelados desenvolvam seus estudos; quer seja verificando se os mesmos estão acessando as aulas e atividades, quer seja no auxílio das mesmas. Muitos pais que não tinham hábito de participar da vida escolar do filho, agora necessitará estabelecê-lo ou intensificá-lo para que os prejuízos seja os menores possíveis. Isso traduz-se numa boa oportunidade para construção de um novo paradigma onde escola e família possam se comunicar e auxiliarem-se nessa tarefa.

No ano de 2009, a Fundação Itaú Social, lançou um programa social denominado coordenador de pais. Esse projeto tinha como objetivo principal buscar essa aproximação da família com a escola na busca pela melhoria da educação, além de gerar benefícios diversos ao educando. (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2015). Segunda ela:

O envolvimento da família como parceira da escola pode fazer toda a diferença na vida do estudante. Pesquisas confirmam que esse envolvimento incentiva uma atitude positiva dos alunos em relação à escola e à educação de forma mais ampla. As crenças, as atitudes, os valores e as interações em casa, assim como a relação entre família e escola, estão intimamente relacionadas ao sucesso dos alunos. E não só em termos acadêmicos, ou em relação à frequência e permanência escolar, mas também em outras dimensões de seu desenvolvimento – como suas aspirações e autoconfiança, na forma de se relacionar com os outros, sua participação na vida pública e nas possibilidades de intervenções locais. Há evidências que mostram esse impacto positivo ao longo de sua vida escolar, desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental até a conclusão do Ensino Médio e continuidade dos estudos. (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2015, p. 8)

De que maneira a família contribuiria:

O acompanhamento pela família da vida escolar da criança ou jovem pode ser feito de diversas formas, e estudos mostram que há estratégias aparentemente corriqueiras que podem produzir grandes efeitos. Pode ser o hábito diário de perguntar com afeto e interesse: “O que você aprendeu hoje na escola?”; ou estabelecer uma rotina diária de dever de casa, refeições, leitura e horário para dormir. Há também impacto positivo no desenvolvimento do estudante quando a família reconhece e apoia os seus talentos e interesses, mostra interesse nas atividades em que participa, quando comunica altas expectativas e valoriza a relação entre estudo e sucesso na vida. (FUNDANÇAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2015, p. 8)

Mas traz como ressalva que, os resultados podem não se homogêneos:

Mas se por um lado há tantas evidências sobre o impacto positivo do envolvimento das famílias na vida escolar dos alunos, a experiência nos mostra que não é algo já universal, automático. Famílias com Apresentação Guia de Implantação e Monitoramento – Secretaria de Educação Programa Coordenadores de Pais menor escolaridade e/ou em situação de maior vulnerabilidade tendem a se envolver menos na escolaridade dos filhos, por múltiplas razões econômicas e sociais. Muitas não acreditam no valor do seu envolvimento, por entenderem que têm pouca influência sobre a aprendizagem das crianças e adolescentes, por terem baixa escolaridade e/ou porque não sabem como participar. As escolas também são parte importante dessa equação. Muitas vezes falta a sensibilização para a importância do tema; nem sempre contam com profissionais focados ou estratégias apropriadas para acolher e estimular o diálogo com as famílias, ajudando-as a valorizar seu papel e aprender como apoiar o desenvolvimento dos filhos. (FUNDANÇAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2015, p. 9)

Dois dados são apresentados como resultados desse programa: que de fato, a aproximação da escola com família traz resultados positivos e contribui para o melhor desempenho no resultado dos educandos; por outro lado, algo presumível também se apresenta; as questões econômicas e sociais se apresentam como um dos fatores para o não envolvimento direto das famílias no processo educacional daqueles pelos quais são responsáveis. Ressalte-se que quando se fala em questões econômicas e sócias infere-se que essas questões influem diretamente na questão da escolaridade dessas famílias bem como na sua menor participação que pode se refletir diretamente nos resultados. A escola sozinha não consegue suprir essa ausência. Necessita-se, pois, um esforço conjunto; a começar pela efetiva atuação do Estado para agir diretamente nessa questão, com políticas ou programas que consigam ir além de uma ajuda financeira irrisória. É preciso pensar em medidas eficazes de combate à pobreza e de melhoria na escolaridade das famílias, atraindo-as para o ambiente escolar.

O programa foi implementado com parcerias das redes estaduais de secretarias de educação de: Goiás, Pará, São Paulo e municípios do Rio de Janeiro, Santos e Salvador, buscando escolas e alunos mais vulneráveis. (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2015)

Sobre as funções a serem desenvolvidas por esse coordenador, o programa estipulou:

- Acompanhar as rotinas de entrada, saída e intervalo da escola;
- Atender, de maneira diferenciada, alunos com excesso de faltas ou registros de indisciplina;
- Organizar, em conjunto com os professores e o gestor pedagógico, atividades ou eventos de reconhecimento;
- Identificar jovens lideranças;
- Auxiliar na organização do espaço escolar, buscando garantir um ambiente acolhedor;
- Construir parcerias internas;
- Estabelecer, em parceria com a gestão pedagógica, um sistema de acompanhamento da frequência diária e semanal dos alunos;
- Participar da reunião coletiva de trabalho pedagógico;
- Auxiliar na organização e realização da reunião de pais e responsáveis;
- Desenvolver estratégias e rotinas para organizar e realizar o atendimento às famílias na escola;
- Interagir individualmente com os familiares responsáveis pelos alunos;
- Criar estratégias e canais de comunicação inovadores;
- Realizar visitas domiciliares;
- Planejar, organizar e realizar atividades informais;
- Identificar e estabelecer alianças com os familiares mais ativos/participativos, para estruturar “grupos de familiares”;
- Construir parcerias externas. (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2015, p. 17-18)

Pensar um profissional com dedicação exclusiva para tais funções, parece ser uma ação valiosa. Afinal com tantas demandas internas, as escolas possivelmente não conseguiriam ser efetivas nesse sentido. Porém, observando-se algumas dessas atribuições elencadas pela fundação; percebe-se um dado que sinaliza para a visão de pensar a educação no viés das políticas de cunho capitalista. A busca de parcerias que, foram criticadas anteriormente, pois, pressupõem uma tentativa de retirar do Estado algumas obrigações que supram as carências das escolas; criação de programas de atividades de reconhecimento, remetendo à meritocracia que, pode levar à exclusão de muitos.

Ressalte-se que o programa foi criado inspirado em países desenvolvidos e capitalistas que adotam o liberalismo em suas propostas de governo: França, Inglaterra, Irlanda e Holanda, tendo como referência a experiências de Nova York. Mais uma vez evidencia-se a tentativa de importar programas ou modelos de países

com realidades econômica, social e política antagônicas ao do Brasil. (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2015). Isso não significa que a ideia seja ruim, ao contrário; parece muito interessante e vai de encontro ao que se defende nesse trabalho.

A crítica estabelecida aqui, é que a instituição que se propõe ajudar na busca da superação dos problemas da educação brasileira, esteja vinculada a uma das maiores instituições financeiras do país com uma visão apenas da produtividade, do mercado, do lucro e do Estado mínimo. Talvez seja uma forma de compensação por parte dessas grandes instituições ou empresas que conseguem lucros exorbitantes e ao mesmo tempo o reforço da ideia de evitar que o Estado atenda a todas as demandas sociais, criando políticas voltadas para elas.

Observando-se outro dado é possível explicitar melhor esse pensamento. De acordo com a Fundação Itaú Social (2015), a jornada de trabalho desse profissional seria de 40h semanais, em escolas que funcionam em três turnos e que, o mesmo deve fazer-se presente nesses três turnos, podendo atuar em mais de uma escola, ter dedicação integral e horário flexível com remuneração de um salário mínimo, auxílio alimentação e de transporte. Os recursos poderiam ser de empresas privadas através de parcerias ou públicos. Com relação a sua formação, não fixa uma escolaridade mínima, basta que seja um conhecedor da realidade local e que more próximo à escola. Confirma-se, pois, a ideia de acúmulo de atribuições com baixa remuneração, evidenciando-se a exploração do trabalho.

Um dos aspectos citados acima, é da formação. Não é pretensão desse trabalho estigmatizar de forma preconceituosa àqueles que por diversos motivos não possuam níveis de escolaridade mais avançados. Ao contrário, é preciso buscar essas pessoas e tentar corrigir essa distorção causada principalmente, pela exclusão social! Porém, quando se pensa em alguém para desempenhar uma função de tanta relevância na escola, pensa-se que se faz sim necessário a contratação de pessoas com conhecimento capaz de visualizar e desenvolver pensamento crítico diante das diversas situações que podem estar explícitas ou implícitas, se capaz de analisar essas situações, pensar e propor soluções, ter algum conhecimento sobre o tema educação, dentro outros fatores. Mais uma vez, reforça-se a desvalorização dos sujeitos que atuam na educação.

Em Goiás, Estado em que o objeto de pesquisa desse trabalho mais se aproxima, observando a realidade local, buscou-se também saber dos resultados desse programa. Na análise realizada pela Fundação Itaú Social e Secretaria de

Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (2016), chegou-se à seguinte conclusão:

Relação família-aluno-escola

O programa gerou impacto positivo de 3,86% na percepção dos responsáveis sobre o acolhimento proporcionado pela escola às famílias.

Em uma escala de 0 a 10, a média das escolas nessa subdimensão passou de 7,35 para 7,63.

O programa aumentou em 5,6% o incentivo/monitoramento das famílias em relação

à rotina de estudo do aluno, na visão dos estudantes.

Em uma escala de 0 a 4, a média das escolas nessa subdimensão passou de 2,59 para 2,67.

Absenteísmo discente e abandono escolar

Em média, o programa reduziu em 6,3 p.p. a probabilidade de um aluno evadir.

A taxa média de abandono nas escolas passou de 10% para 3,7%.

Em média, um aluno passou a faltar 4,5 dias a menos ao ano graças ao programa.

Em média, um aluno faltava 30 dias por ano e passou a faltar 25,5 dias.

Desempenho escolar

Não foram encontrados impactos estatisticamente significantes em Português, nem Matemática.

[...] Esta avaliação econômica investigou a capacidade do programa Coordenadores de Pais em, no curto prazo, gerar transformações positivas na rede estadual de educação de Goiás. Foram encontrados resultados significativos no eixo de aproximação família-aluno-escola, como desejado. Há também indícios de que o programa tenha colaborado com a redução do absenteísmo e do abandono escolar, resultado surpreendente dado o curto espaço de tempo entre a implantação do programa e a avaliação. (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL E SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE GOIÁS, 2016, p.7- 08)

Embora se apresente esses dados e avaliação como positivos e significativos, ele foi capaz de atuar em algumas questões que não se refletiram na aprendizagem. No entanto uma justificativa para tal fato. Dentro de uma análise propositiva, infere-se algumas questões? Se esses dados foram colocados como significantes, por que não apareceu na aprendizagem? Teriam as escolas sido incapazes de se apropriarem de tais avanços de forma que contribuíssem para aumento da aprendizagem? A escolaridade do coordenador e a falta de conhecimento sobre educação poderia ter influenciado nessa questão? Todas as escolas conseguiram alguém que cumprissem todas as suas atribuições com uma remuneração tão baixa e que atuasse em os turnos com dedicação integral? Quais foram os critérios adotados para a escolha desse coordenador? As escolas avaliaram o projeto e todos se envolveram? Embora o relatório não responda a tais perguntas, faz-se necessário pensar elas. Após o relatório final, não houve continuidade do programa em Goiás.

O governo Federal também lançou um programa em 2013 com objetivo de reforçar a aprendizagem e combater a evasão. Primeiro chamado de mais educação e de acordo com o art. 5º, § 4º da Resolução FNDE nº 17/2017, passou a ser chamado de novo mais educação. As verbas repassadas ao programa, teriam como objetivos: o ressarcimento das despesas com alimentação e transporte dos facilitadores, e mediadores da aprendizagem e desenvolvimento das atividades, em sistema de voluntariado; aquisição de materiais, contratação de serviços, além de serem destinados recursos também para a alimentação. (BRASIL, 2017)

Notoriamente evidencia-se a percepção de desvalorização não só dos profissionais que atuam na educação como da própria educação. Lançar um programa com trabalho voluntariado, demonstra mais uma vez a tentativa do Estado de esquivar-se de suas responsabilidades. Assim, como o programa da Fundação Itaú Social, o objetivo ou a intenção parece ser boa, porém a forma como se executa demonstra sim, a visão economicista dos investimentos. Tentar resolver problemas tão graves que se identificam pela má distribuição de renda e consequente desigualdade social, com uma política que na visão governamental se traduz em gastos e não em investimentos, fadará qualquer tentativa ao fracasso.

Nessa proposta o educando frequentaria a escola em um turno e programa mais educação no turno contrário, recebendo inclusive alimentação, cujo valor per capita seria de R\$ 1,07. Outro valor que corrobora a afirmação acima. Não há, portanto, seriedade ou vontade de resolver o problema na educação no Brasil. Aqueles que governam municípios, estados e o país, lançam mão desse discurso, mas se afinam mesmo com as políticas liberais dos organismos internacionais que regem a economia mundial. Valorizar a educação antes de tudo, é valorizar os diversos sujeitos que a integram. É inegável que houve avanços na oferta de vagas, estruturais, pedagógicos, mas ainda insuficientes para se alcançar a sonhada melhoria da educação brasileira

2.2.5. Um breve relato de política educacional em Portugal na formação de parceria entre escola e família

Para finalizar esse trabalho trazer-se-há aqui uma experiência de aproximação da escola com a família que propiciou reais melhorias na educação em Portugal. Em sua dissertação mestrado, Picanço apresenta uma lei referente aprovada sobre

administração e gestão escolar que trata do papel dos pais e encarregados de educação. De acordo com (Lei nº 30/2002):

No artigo 6.º é mencionado o papel dos pais e encarregados de educação⁴, onde estes têm o direito e dever de: 1- “Aos pais e encarregados de educação incumbe, para além das suas obrigações legais, uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder-dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos, no interesse destes, e de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos mesmos. 2- Nos termos da responsabilidade referida no número anterior, deve cada um dos pais e encarregados de educação, em especial: a) Acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando; b) Promover a articulação entre a educação na família e o ensino escolar; c) Diligenciar para que o seu educando beneficie efetivamente dos seus direitos e cumpra pontualmente os deveres que lhe incumbem, com destaque para os deveres de assiduidade, de correto comportamento escolar e de empenho no processo de aprendizagem; d) Contribuir para a criação e execução do projeto educativo e do regulamento interno da escola e participar na vida da escola; e) Cooperar com os professores no desempenho da sua missão pedagógica, em especial quando para tal forem solicitados, colaborando no processo de ensino e aprendizagem dos seus educandos; f) Contribuir para a preservação da disciplina da escola e para a harmonia da comunidade educativa, em especial quando para tal forem solicitados; g) Contribuir para o correto apuramento dos factos em processo disciplinar que incida sobre o seu educando e, sendo aplicada a esta medida disciplinar, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da sua formação cívica, do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade; h) Contribuir para a preservação da segurança e integridade física e moral de todos os que participam na vida da escola; i) Integrar ativamente a comunidade educativa no desempenho das demais responsabilidades desta, em especial informando-se, sendo informado e informando sobre todas as matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos; j) Comparecer na escola sempre que julgue necessário e quando para tal for solicitado; k) Conhecer o regulamento interno da escola e subscrever, fazendo subscrever igualmente aos seus filhos e educandos, declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral”. (PICANÇO, 2012, p. 24-25)

Segundo essa mesma autora, o papel dos professores tinha pouca importância, e não havia cooperação eficiente entre pais, alunos e escola. Ainda de acordo com a autora, com a atualização desse estatuto em 2010, três itens foram acrescentados: ênfase na autoridade do professor e autonomia das escolas; tanto pais quanto escola passaram a ter maior responsabilidade no acompanhamento da frequência dos alunos; diferenciação exata entre medidas corretivas, preventivas e pedagógicas; estabeleceu-se medidas disciplinares. (PICANÇO, 2012)

Evidenciando mais uma vez que aqui não se pretende importar um modelo educativo de um país tão distinto do nosso em vários aspectos. A pretensão é apenas

de observar e conhecer uma experiência que conseguiu melhorar o diálogo entre escola e família, com a intervenção do Estado, logicamente.

Para Picanço: “A importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos tem apresentado um papel importante no desempenho escolar. O diálogo entre a família e a escola, tende a colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar.” (PICANÇO, 2012, p. 41)

Seguindo o raciocínio da autora, ela ressalta que:

[...]. Os pais têm um papel muito importante no apoio ao processo educativo, realizado em casa. Este conceito significa não só o envolvimento direto dos pais no ensino da leitura e da escrita, mas também na fixação de rotinas de estudo. Hábitos de trabalho, atitudes favoráveis à aprendizagem e criação de um ambiente favorável ao estudo e à curiosidade intelectual. (PICANÇO, 2012, p. 45).

Não se pode esquecer que essa é uma busca pela educação ideal: Estado, escola e família atuando conjuntamente, para que se alcance bons resultados. Porém, quando se pensa na realidade brasileira é preciso trazer a luz o quanto o país é desigual e conseqüentemente essa desigualdade traz consigo a baixa instrução do saber, o que pesa significativamente para se pensar na implantação de uma ideia parecida, porém a inviabiliza. Necessitar-se-ia antes, educar os pais, envolvendo-os no ambiente escolar, fazendo-os compreender sua relevante importância no processo e podendo contribuir de formas diversas, além evidentemente de um Estado realmente preocupado com educação. Talvez o que seja necessário e falte nas comunidades escolares seja criar cultura de educação, onde todos sejam agentes atuantes e transformadores.

Ainda que as realidades entre os dois países sejam díspares, a escola observada pela pesquisadora, está situada numa região pobre de Portugal, havendo muita diferença entre os educandos e tinha como desafio, incluir os menos favorecidos econômica e socialmente. Um dos caminhos trilhados pela escola, foi a efetivação de um conselho onde todos discutiam os problemas e apontavam possíveis soluções; constitui-se também o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental; foi criado o diretor de turma, responsável especificamente por acompanhar uma turma observando e atuando em todos os problemas dela. (PICANÇO, 2012).

Não sendo pretensão aprofundar desse estudo esmiuçar o trabalho de Picanço (2012), finalizar-se esse item com alguns pontos conclusivos de sua pesquisa.

Segundo a mesma, o interesse pelas atividades da escola e de toda a comunidade escolar subiu consideravelmente gerando maior interação com todos; os diretores de turmas mostram fundamental importância, promovendo união entre escola e família retirando de ambas o melhor que podem oferecer; ainda há resistência no envolvimento pedagógico por parte dos pais, além da resistência de alguns professores.

Picanço traz ainda, uma proposta de ação para melhorar essa relação e conseqüentemente os resultados: Criar uma escola de pais abordando diversos temas a serem definidos ao final de cada sessão podendo se estender a outras escolas; horários de reunião contemplando a disponibilidade dos pais, principalmente no final do expediente de trabalho; disponibilizar diversos canais de comunicação entre família e escola; envolver pais e todos responsáveis da educação no desenvolvimento de atividades a serem realizadas em casa, construindo uma aliança nessa questão. (PICANÇO, 2012).

Ainda que muitas dessas estratégias sejam tentadas nas escolas públicas do Brasil, ressalta-se a existência de algumas dificuldades em suas execuções. Um bom exemplo é o fato de o Brasil não ter uma lei de específica, aprovada e sancionada sobre a dispensa dos responsáveis dos educandos para comparecerem em convocações ou reuniões promovidas nas escolas. De acordo com o Senado Federal, tramita uma no Congresso o Projeto de Lei nº 4138, de 2019 que:

Estabelece a obrigação de os pais ou responsáveis comparecerem às escolas de seus filhos para acompanhamento do processo educativo. Cria mecanismos para facilitar e incentivar o comparecimento periódico (pelo menos uma vez a cada bimestre letivo) dos pais ou responsáveis à escola, a fim de acompanhar o desempenho de seus filhos e engajá-los no processo educativo. Cria sanções no caso de descumprimento da obrigação. (BRASIL, 2019)

Não se pode negar que será um avanço no tocante à legislação para a educação. Porém é preciso avançar para além da obrigatoriedade, tornando-se um direito, criando-se consciência da importância dessa aproximação para o bem do educando; buscando conjuntamente alternativas que propiciem a efetiva melhoria da educação, oportunizando que escola e responsáveis se conheçam, estabelecendo um constante diálogo. Mais importante do que a criação de leis, é a união entre todos; Estado, escola e família construindo uma consciência de seus papéis na busca da

Equidade na educação. Não é possível mais que a escola esteja isolada nessa tão importante missão. Somente através da parceria e do compromisso dessas três instâncias poder-se-á melhorar a educação.

A discussão em torno da melhoria da educação perpassa pela organização e conscientização da sociedade como um todo. As escolas precisam de bons recursos para que seus profissionais possam planejar aulas diversificadas e para isso; necessita também que as verbas cheguem nas instituições escolares no início do ano letivo e que custo por aluno seja aumentado, incluindo-se o da merenda, pois muitos desses educandos encontram nela a sua única refeição diária.

O Estado deve colocar em ação o Plano Nacional de Educação, onde muitas dessas discussões estão postas e apontam tais caminhos e outros como o da melhoria substancial do salário daqueles que dedicam seu tempo ao ofício de facilitar a aprendizagem dos estudantes; para que possam diminuir sua jornada de trabalho estendida a mais de um período por dia e assim ter real possibilidade de oferecer aulas ricas e diversas, além pensar nas necessidades de cada estudante.

3 MARCO METODOLÓGICO

A Pesquisa vigente foi realizada na cidade de Goiânia - Go, com professores e pais de alunos na Rede Municipal de Ensino de Goiânia – Go. Buscou analisar como a presença da família pode contribuir no processo da aprendizagem e debater a responsabilidade do Estado e da escola enquanto mediadores para a construção desse diálogo.

3.1 Delineamento da Pesquisa

A Pesquisa delineou-se por algumas etapas metodológicas relevantes e que levou a um maior entendimento do fenômeno estudado:

- **1) Análise do Projeto de Pesquisa;**
- **2) Levantamento Bibliográfico acerca do fenômeno da pesquisa;**
- **3) Leitura e Releitura da fundamentação teórica como base de construção teórica, visando maior entendimento do objeto de estudo;**
- **4) Participação dos sujeitos da pesquisa por meio da aplicação das questões;**
- **5) Análise e Discussão dos Dados da Pesquisa**

3.2 Metodologia e Método

A pesquisa teve como procedimentos metodológicos; o levantamento bibliográfico que o tema exigia, para que as discussões pudessem ser embasadas à luz de teorias e apontamentos sobre o tema e a pesquisa de campo para efeito comparatório e conclusivo que pudesse corroborar ou refutar a hipótese levantada. Optou-se pela aplicação de questionários junto a professores e pais/responsáveis dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Goiânia – Go.

Segundo Marconi e Lakatos:

Pesquisa de Campo Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. [...]. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito

e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa. Em segundo lugar, de acordo com a natureza da pesquisa, deve-se determinar as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões. [...] (MORCONI & LAKATOS, 2003, p. 186).

Esse estudo de campo deu-se através da pesquisa mista, utilizando-se os métodos quantitativo e qualitativo buscando-se atingir os responsáveis dos matriculados na Escola pesquisada através da aplicação direta de questionários com uma linguagem mais simples. Foram-lhes apresentadas questões fechadas em que analisavam sua relação com o ambiente escolar ao qual pertencem seus tutelados e sua participação na vida escolar deles. Já aos docentes, coordenadores e direção foram direcionadas perguntas opinativas em que puderam falar sobre sua visão da educação pública brasileira numa visão macro, adentrando ao ambiente escolar ao qual eles estão inseridos. Eles também opinaram sobre a relação família/escola o que subsidiou o confronto de dados e visões sobre o tema proposto. Assim foi possível estabelecer o diálogo com esses dados e com a opinião desses agentes envolvidos no objeto da pesquisa.

De acordo com Galvão, Pluye e Ricarte:

Pesquisas com métodos qualitativos fornecem descrições detalhadas de fenômenos complexos, incluindo seus aspectos contextuais, ou focam em análises aprofundadas envolvendo poucos indivíduos. Desse modo, seus resultados não são generalizáveis. Já, as pesquisas com métodos quantitativos costumam examinar a associação entre variáveis que podem ser generalizadas para uma população por meio de inferências estatísticas [...].

[...] O componente qualitativo de um método misto pode ser usado, por exemplo, para se conhecer ou compreender os aspectos culturais, econômicos, organizacionais, políticos e sociais de um fenômeno ou problema, bem como para descobrir possíveis variáveis que interferem em alguns contextos e não em outros. Por sua vez, o componente de caráter quantitativo pode medir as associações entre diferentes fatores e a magnitude de seus efeitos ou implicações. (GALVÃO, PLUYE e RICARTE, 2018, pp. 8 e 9).

Estabeleceu-se, portanto, o método misto pois, a pesquisa vislumbra a compreensão dos sistemas educacionais públicos brasileiros como algo complexo trazendo em si vários aspectos a serem considerados. Houve, portanto, a necessidade dar voz aos atores envolvidos nesse processo; família e profissionais da

educação, assim como também se julgou necessário traduzir algumas respostas em números para análise buscando causa, efeito e meios de resolução.

3.3 Período da Pesquisa

A construção da dissertação começou no mês de março de 2020, em pleno contexto da pandemia do Covid 19, e que dificultou algumas etapas da pesquisa, mesmo assim, foi possível continuar sua redação, as entrevistas online até sua análise final que ocorreu em janeiro de 2021.

3.4 Objeto de Estudo

O Objeto de Estudo ou o fenômeno da pesquisa buscou refletir sobre a importância da relação entre Escola e Família como parceria necessária para a melhoria da aprendizagem dos alunos na Rede Municipal de Ensino de Goiânia – GO. Então a pesquisa efetivou-se através de questionamentos feitos tanto à Escola, professores, pais ou responsáveis acerca das suas responsabilidades no processo educativo do estudante/filho.

3.5 Estratégias Metodológicas

Para a realização da pesquisa de campo, 30 professores da Rede Municipal de Educação de Goiânia, responderam a um questionário aplicado junto aos mesmos com perguntas abertas. Eles discorreram sobre sua visão em relação à educação pública brasileira; em específico como viam esse tema dentro da sua unidade educacional, da relação família/escola e como esse fato pode implicar sobre a aprendizagem das crianças e adolescentes. Também 30 pais e ou responsáveis responderam outro questionário com perguntas fechadas falando sobre sua relação com a Escola.

3.6 População

A População da Pesquisa se restringiu aos professores e aos pais ou responsáveis. Os profissionais no turno matutino que atende estudantes do 4º ao 9º

anos e vespertino com crianças da primeira fase do ensino fundamental a partir de quatro anos de idade, alfabetização, primeiro, segundo e terceiro anos.

Trinta pais ou responsáveis também responderam a um questionário com questões fechadas, falando da sua relação com o ambiente escolar de seus tutelados. Além disso, foi feito um levantamento de dados sobre reuniões escolares, entrega de notas e fichas descritivas para verificação do percentual de comparecimento dos responsáveis para que se pudesse confrontar dados e falas.

3.7 Universo e Amostras

O Universo da Pesquisa tem como característica uma área determinada ou mesmo o público-alvo, mostrando assim, o número de seres inanimados ou animados, que participam da pesquisa. Isso é bem claro na afirmação de Marconi e Lakatos (2003) que o universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum.

Na Pesquisa vigente, o público-alvo são os professores e os pais ou os responsáveis pelos estudantes na Rede Municipal de Ensino de Goiânia – GO, dividindo assim a amostra da pesquisa: de 30 professores, 30 pais, em 5 escolas. Neste contexto, a amostra é especificar o público a ser pesquisado, como salienta Gil (1999, p. 100), “a amostra é um subconjunto da população, por meio do qual se estabelece ou se estimar as características dessa população”.

3.8 Tipo de Investigação

3.8.1 Quanto a Natureza da Pesquisa

A dissertação presente se direcionou por uma pesquisa aplicada, como forma de gerar conhecimentos, saberes para aplicar na prática, dirigidos a solução do problema da pesquisa. Diante disso, Gil (2019) esclarece que a pesquisa aplicada abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem.

Dessa forma, a pesquisa aplicada contribui para solução de problemas, podendo ampliar conhecimentos científicos, aparecendo novas questões para serem

analisadas, refletidas, colaborando na maior proximidade com o objeto de pesquisa, ajudando na resolução de um problema específico.

3.8.2 Quanto ao Problema da Pesquisa

De acordo com o problema da pesquisa, optou por uma abordagem mista, ou seja, utilizando-se os métodos quantitativo e qualitativo, chamado de quali-quantitativo, visando primeiro identificar o fenômeno da pesquisa, e segundo colher informações para mensurar os dados estatísticos para melhor compreender o tema em questão.

Para Knechtel (2014, p. 106) a pesquisa quali-quantitativa “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)”. As duas abordagens quali-quantitativa podem se completar e contribuir na interpretação dos dados, ampliando o entendimento e a solução do problema específico da pesquisa.

3.8.3 Quanto aos Objetivos da Pesquisa

Esta pesquisa pautou-se quanto aos objetivos, por uma abordagem exploratória, onde proporcionou maior proximidade com o problema da pesquisa, para torná-lo mais explícito para definir hipóteses. A pesquisa tem um caráter , relacionando variáveis sobre a importância da relação família e escola no processo de aprendizagem dos alunos na Rede Municipal de Ensino de Goiânia.

A pesquisa descritiva é entendida segundo Prodanov e Freiras (2013), a é um conjunto com a exploratória, muito utilizadas por pesquisadores cuja preocupação volta-se à atuação prática, podem contribuir para uma nova visão do problema.

Para Correa e Costa (2012, p. 12) a Pesquisa Exploratória configura-se como fase preliminar do trabalho científico, visar explorar mais informações do assunto estudado, delimitar o tema que será pesquisado, definir os objetivos, formular ou não hipóteses, ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto investigado.

Também Gil (2010, p. 41) diz que o objetivo da pesquisa exploratória é:

Proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico;(b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Sendo assim, a abordagem exploratória contribui uma maior familiaridade ou aproximação do fenômeno em questão, tornando claro tanto o problema da pesquisa quanto as possíveis hipótese (s) levantadas, com o intuito de respondê-la ou solucioná-la.

3.8.4 Quanto aos Procedimentos Técnicos

A Dissertação quanto aos procedimentos técnicos utilizou a priori a abordagem bibliográfica com a intenção de fundamentar a pesquisa a partir de teóricos e especialistas no tema estudado. A pesquisa bibliográfica contribuiu na fundamentação por exemplo da evolução conceitual e histórica da família no mundo e no Brasil, e da importância da relação da escola e família. Utilizou também uma pesquisa de campo, favorecendo a construção da coleta de dados, tornando o objeto de pesquisa mais compreendido.

Cervo, apresenta a pesquisa bibliográfica como um meio de formação por excelência e procedimento básico para os estudos monográficos, destinado a busca do domínio do “estado da arte” sobre determinado tema. Acrescenta que:

[...] constitui pesquisa propriamente dita na área das ciências humanas. Como resumo de assunto, constitui o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. Os alunos de todos os níveis acadêmicos devem, portanto, ser iniciados nos métodos e nas técnicas da pesquisa bibliográfica (CERVO, 2011, p.61).

Outra definição é de Marconi e Lakatos (2010, p.142) ao defini a pesquisa bibliográfica como “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema”.

Já o estudo de campo na visão de Gil (2019) procura através de técnicas como entrevistas, questionários e outros, investigar a realidade de determinado grupo de acordo com o problema e os objetivos estabelecidos. O estudo de campo observa um local determinado ou mesmo uma situação concreta, buscando soluções para o problema específico.

3.8.5 Hipóteses e/ou variáveis

Se a educação passar a ser vista sob a ótica de investimento com políticas educacionais efetivas e participativas e que, possibilitem maior aproximação entre escola, sociedade e família, poderá haver efetiva melhoria na aprendizagem dos estudantes na Rede Municipal de Ensino de Goiânia – GO.

➤ Variáveis

- 1) Família** - Foi trabalhado a evolução do conceito de família na história, no contexto mundial e no Brasil, salientando as diversas configurações familiares e suas funções específicas diante dos filhos como biológicas, transmissora de valores, de controle social e de educadora.
- 2) Escola** – Foi destacado a função da escola como responsável pela educação formal, pelo lugar da produção do conhecimento e como aliada da família para promover o processo de aprendizagem dos alunos/filhos.
- 3) Contexto Social e Econômico das Famílias pesquisadas** - As Famílias vivem em um contexto de vulnerabilidade social, poucas condições econômicas, muitos pais/mães ou responsáveis desempregados, famílias desajustadas, e por falta de oportunidades muitos entram na vida do alcoolismo e drogas em geral.
- 4) Contexto que as Escolas da Pesquisa estão inseridas** – as escolas localizam nas periferias, com poucos recursos financeiros, física e humana. Na composição há muita falta de professores na Rede Municipal de Ensino de Goiânia - GO, de modo especial, professores de Língua Portuguesa e Matemática. Na estrutura física, até existem laboratórios de informática, mas

poucos funcionam devido o número insuficiente de computadores ou eles não funcionarem. Outra questão primordial são os baixos salários dos professores e que desestimula na execução de suas atividades.

3.8.6 Técnica

Para maior compreensão do objeto de estudo, optou-se por aplicação de questionários para os 30 professores das 5 escolas da Rede Municipal de Ensino de Goiânia – GO, e aos 30 pais, responsáveis. Foram elaboradas questões abertas para que os professores e pais colaborassem sobre a importância efetiva na relação escola e família como contributo no processo de aprendizagem dos alunos/filhos.

De acordo com Lakatos e Marconi (2001) as técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência, ou seja, corresponde à parte prática da coleta de dados.

3.8.7 Plano de Tabulação e Análise

Os resultados da dissertação foram tabulados pelo Programa Microsoft Excel a partir dos gráficos e os quadros das entrevistas, contribuindo na inter-relação das variáveis.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Serão aqui apresentadas as questões e as respostas, sendo que cada linha da tabela equivale à uma resposta para a pergunta. Das questões aplicadas aos 30 professores foram escolhidas 10 respostas, pois muitas respostas eram semelhantes ou se repetiam.

1. Qual a sua percepção sobre a educação pública brasileira (estrutura e qualidade)?	
Resposta 1	Uma educação que não sofreu grandes transformações necessárias ao longo da sua história no Brasil. Estruturas precárias, adaptadas e muitas improvisadas.
Resposta 2	Faltam investimentos concretos em infraestrutura, investimento em pessoal, qualificação dos docentes e aplicação de tecnologias na educação.
Resposta 3	A qualidade na perspectiva do corpo docente é muito boa, profissionais muito capacitados, a estrutura é precária, tem melhorado fisicamente, mas ainda sim deixa a desejar se formos pensar na importância da educação para uma sociedade. A quantidade de profissionais disponíveis é muito pouca e isso deprecia o trabalho docente.
Resposta 4	A educação pública brasileira teve a sua rede ampliada, mas a sua estrutura física e operacional requer maiores investimentos. Tal situação deixa regular a qualidade e o atendimento a comunidade.
Resposta 5	Estruturalmente boa, a qualidade deixa a desejar quando os professores necessitam nivelar a turma de acordo com os alunos. Infelizmente, não se consegue aprofundar em conteúdos visto que o nível dos alunos está sempre abaixo do esperado e o fator " nota" é ainda muito cobrado do professor. Temos professores capacitados mas alunos em sua maioria desinteressados.
Reposta 6	Vejo a educação pública precária e pensada para ser precária
Reposta 7	Temos vivenciado muitos problemas na educação pública brasileira e resultados negativos, exemplo disso são os educandos que se encontram no Ensino Fundamental Anos Finais e não dominam habilidade de ler e escrever. Esse fato se dá tendo em vista os baixos salários dos profissionais da educação, professores desmotivados e sobrecarregados, estruturas inadequadas, déficit de profissionais e a falta de participação, interesse e comprometimento dos educandos e da família. E o principal é a falta de direcionamento dos recursos financeiros e implantação de medidas políticas à longo prazo.
Resposta 8	Estrutura bem precária, o que interfere na qualidade do ensino. Mesmo os professores tentando fazer o melhor, a falta de estrutura atrapalha.
Resposta 9	Estrutura regular e de baixa qualidade
Resposta 10	Percebo que muitas escolas públicas não possuem estrutura necessária (salas de aula, quadro, internet de qualidade para o planejamento dos professores) para oferecer um ensino de qualidade.

Tendo-se em vista que os professores que responderam ao questionário atuam há muito tempo na educação pública com passagens em mais de uma escola, percebeu-se uma unanimidade em afirmar que, os investimentos ainda são pequenos nas questões estruturais o que reflete diretamente nas condições de trabalho dos profissionais e influenciado na qualidade da educação oferecida, acarretando também em déficit na aprendizagem e atendimento à comunidade escolar como um todo.

Aponta-se também para a sobrecarga de professores e o desnivelamento de aprendizagem dos estudantes, além de políticas educacionais voltadas para apresentação de números, com profissionais desmotivados e sobrecarregados. Outro dado que será tratado na questão três, foi antecipado por um dos profissionais; o isolamento da escola sem maior comprometimento de educandos e da família, o que perpetua o quadro de baixo nível na qualidade do ensino e da aprendizagem.

Para que esse quadro seja modificado, compreende-se a necessidade de um esforço entre todos. Porém, é preciso ter clareza sobre qual modelo educacional pretende-se adotar.

Na perspectiva de Libâneo (2016), esse dilema está diretamente atrelado à práticas que contemplam os interesses de grupos e à submissão aos mesmos; podendo esses grupos serem de ordem nacional ou internacional. Os debates entre teóricos que tratam sobre o tema, pensando em quais objetivos a escola deve seguir, bem como como ela deve ser organizada e gerida, além de como ela deverá conduzir o processo de ensino-aprendizagem.

2. Como você enxerga as políticas educacionais adotadas na rede pública?	
Resposta 1	As políticas são impostas atendendo interesses que não são da necessidade, nem dos alunos e nem dos professores.
Resposta 2	As políticas educacionais da rede pública seriam mais efetivas se houvessem investimentos em outras áreas da sociedade que afetam a educação. A educação não preza pela qualidade e sim pela quantidade, o que importa realmente são os índices de "desenvolvimento da educação."
Resposta 3	As políticas oriundas do governo federal são muito distantes da realidade e procuram mais quantificar do que investir. Percebo através dos programas ditos como investimentos que são programas com alto valor investido e baixos recursos disponíveis para as escolas. E que são apenas paliativos diante dos problemas existentes em seu cerne. As políticas municipais se aproximam mais da realidade, mas ainda sim estão longe de ser uma resolução para a raiz do problema.
Resposta 4	Infelizmente as políticas educacionais são iniciadas e interrompidas ou alteradas sempre que um novo governo assume após as eleições. A educação não deveria seguir plataformas eleitorais, mas o processo de ensino-aprendizagem.
Resposta 5	Não funcionam.
Resposta 6	São elaboradas a partir de prioridades equivocadas
Resposta 7	Em relação à Inclusão temos notado grandes avanços, no que diz respeito à projetos e programas educacionais muitos tem contribuído para a melhoria do ensino, no entanto em relação à estrutura física muitas instituições precisam se adequar para que funcione.
Resposta 8	São pouco eficazes pois quem está efetivamente em sala de aula não é ouvido pelo poder público.
Resposta 9	Insatisfatórias
Resposta 10	As políticas educacionais não são efetivas na prática.

Com relação às políticas educacionais, notou-se uma descrença em relação à forma como são elaboradas, sem que se oportunize aos protagonistas participarem

na elaboração das propostas, sem ouvir as experiências vivenciadas e sem que se considere as diversas realidades sociais, culturais e estruturais. Seriam, portanto, inadequadas e pouco eficazes de acordo com as respostas coletadas.

Outra crítica está relacionada às escolhas voltadas para as políticas que contemplem os interesses do capital, priorizando os aspectos quantificadores em detrimento da qualidade, apresentando dados de resultados que camuflam o real desenvolvimento do educando. Isso pode se dar através da promoção quase que automática às demais etapas da vida escolar, sem de fato focar na aprendizagem. A educação passa a ser cada vez mais utilizada para palanques políticos, onde o que importa são dados estatísticos apresentados através de números alcançados, sem, porém, discutir como se chegou a tais resultados.

Segundo Bourdieu:

À medida que evolui, a organização econômica tende a se impor como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e de disposições econômicas: adquirido e assimilado insensivelmente através da educação implícita ou explícita, o espírito de cálculo e de previsão tende deste modo a aparecer como incontestável porque a “racionalização” é a atmosfera da qual se alimenta. (BOURDIEU, 1979, p. 15)

Seria, pois, de suma importância pensar que essa melhoria precisa superar tal visão. Ela deve ir além, pensar a formação total do ser, sem privá-lo de conhecimentos diversos; como o cultural e o social possibilitando-lhe inclusive visualizar-se dentro desse sistema e posicionar-se criticamente em relação ao mesmo. Portanto, não há como mensurá-la pelas notas obtidas através da objetividade da linguagem matemática ou da escrita. Os aspectos subjetivos também precisam ser contemplados nos modelos de avaliações externas que pretendem quantificar a aprendizagem. Números esses que segundo Libâneo (2016), podem ser atingidos através do treinamento, ou seja, da mecanização do educando para realizar tais avaliações, o que não se traduziria de fato em avanço na educação.

O acesso e a permanência na escola também precisam ser garantidos, uma vez que podem ajudar a diminuir a exclusão social, dentro desse sistema econômico e político sob o qual a maioria dos países se encontram.

3. Como é a relação família/escola na sua unidade escolar e como ela poderia ser fortalecida?	
Resposta 1	Quase não existe essa relação, os pais na maioria vão a escola para reclamar, quando são convocados e para fazer matrícula. Muitas vezes terceirizam para avós.
Resposta 2	Os pais/responsáveis comparecem mais à escola somente quando são convocados e, às vezes, nem assim. Boa parte daqueles não têm a devida consciência de seu papel e não interagem com a escola, algo que seria sumariamente indispensável para o fortalecimento dessa relação.
Resposta 3	Ao longo dos anos temos tentado essa aproximação. Numericamente tem aumentado, mas ainda sim existem muitas famílias que não são presentes na vida escolar dos filhos e em relação a escola e suas demandas.
Resposta 4	Em nossa escola a relação ainda não é tão próxima como deveria para fortalecer o processo educativo. Acredito que essa parceria deve ser desenvolvida a partir de propostas coletivamente construídas (o grupo diretivo poderia articular esses encontros pedagógicos com a comunidade).
Resposta 5	Fraca, os pais e responsáveis participam pouco.
Resposta 6	É aparentemente esvaziada, a merecer das indisposições.
Resposta 7	Na escola nos últimos anos temos vivenciado um afastamento da família, mesmo desenvolvendo estratégias de aproximação, os resultados não foram satisfatórios. Percebemos que há falta de comprometimento e interesse.
Resposta 8	É uma relação fraca, seria melhor se houvesse maior interesse das famílias em participar da vida escolar dos alunos.
Resposta 9	A relação acontece regularmente, mas poderia melhorar na presença da família na escola.
Resposta 10	Muitas famílias veem a escola apenas como um "depósito" de alunos(as). Não acompanham o processo de ensino aprendizagem dos filhos e filhas. Acredito que a relação família/escola poderia ser fortalecida com mais momentos de diálogo sobre a importância da escola e da educação.

Ao observar as respostas, nota-se um dado preocupante que, seria o distanciamento da família do processo escolar dos seus tutelados. A visão é de que ela não se preocuparia em se integrar ao ambiente educativo ao qual os estudantes estão matriculados, o que poderia se traduzir em alguns casos em desinteresse. Parecem sentir-se desobrigados de tal acompanhamento, creditando somente à escola a missão de educar. Porém há que se considerar que outros fatores podem contribuir para que ocorra tal distanciamento.

Sobre a parceria família/escola e de acordo com Picanço (2012), o envolvimento da família no processo educacional é um dos temas mais relevantes da atualidade, pois se os educandos forem bem orientados pelos seus familiares, terão muito mais oportunidades de se desenvolverem emocional e profissionalmente. Mas nem todas as famílias conseguem isso sem o auxílio dos professores. Cabe a escola criar possibilidades para essa relação; o que produzirá um ambiente mais propício de aprendizagem, firmando acordos e compromissos no sentido de que o educando crie rotinas que facilitem o seu processo em casa e na escola.

4. Na sua opinião, a aproximação família/escola pode contribuir para a melhoria da aprendizagem? Como?	
Resposta 1	O acompanhamento familiar pode mudar significativamente a organização, o comportamento e a melhoria na aprendizagem, com menores dificuldades para conseguir ascensão social. Deveriam fiscalizar melhor a participação dos responsáveis na vida escolar do educando, pois se houvesse leis mais rigorosas para obrigar as famílias terem tempo para visitar a escola e acompanhar o funcionamento da escola e a participação mais efetiva em todo processo de ensino/aprendizagem. Um exemplo seria melhorar os rendimentos e ser bonificado com a participação na vida escolar.
Resposta 2	Pode contribuir sim, na medida que os pais tiverem a devida ciência que a escola é um ambiente de ensino/aprendizagem e não um local no qual os filhos são deixados enquanto eles trabalham, isso é o devido reconhecimento do papel, da utilidade da escola.
Resposta 3	Sim, pois a compreensão da família sobre os processos e andamento da vida escolar dos filhos, bem como o acompanhamento após o período de aula é somatório no estímulo à aprendizagem e seu desenvolvimento. Pois o conhecimento em aula é um início e ele se completa com a rotina diária do estudante após a escola. Um reforço dos pais, somado a presença das figuras parentais na vida da criança só contribuem a continuidade desse estímulo pedagógico
Resposta 4	Sim, acredito muito na relação escola/família, embora esse deve ser um trabalho de aproximação constante. Quando a família participa do processo ensino-aprendizagem, compreende e se vê compreendida no campo curricular.
Resposta 5	Com certeza, o apoio da família é fundamental para o desenvolvimento do aluno. Quando os pais participam, acompanham as atividades para casa, cobram e orientam o filho que o estudo é importante para ele somente, o bom desenvolvimento do aluno é consequência.
Resposta 6	Numa reestruturação dos tempos e processos, seria possível uma aproximação efetiva, o que nos possibilitaria uma correta compreensão das partes, funções e prerrogativas, na direção de uma perspectiva consensual de que a educação formal é um bem inequívoco e, portanto, merecedor de todos os esforços...
Resposta 7	Sem dúvidas a parceria escola-família contribui em todos os sentidos, para tanto devemos promover ambiente acolhedor, encontros familiares; envolver a família no planejamento, no Projeto Político Pedagógico, tomada de decisões com sugestões e críticas.
Resposta 8	Com certeza, se os familiares se preocupam com as atividades escolares, os alunos percebem melhor a importância do aprendizado. A importância que o aluno dá pra escola é reflexo da importância que a família dá pra escola.
Resposta 9	Sim. Essa aproximação traria mais incentivo e suporte de acompanhamento extra sala.
Resposta 10	Sim. Pois é possível observar que os alunos e as alunas com pais mais presentes e com uma relação mais próxima com a escola possuem um melhor desenvolvimento escolar e se dedicam mais aos estudos.

Numa perspectiva geral, há não somente a concordância de que a proximidade família/escola pode contribuir de forma efetiva para que o educando tenha melhor desempenho, mas, também que o envolvimento familiar poderá criar uma consciência no estudante da importância da educação para suas vidas. Crê-se, portanto, que os melhores resultados alcançados por eles estejam atrelados a um sistêmico acompanhamento por parte de seus responsáveis.

Não se trata de responsabilizar a família pela aprendizagem, mas criar situações de aproximação entre ela e a escola. Necessita-se, pois, conhecer essas

famílias através da observação das diferentes realidades estruturais, econômicas e psicossociais, estabelecendo diálogos com as mesmas. A partir desse processo de conhecimento, desenvolver ações que podem ser preventivas e ou formadoras. Embora não sejam responsáveis pela aquisição do conhecimento científico e cultural, o ambiente estabelecido nas mesmas, podem contribuir ou afetar a aprendizagem dos educandos. (SZYMANSKI, 2010)

5. Quais medidas você acha que deveriam ser tomadas para a efetiva melhoria da aprendizagem na educação pública brasileira?	
Resposta 1	A primeira e principal nesse momento seria a valorização dos rendimentos, a melhoria e qualificação do quadro de professores com formação continuada permanente, melhorar toda infraestrutura com vestiários, laboratório, auditórios, espaços adequados para os esportes e aulas de educação física, concursos públicos e maior número no quadro de funcionários. Uma renda básica para as famílias dos educandos que precisarem e um maior investimento em tecnologias digitais, etc....
Resposta 2	A implementação de medidas que visem sanar a defasagem ensino/aprendizagem, a valorização do fator qualidade em detrimento do fator quantidade, a eliminação completa da aprovação automática e oferecimento constante de cursos de atualização e aprimoramento para os profissionais da educação, bem como a reformulação da escola e do ensino em diversos aspectos, para se ter uma clareza de qual é o papel de cada um.
Resposta 3	Aumento do recurso destinado a educação, uso correto desse dinheiro. Aumento da remuneração, plano de carreira dos profissionais da área. Concursos para preenchimento do quadro de professores. Estímulo à valorização da profissão. Programas estudantis de incentivo à docência pública
Resposta 4	Essa é uma questão ampla e envolve vários elementos... Acredito que a princípio os programas pedagógicos não deveriam ser interrompidos, como geralmente são, devido a mudanças políticas e eleitorais. Investimentos de estrutura e tecnologias também são necessários. Projeto Pedagógico deve ser construído coletivamente com a comunidade, entre outras possibilidades. A educação pública é um direito constitucional!
Resposta 5	Cobrar da família sua efetiva participação, valorizar os profissionais da educação e oferecer condições favoráveis ao seu trabalho.
Resposta 6	Deveria antes de tudo haver um resgate da consideração da oportunidade da educação como um bem genuíno. E que as políticas de reconstrução desse status, fossem acompanhadas de medidas de valorização do tempo, trabalho e serviço educacional.
Resposta 7	Capacitação e valorização dos professores e profissionais da educação; estimular o protagonismo dos educandos; desenvolver as habilidades socioemocionais dos educandos; envolvimento da família no processo ensino aprendizagem dos educandos.
Resposta 8	Os professores e funcionários das escolas deveriam ser ouvidos, deveriam participar ativamente das decisões tomadas e assim ter mais autonomia para trabalhar.
Resposta 9	São várias: físicas, sociais, políticas, pedagógicas, entre outras.
Resposta 10	Dentre as medidas necessárias destaco: a melhoria da infraestrutura das escolas e o aumento dos salários dos professores e professoras.

Brandão (1981) alerta para a existência de um imaginário de pessoas e grupos sociais sobre educação, havendo uma esperança em relação de que sua missão seja a de transformar e o mundo em algo melhor do que se tem, mas que ela pode também

deseducar. Torna-se necessário pois, ter cuidado na reflexão sobre o que significa educar e o papel Estado na adoção das políticas educacionais que contemplem todos os aspectos da formação e da inclusão social, principalmente daqueles que vivem à margem da sociedade.

Mais uma vez os apontamentos se voltam para questões estruturais, formação, valorização dos profissionais, participação da família, oportunização para que os profissionais da educação sejam ouvidos na elaboração das propostas educacionais. 'Portanto, o Estado deve estar atendo aos seus principais agentes pensar as políticas para esse campo. Deixar de ser política de governo e se tornar política de Estado democrática, participativa, inclusiva e formativa.

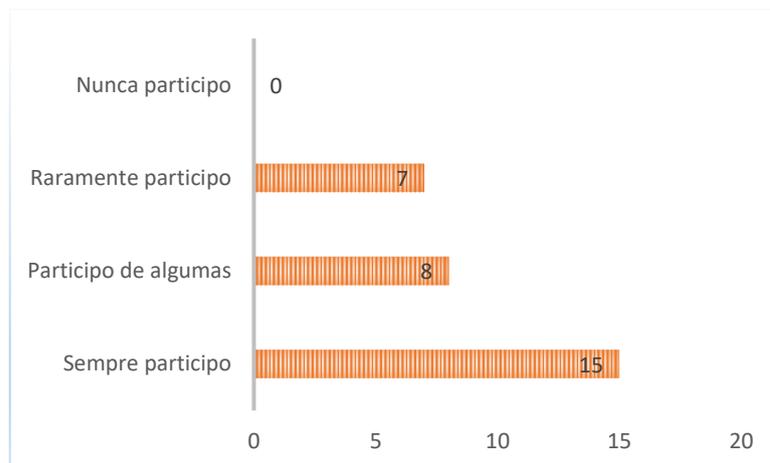
Com relação à visão da família sobre sua participação nesse processo, foi elaborado um questionário com uma linguagem acessível e de fácil compreensão em que os responsáveis puderam analisar com se veem atuando e opinando sobre essa relação com a instituição. Oportunizou-se- assim, cruzar as informações e analisar a verificando se há concordância ou não em relação ao tema. Optou-se, portanto, pelo método de triangulação concomitante, apresentado por Creswell:

[...]. Esse modelo geralmente usa métodos quantitativos e qualitativos separadamente como forma de compensar os pontos fracos inerentes a um método com os pontos fortes de outro método. Nesse caso, a coleta de dados quantitativos e qualitativos' é simultânea, ocorrendo em uma fase do estudo de pesquisa. Idealmente, a prioridade seria igual entre os dois métodos, mas, na prática, pode-se dar prioridade à técnica quantitativa ou qualitativa. Essa estratégia geralmente integra os resultados dos dois métodos durante a fase de interpretação. Essa interpretação pode ou assinalar a convergência dos resultados como uma forma de fortalecer as alegações de conhecimento do estudo ou explicar qualquer falta de convergência que possa ocorrer. (CRESWELL, 2007, p. 219)

São apresentados logo abaixo os gráficos com os resultados dos questionários com cinco questões aos 30 pais ou responsáveis.

Pergunta 1:

Com qual frequência você participa das atividades oferecidas pela escola do seu filho (reuniões. Entrega de notas, comemorações e outras)?



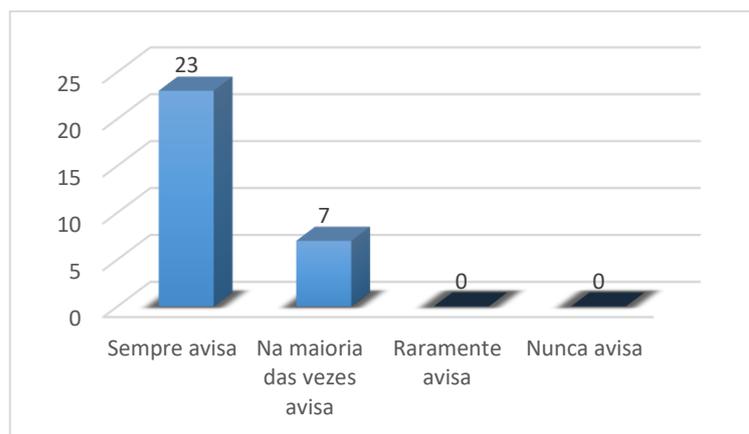
Fonte: do próprio autor, 2021.

Comparando esse gráfico à tabela 3, em que os professores opinam sobre a participação da família na vida escolar dos educandos, demonstrou-se discordância em relação às duas visões pois, quase a totalidade deles afirma não haver participação, ou baixa participação. Houve um número considerável de responsáveis que afirmam sempre participar ou participar de algumas, perfazendo um total de vinte e três dos questionados e, apenas sete afirmam participarem raramente e nenhuma afirmativa de não participação.

Szymanski (2010), alerta para o importante papel da família em todos os seus aspectos e para a necessidade de direcionar a ela uma assistência multidisciplinar, atendendo-a individualmente ou mesmo nas redes das quais fazem parte, chamados pela autora de fatores intra e extrafamiliares. Seria, portanto, necessário conhecer não somente os educandos, mas também a realidade familiar que lhes rodeia, estabelecer diálogo, atraí-la cada vez mais ao ambiente escolar, estabelecer diálogo, torná-la engajada e motivada pela vida educacional desses estudantes para, também neles formar consciência da importância da educação em suas vidas. Isso só ocorrerá se houver um esforço conjunto entre todos os agentes que o cercam.

Pergunta 2:

A escola avisa sobre as atividades desenvolvidas por ela aos responsáveis dos alunos?



Fonte: do próprio autor, 2021

O que se apresenta nesse gráfico é que escola cria mecanismos de busca de integração com a comunidade escolar, portanto, a participação deveria ser maior. Mas existem variantes a serem consideradas nessa questão como estão sendo pensados esses mecanismos? Os dias e horários seriam adequados? Há um trabalho de conscientização junto aos pais sobre o seu papel e como poderiam contribuir?

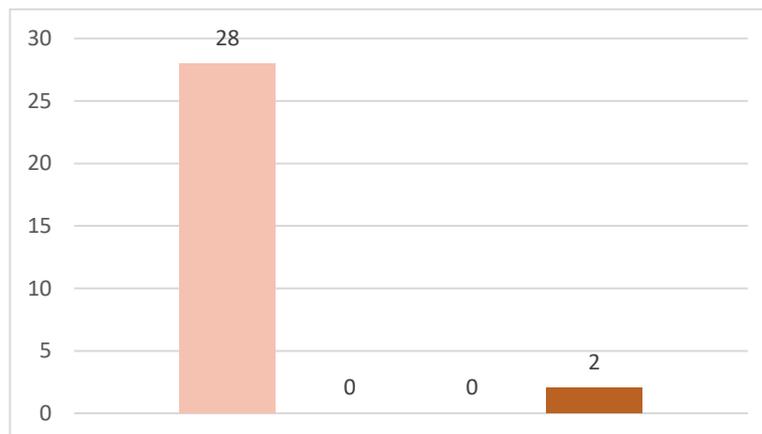
Segundo Picanço (2012)

A família é o primeiro suporte vital que temos nos primeiros anos de vida, é nela que temos que nos apoiar e conseqüentemente teremos que apoiar, pois cada elemento da família (seja grande ou pequena), necessita do nosso apoio, da nossa companhia, do nosso carinho, da nossa sabedoria, da nossa alegria, das nossas palavras de conforto, resumindo, é na família que está todo equilíbrio que o ser humano necessita á boa integração na sociedade e fundamentalmente à sua sobrevivência. (PCANÇO. 2012, p. 12)

Nessa perspectiva não há como pensar que a escola possa afastar-se da família, devendo criar mecanismos de integração entre elas. Devem agir em parceria, sendo o primeiro passo, a busca da aproximação entre ambas, desenvolver a prática da escuta em primeiro lugar, para a partir dela, planejar ações pedagógicas e socializadoras, criando um ambiente propício para que a aprendizagem seja facilitada. Oferecer eventos com horários acessíveis, é outra medida necessária para um maior envolvimento coletivo

Pergunta 3:

Como você vê essas atividades (reuniões, entrega de notas, comemorações e outras)?



Fonte: do próprio autor, 2021.

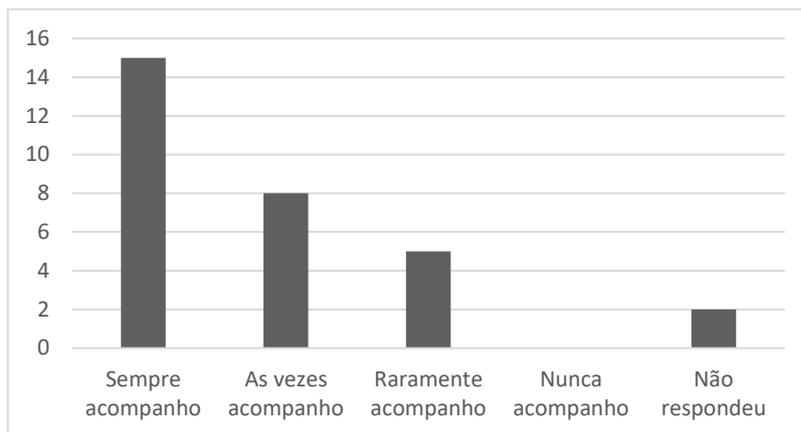
Sobre a conscientização, esse gráfico traz a resposta, uma vez que nenhum responsável afirma não serem importantes ou mesmo pouco importantes. Então uma indagação continuaria persistindo: por que essa participação ainda não é tão significativa?

Szymanski (2010), alerta que não há pretensão de responsabilizar as famílias pelo sucesso ou fracasso do estudante em seu processo educativo formal ou mesmo isentar o papel do docente, mas, oportunizar a tomada de consciência pelas mesmas de seu papel e o que a escola espera. Alertar sobre práticas educativas que o estudante traz de sua casa; tais como violência física e psicológica que podem ser danosas, apresentando às mesmas uma possibilidade educativa dialógica, crítica e libertadora.

A pesquisa sinaliza para o fato de que as famílias já compreendem ou tem consciência dessa importância da aproximação com o ambiente escolar. Percebe-se, portanto, que essa fase percepção já está internalizada, sendo o próximo passo, transformar essa tomada de consciência em ação coletiva.

Pergunta 4:

Você acompanha a vida escolar do seu filho como: organização de material, o caderno, atividades, avaliações?



Fonte: do próprio autor, 2021.

Metade dos responsáveis afirmam acompanhar seus filhos em suas vidas escolares, o que já demonstra uma aproximação com as falas dos professores que afirmam não ter esse apoio dos responsáveis pelos estudantes. Esse dado mais uma vez reforça a necessidade de estabelecimento de diálogos e formação promovidos pela escola para a criação de uma consciência educativa familiar, reconhecendo-se enquanto agente contribuinte para o sucesso escolar dos educandos que, principalmente nos anos iniciais estão se adaptando a uma nova rotina, um novo mundo e necessitando do auxílio de todos.

Picanço afirma que:

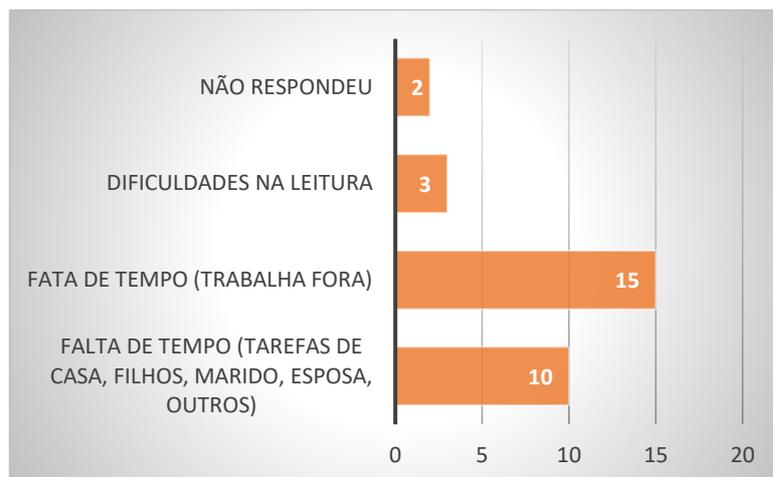
O papel dos pais no estudo dos filhos é fundamental, senão o mais importante, porque o acompanhamento sistemático, metódico e constante permite que as crianças e jovens tenham uma organização e desempenho muito mais coerentes e lógicos, pois o apoio parental é fulcral para o “crescimento” acadêmico, a criança sente-se “protegida” e acompanhada. Frequentemente os pais pensam que não podem ajudar os filhos, porque têm menos estudos do que eles. É uma ideia errada. Os pais têm um papel muito importante no apoio ao processo educativo, realizado em casa. Este conceito significa não só o envolvimento direto dos pais no ensino da leitura e da escrita, mas também na fixação de rotinas de estudo. Hábitos de trabalho, atitudes favoráveis à aprendizagem e criação de um ambiente favorável ao estudo e à curiosidade intelectual. (PICANÇO, 2012, p. 45).

Essa tomada de consciência talvez seja a mais importante arma para fortalecer a aprendizagem dos educandos, pois trazem de casa seus hábitos e costumes na primeira educação recebida. Se existe por parte da família a valorização dos estudos, do cumprimento de objetivos estabelecidos pela escola, assim como também dos métodos propostos; os resultados tendem a ser melhores. Estabelecer rotinas de estudo, confrontar horário de aula e o que foi produzido, verificar se há atividades a

serem desenvolvidas em casa para reforçar a aprendizagem, são tarefas que não demandam tanto tempo ou mesmo conhecimento por parte da família, mas, colaboram muito positivamente sobre o processo educativo formal e seus resultados.

Pergunta 5:

- Qual o principal motivo de não participar mais da vida escolar do seu filho?



Fonte: do próprio autor, 2021.

O gráfico aponta para o trabalho como principal fator do não maior envolvimento familiar na vida educativa dos estudantes. Focando-se em educação pública, o resultado parece apontar para uma causa que não se configura em nenhuma novidade em outras pesquisas, ao contrário; corrobora a teoria de que o trabalho muitas vezes mostra-se como elemento que pode ser apontado como um dos maiores motivos de afastamento da família da vida de seus filhos. Há que considerar também como foi abordado nessa pesquisa anteriormente que, existem outros fatores como os sociais, econômicos e estruturais.

Moreira (1991), ressalta que a educação é ao mesmo tempo um fato social, político, econômico, ético e filosófico e que resulta num fato social, uma vez que traduz-se em relações humanas e de ação social. Isso leva ao controle do comportamento coletivo, seja ele progressista ou de conservadorismo das relações, por isso não deixa de ser político. Haveria, portanto, o que ele chama de “esforço coletivo de sobrevivência social,” coexistindo com o da “preservação e progresso das formas de relações econômicas, privadas e públicas.”

Mais uma vez é preciso despertar o olhar dos que pensam as políticas educacionais, não deixando tudo sobre a escola. Imaginar que ela sozinha consiga suprir todas essas necessidades, sem que haja compromisso dos gestores públicos da educação (MEC, secretárias estaduais e municipais), é ter a certeza de que não serão possíveis tais implementações. Torna-se urgente, aprovação de leis que obriguem empregadores à liberação de horários alternativos para que essa família possa acompanhar os estudantes. Sabendo-se que o país segue políticas voltadas ao mercado e aos do capitalismo, seria difícil imaginar que haveria uma tomada de consciência por parte de empresários no sentido de incluir em suas filosofias trabalhistas, espaço para que esse acompanhamento por parte dos pais, possa se efetivar.

Ainda que possa parecer uma utopia, esses mecanismos precisam ser criados para que haja um resgate familiar como parceiro da escola. A utilização da palavra utopia justifica-se pelo jogo político/eleitoral brasileiro, onde quem patrocina os candidatos são aqueles cujos interesses se contrapõem aos da grande maioria. Projetos que possam contribuir para pensar na melhoria da educação como um todo, inclusive que oportunizem à família ser mais participativa no processo educacional das crianças e adolescentes, dificilmente serão aprovados. Afinal, um trabalhador se ausentar por qualquer período que seja da sua linha produtiva, acarretará prejuízo econômico aos olhos do sistema.

Apresenta-se um paradoxo; o mercado exige cada vez mais pessoas preparadas e qualificadas ao trabalho, mas, não é capaz de pensar ou contribuir minimamente na base educacional com atitudes simples e pouco onerosas como a acima citada. Ou talvez não seja assim tão paradoxal afinal, é preciso que um grande número de pessoas permaneça à margem formando reserva de mão de obra ou mesmo submetendo-se à tarefas que exijam menor nível de conhecimento. Assim serão mais fáceis de serem sujeitadas às atividades consideradas menos passíveis de remuneração digna. A educação mais uma vez é usada pelo sistema como forma de reforço da exclusão, não é prioridade para os domínios do capital.

Para melhor fundamentar a pesquisa, buscou-se outros dados sobre a participação dessa participação familiar na tentativa de clarear melhor como ela se dá na prática. Foram consultados a existência de registros de comparecimento dos pais nas reuniões e nas entregas de notas. Abaixo seguem os resultados.

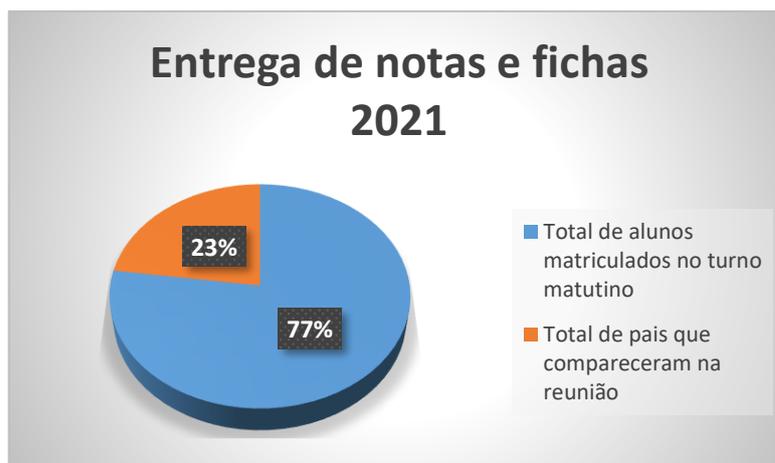


Fonte: do próprio autor, 2021.

Essa foi uma das dificuldades apresentadas na pesquisa; a existência de poucos registros sobre tais eventos. Foram encontradas poucas atas sobre esse tema a partir do ano de 2015, concluindo-se que as escolas não tenham a cultura de registros em seus procedimentos junto à comunidade escolar. Nesses poucos registros, o que se percebeu foi uma baixa participação da família com apenas 23% de presença em relação aos alunos matriculados.

Outra fonte de consulta, foram listas de entrega de notas. A dificuldade foi a mesma; a quase inexistência pois, segundo a gestão escolar, essas listas foram descartadas, conseguindo-se o acesso apenas referente ao ano de 2019, ano anterior à pandemia da COVID-19, conforme gráfico a seguir.

Szymansky (2010) traz como dos pontos de sua pesquisa realizada em bairros mais pobres de São Paulo, o questionamento de por parte dos pais sobre faltas e substituições de professores, porém não conseguiam participar das reuniões por acontecerem em horário de trabalho ou mesmo para não ouvir reclamações sobre seus filhos. Embora as pesquisas tenham se dado em estados diferentes, a realidade assemelha-se; região periférica e pobre onde os pais se ausentam para o trabalho conforme descrito nas características do local de pesquisa de campo. Porém esse fator não pode ser apontado como único motivo para a não participação.



Fonte: do próprio autor, 2021.

Os dados mais uma vez confirmam a pouco comparecimento da família. Há que se ressaltar que essa consulta foi feita observando-se um período de duas semanas para o comparecimento, verificando-se diariamente a evolução dos dados.

Faz-se necessário estabelecer uma escuta mais elaborada por parte da própria escola e identificar tais causas e buscar sugestões dos familiares para equalizar a situação, buscando essa parceria. Propiciar diálogo, debate, formação para que possam compreender a importância e os reflexos que sua ausência ou presença podem desencadear nos educandos em sua trajetória escolar, profissional e social. Fazê-los sentirem-se, representados, lembrados, verdadeiramente inseridos e não marginalizados por aqueles que primeiro deveriam zelar para o seu bem-estar.

Uma criança deve ser primeiramente acolhida e sentir-se protegida por sua família, para que as demais instituições possam dar continuidade a esse processo. A escola, além do caráter social, deve cumprir também com seu objetivo científico e não carregar a responsabilidade compensatória de desajustes familiares ou sociais. Somente essa parceria pode fortalecer essa caminhada e juntos atingir objetivos e resultados cada vez mais eficientes e esperançosos para aqueles historicamente excluídos. A pobreza como aponta Szymansky (2010) não deve justificar a ausência dos tutores em relação a seus tutelados. Ao contrário, deve servir de estímulo para o que se espera para eles.

Corroborar-se assim que o envolvimento familiar ainda é pequeno e que há a necessidade de procurar estratégias para aumentar essa participação para que se

possa traduzir em melhoria na aprendizagem e de valorização da educação como meio social de inclusão.

CONCLUSÃO

Durante o processo da pesquisa pôde-se perceber que a relação escola e família é indispensável para que ocorra uma educação de qualidade na Rede Municipal de Ensino de Goiânia - GO. Para que isso se efetive, necessita-se um constante diálogo com o educando; conhecer sua realidade, suas necessidades e potencialidades, oferecendo-lhe estratégias diversas visando alcançar o seu sucesso. Além do apoio integral do Estado, é necessário buscar um constante diálogo com a família, pensando-se conjuntamente possíveis soluções para transpor barreiras que possam ser encontradas nesse percurso.

Outra percepção dessa pesquisa é que, os profissionais que atuam na educação além de condições mínimas de trabalho, necessitam urgentemente serem reconhecidos social e economicamente. Na atual circunstância, em que precisam cumprir jornadas extenuantes de trabalho na escola, laborando no mínimo dois períodos por dia e ainda em casa; não será possível que ele cumpra todas as exigências para que haja consistente melhoria na educação. Falar em avançar na qualidade educacional sem políticas que pensem essa questão, será com certeza, uma falácia ilusória.

Para que consigam desenvolver um bom trabalho, esses profissionais necessitam: de um ambiente que lhes propiciem bem-estar, que mantenha aceso o amor pela educação que, muitas vezes acaba sendo traduzido em frustração, desânimo, cansaço físico e mental, adoecimentos diversos. Necessitam de tempo para aprimorarem-se através de formações oferecidas pelas entidades às quais estejam vinculados; receberem remuneração que lhes motivem cada vez mais em sua profissão.

Dadas todas essas circunstâncias da pesquisa, conclui-se que; a melhoria da educação acontecerá efetivamente se; houver pesado investimento do Estado em políticas educacionais construídas coletivamente, ouvindo-se todos os agentes e estabelecimento do diálogo entre família e escola atuando conjuntamente, orientando o educando nos dois ambientes, fazendo-lhe perceber-se como sujeito integrante e integrado acolhido por ambas, sendo o principal agente do processo. Enquanto se insistir em apontar a escola como única responsável pelos resultados atingidos, não haverá melhoria concreta.

RECOMENDAÇÕES

Após serem realizadas algumas reflexões sobre o atual quadro da educação pública brasileira, bem como o papel do Estado na elaboração das políticas educacionais que permitam envolver a família no processo educacional e conseqüentemente; contribuir para a melhoria na qualidade da a educação e da real aprendizagem em todos os seus aspectos, algumas recomendações surgiram como necessidade:

- Investimento em formação contínua para os profissionais da educação para aprimoramento, voltada a todas as modalidades de educação, atendendo em especial a educação inclusiva;
- Políticas educacionais construídas a partir do diálogo com os agentes envolvidos no processo escolar;
- Mudança de paradigma por parte do Estado em relação à educação de despesas para investimentos;
- Melhoria das condições estruturais para atendimento da comunidade escolar;
- Investimento em políticas de acolhimento e atendimento aos estudantes vítimas de maus tratos ou condição de vulnerabilidade;
- Criar ou aumentar o número de equipes capacitadas para atendimento aos estudantes nas suas mais diversas necessidades;
- Investimento em tecnologia para escolas, estudantes e professores;
- Valorização dos profissionais de educação para que possam dedicar-se exclusivamente apenas à um local de trabalho sem a necessidade de jornadas extenuantes, o que poderia resultar em trabalhos mais efetivos;
- Mobilização para elaboração de leis que permitam aos responsáveis participarem da vida escolar de seus tutelados (reuniões, atender a convocações, festividades);
- Criação de estratégias por parte das escolas para a busca da aproximação com a família;
- Atendimento individualizado aos alunos com dificuldades de aprendizagem e ou distorção de idade;

- Estabelecer juntamente com a família rotinas para os estudantes: frequência, zelo e condução do material pedagógico, verificação do que foi oferecido aos mesmos e o que ele desenvolveu.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Emanuelle Bonifácio de. **A relação entre país e escola: a influência da família no desempenho escolar do aluno**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso em pedagogia. Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, Campinas, 2014.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais**. Tradução de Silvia Mazza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 43ª reimpressão, 2004.

BRASIL, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 21 de set. 2020.

_____. **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Brasília. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb> . Acesso em: 08 de out. 2020.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. **LDB – Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Básica**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> . Acesso em 19 de out. 2020.

_____. BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Decreto de 15 de setembro de nomeação para o cargo de reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasília: Diário Oficial da União, ed. 178, seção 2, p. 1, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-de-15-de-setembro-de-2020-277679484>. Acesso em 21 de out. 2020

_____. **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.** Brasília. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo2/-/asset_publisher/GngVoM7TApe5/content/matriculas-no-tempo-integral-aumentam-no-ensino-medio/21206?inheritRedirect=false. Acesso em 22 de out. 2020

_____. **Lei nº 11.738**, de 16 de julho de 2008. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://planodecarreira.mec.gov.br/images/pdf/lei_11738_16072008.pdf. Acesso em 26 de out. de 2020.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Novo Mais Educação.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2018-pdf/90261-perguntas-e-respostas-do-monitoramento-atualizacao14-05/file>. Acesso em 29 de out. de 2020.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6ª. ed. São Paulo, Pearson, 2007, 162 p.

CORRÊA, Júlio César da Silva; COSTA, Marília de Melo. **Metodologia da pesquisa 1 e 2.** Belém: IEPA, 2012

CORREA, Crístia Rosineiri Gonçalves Lopes. (2017). **A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem:** perspectivas teóricas. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 21, Número 3, setembro/dezembro de 2017: 379-386.

CROSWELL, Jhon W. **Projeto de pesquisa:** métodos quantitativo e misto. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS, José Augusto. **Sistema escolar brasileiro.** In. MENESES, João Gualberto. Estrutura e funcionamento da educação básica. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2004.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; BOUFLEUER, José Pedro. **O delineamento de uma perspectiva pós-metafísica para a educação.** 11 ago. 2016, 24 nov. 2016. Notas de Aula.

FONSECA J J S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Universidade Estadual do Ceará. 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em 18 de nov. de 2020.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Programa Coordenadores de Pais Guia de Implantação e Monitoramento** – Secretaria de Educação. São Paulo, 2015.

Disponível em https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/programa-coord-pais-secret_1519829490.pdf. Acesso em 29 de out. de 2020.

GADOTTI, Moacir. **O pensamento pedagógico iluminista**. In. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 87-106.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2014.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; PLUYE, Pierre; RICARTE, Ivan Luiz Marques. **Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação**. inCID: R. Inf. E Doc., Ribeirão Preto, v. 8 n. 2, p. 4-24, set. 2017/fev. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed. Atlas, 6ª edição, 2008.

_____, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____, **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da Pesquisa em Educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Sezirando Luiz; COSTA, Célio Juvenal. **A educação no Brasil Colonial (1549-1759)**. In. Fundamentos históricos da educação no Brasil. ROSSI, Edneia Regina; ROSSI, Elaine Rodrigues, NEVES, Fátima Maria (org.). 2ª ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

MOREIRA, João Roberto. **Educação, sociedade e ideias educacionais**. Revista de estudos pedagógicos. Vol. 71 nº 168. Brasília: maio/agosto, 1991.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 2ª. ed. São Paulo, 1991, 2010, 224 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. In. Cadernos de pesquisa, v. 46 nº 159, 2016, p. 38-62.

NEVES, Fátima Maria. **A história da educação no Brasil** – a trajetória de um campo de ensino e de pesquisa. In. Fundamentos históricos da educação no Brasil. ROSSI, Regina, RODRIGUES Elaine, NEVES, Fátima Maria (orgs). 2ª ed, rev. E ampl. Maringá: Eduen, 2009, p. 13-28.

NORONHA, Maressa Maelly Soares; PARRON, Stênio Ferreira. **A evolução do conceito de família**. Revista Pitágoras, v. 3, n. 3, 2012, Campinas, p. 1-21.

NUNES, Heliane Prudente. **História da família no Brasil e em Goiás**: tendências e debates. In. Goiás: Identidade, paisagem e tradição. CHAUL, Nasr Fayad. RIBEIRO, Paulo Rodrigues (orgs). Goiânia: UCG, 2001, p. 57-71.

PICANÇO, Ana Luísa Bibe. **A relação entre escola e família** - as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica) – Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2012.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Editora Brasiliense – 5ª edição, 1984.

PRODANOV, Cleber Cristiano & FREITAS. Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: **Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ªed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=zUDsAQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR>. Acesso em 15 de março 2022

PRUDENTE, Maria das Graças Cunha. **O silêncio no magistério** – professoras na instrução pública na província de Goyaz século XIX. 2009. Dissertação (Identidades, Tradições e Territorialidades) – UCG, Goiânia: 2009.

QUEIROZ, Elaine Moral. **Teorias da aprendizagem**. Universidade Nove de Julho. São Paulo. (S/D).

Romilda Teodora et al. **VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR: PRIORIDADE POLÍTICA, TENSÃO OU INCERTEZA ?**. **Cafajeste. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, n. 172, pág. 260-283, junho de 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000200260&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 de out. de 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Emílio ou Da educação**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Martins, 3ª ed. 2004.

SANTOS, Kátia Silva. **Políticas públicas educacionais no Brasil**: tecendo fios. In. Reunião Anual da ANPED, 34. 2011. Natal/RN.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas: Editora Revista Campinas, SP: Autores Associados, 2003 (Coleção Polêmica do Nosso Tempo: vol.5)

SILVA, Airton Marques da. Projeto de pesquisa. In. **Metodologia da Pesquisa**. Fortaleza: Ed. UECE, 2015, p. 65-94.

SILVA, Tomas Tadeu; Gentil, Pablo. **Escola S.A** – quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996, p. 50-76.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família**: a importância dessa relação no desempenho escolar. Artigo. 2009. (Artigo apresentado no Programa de Desenvolvimento Educacional) à Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Santo Antônio da Platina, 2009)

STRECK, Danilo. **A educação de Emílio**. In. Rousseau & Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004, p. 37-55.

SZYMANSKI, Holoiza. **A relação família/escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Líber Livro, 2010.

TERUYA, Marisa Tayra. 2000. **A família na historiografia brasileira**: bases e perspectivas teóricas. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2000, Caxambú/MG. Brasil, 500 anos: Mudanças e Continuidades. p. 1-25.

VIEITEZ, G. G. **A democracia nas unidades escolares públicas**. In. Neusa Maria Dal Ri; Tânia Suely Antonelli (org). Políticas. Educacionais, gestão democrática e movimentos sociais: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. 1 ed. Marília: Oficina Universitária. 2015, v. 1, p. 12-35.

WEREBE, Maria José Garcia. **30 anos depois**: grandezas e misérias do ensino no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1994.

APÊNDICES



APÊNDICE A – OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO/SOLICITAÇÃO – PESQUISA DE CAMPO

Solicitamos autorização para a realização de pesquisa junto a esta instituição para a realização da pesquisa de **Adão José Araújo de Abreu** identidade nº 2663687 A mestrando encontra-se na etapa final para a conclusão de sua Tese, Defesa e Certificação do curso de Mestrado em Ciências da Educação (*Stricto Sensu*) com a carga horária de 1.224 horas, compreendendo 36 meses de formação teórico-metodológica-epistemológico e especializado, tendo participado ativamente do programa, com excelente desempenho acadêmico. A certificação se dará pela FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES.

Antecipo agradecimentos e coloco-me à disposição para esclarecimento de quaisquer dúvidas a respeito desta pesquisa.

Atenciosamente,

Gleyvison Nunes dos Santos

Prof. Dr. Orientador – FICS

Adão José Araújo de Abreu - Mestrando

Senhor (a):

Gestor (a) da Escola



APÊNDICE B - Questões para 30 Professores da Rede Municipal de Educação de Goiânia - GO

- 1. Qual a sua percepção sobre a educação pública brasileira (estrutura e qualidade)?**
- 2. Como você enxerga as políticas educacionais adotadas na rede pública?**
- 3. Como é a relação família/escola na sua unidade escolar e como ela poderia ser fortalecida?**
- 4. Na sua opinião, a aproximação família/escola pode contribuir para a melhoria da aprendizagem? Como?**
- 5. Quais medidas você acha que deveriam ser tomadas para a efetiva melhoria da aprendizagem na educação pública brasileira?**



APÊNDICE C – Questões para 30 Pais ou Responsáveis de estudantes da Rede Municipal de Educação de Goiânia - GO

- 1) Com qual frequência você participa das atividades oferecidas pela escola do seu filho (reuniões. Entrega de notas, comemorações e outras)?**
- 2) A escola avisa sobre as atividades desenvolvidas por ela aos responsáveis dos alunos?**
- 3) Como você vê essas atividades (reuniões, entrega de notas, comemorações e outras)?**
- 4) Você acompanha a vida escolar do seu filho como: organização de material, o caderno, atividades, avaliações?**
- 5) Qual o principal motivo de não participar mais da vida escolar do seu filho?**